

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

José Alberto da Silva Almada e Alves Guimarães

**A Evolução da Diplomacia Luso-Chinesa:
Pragmatismo, Influência e Soberania
sobre Macau**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

José Alberto da Silva Almada e Alves Guimarães

**A Evolução da Diplomacia Luso-Chinesa:
Pragmatismo, Influência e Soberania
sobre Macau**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor José António de Passos Palmeira
e co-orientação da
Professora Doutora Carmen Amado Mendes

Nome: José Alberto da Silva Almada e Alves Guimarães

Endereço Eletrónico: jguimaraes.almada@gmail.com

Número do Cartão de Cidadão: 12321777 6

Título dissertação: A Evolução da Diplomacia Luso-Chinesa: Pragmatismo, Influência e Soberania sobre Macau

Orientadores:

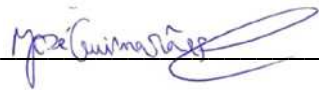
Professor Doutor José António de Passos Palmeira e Professora Doutora Carmen Amado Mendes

Ano de conclusão: 2014

Designação do Mestrado: Mestrado em Relações Internacionais

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 30/10/2014

Assinatura:  _____

Agradecimentos

Esta dissertação de Mestrado representa a conclusão de uma etapa importante da minha vida académica e o início de uma nova. Representa também o culminar de um percurso que me levou mais longe do que poderia ter antecipado e no qual acredito que conheci uma importante evolução a nível académico, profissional e pessoal. Tudo isto devo às pessoas que, a níveis diferentes, me acompanharam neste percurso, e às quais dedico esta tese.

Aos meus orientadores, porque sem eles este projeto não teria sequer existido. Estarei para sempre agradecido ao Professor Doutor José Palmeira por me ter despertado a curiosidade para o elo que nos continua a unir à China depois de tantos séculos e aberto os olhos ao potencial de Portugal e da Lusofonia na era global em que vivemos. À Professora Doutora Carmen Amado Mendes, que me abriu as portas à compreensão desse mundo, aparentemente infinito, que é a China e para a complexidade que sempre rodeou as relações luso-chinesas, agradeço-lhe o esforço que exigiu de mim, porque apenas assim se aprende e evolui.

À minha família, em especial à minha avó, ao meu pai e à minha irmã, porque longe ou perto partilhamos sempre os nossos dias. Aos meus tios e primos, pelo laço especial que nos une. À minha mãe, que nunca nos abandonou.

À minha namorada Susanne, pelo apoio, palavras e confiança diárias.

Ao Duarte, pelos anos de amizade e companheirismo. À Lídia e a todos os meus amigos.

Aos meus colegas de mestrado, em especial aos meus amigos Amaro Correia, Daniela Teixeira e Nikdel Farhad. Fizeram deste percurso algo de único para mim.

Resumo

A presente dissertação propõe uma análise da evolução das relações luso-chinesas ao longo de três ciclos diplomáticos: o ciclo da influência, desde os primeiros contactos até à segunda metade do séc. XVIII e o Período Pombalino; o ciclo da soberania de Portugal sobre Macau, desde a era das Guerras do Ópio no século XIX até à Revolução Democrática de 25 de abril de 1974; e o ciclo negocial, desde 1974 até à retrocessão de Macau em 1999.

Verificar-se-á que, desde o início da presença portuguesa no enclave, Macau desenvolveu mecanismos de autonomia face à metrópole e canais diplomáticos com a China que operavam de forma independente e em nome dos interesses do enclave. Esta constatação é essencial para se compreender a dinâmica e prioridades das relações diplomáticas luso-chinesas, podendo Macau estar, ou não, no centro das mesmas. A soberania portuguesa sobre Macau sofreu alterações significativas ao longo da história, em parte coincidentes com o nível de interesses de Lisboa no enclave. Por esta razão, durante muito tempo Macau foi uma realidade simultaneamente distante e distinta dos restantes territórios ultramarinos portugueses, regido por “fórmulas” pré-determinadas pela China, que nunca deixou de ver Macau como seu território. Este carácter distinto de Macau manteve-se sempre inalterado até à transferência da Administração portuguesa.

Esta análise será intercalada por uma identificação do racional estratégico que esteve por detrás do comportamento político e negocial adotado para com Portugal pela China Imperial e pela República Popular da China nestes três ciclos. Procurar-se-á demonstrar também que, embora conhecendo dinâmicas e protagonistas muito diferentes e utilizando-se métodos distintos, as relações luso-chinesas foram sempre influenciadas pela matriz cultural e filosófica e pelo pensamento estratégico chinês clássico.

As relações luso-chinesas no período pós-transição também serão abordadas, lançando um olhar sobre as realidades existentes e o potencial ainda por explorar no diálogo secular entre Portugal e a China.

Abstract

This dissertation will analyse the evolution of Luso-Chinese relations over three diplomatic cycles: the cycle of influence, from the first contacts until the second half of the Eighteenth century and the “Pombalino” Period; the cycle of the sovereignty of Portugal over Macau, since the era of the Opium Wars in the nineteenth century to the Portuguese Democratic Revolution of April 25, 1974; and the negotiation cycle, from 1974 until Macau’s retrocession in 1999.

Since the beginning of the Portuguese presence in the enclave, Macau has developed both a special autonomy from the metropolis and diplomatic channels with China that operated independently and in the sole interests of Macau. This is essential for understanding the dynamics and priorities of the Luso-Chinese diplomatic relations, in which Macau could, or not, be a main priority. The Portuguese sovereignty over Macau has undergone significant changes throughout history, usually reflecting Lisbon’s level of interest in the territory. For this reason, Macau was, for a long time, both a distant and distinct reality amongst the Portuguese overseas territories and governed by "formulas" predetermined by China, which never ceased to see Macau as Chinese territory. This distinct character of Macau remained unchanged until the transfer of the Portuguese administration.

This analysis will be complemented with insights of the strategic rationale behind the political and business behaviour adopted towards Portugal by both Imperial China and the People’s Republic of China in these three cycles. We will demonstrate that, while with different protagonists, undergoing different dynamics and employing different methods, the Luso-Chinese relations have always been influenced by the cultural and philosophical roots and the classical Chinese strategic thinking.

The Luso-Chinese relations in the post-transition period will also be addressed, with an insight on existing realities and the untapped potential in the secular relations between Portugal and China.

Índice

Lista de Abreviaturas	xi
Capítulo 1 - Introdução	1
Capítulo 2 - O pensamento político chinês	8
2.1. A matriz politico-cultural.....	8
2.1. Descobrimientos vs sinocentrismo	26
Capítulo 3 – Pragmatismo e Influência.....	32
3.1. A “Fórmula Macau” e o imperativo de manutenção do <i>status quo</i>	32
3.1.1. O desafio britânico ao <i>status quo</i>	40
3.2. A diplomacia portuguesa sob o signo Jesuíta.....	43
Capítulo 4 – O Ciclo da Soberania	58
4.1. Macau e o “século das humilhações” do Império chinês	58
4.1.1. A alteração do <i>status quo</i> em Macau.....	61
4.1.2. O reconhecimento da soberania portuguesa sobre Macau.....	62
4.2. O Estado Novo e a República Popular da China.....	65
4.2.1. O pensamento de Mao Zedong e a “sinificação do Comunismo”	67
4.2.2. O impacto da questão colonial	68
4.3. A Revolução Cultural.....	75
Capítulo 5 – O Ciclo Negocial	80
5.1. O estabelecimento de relações diplomáticas	80
5.2. Deng Xiaoping e a fórmula “um país, dois sistemas”	85
5.3. O período de transição.....	98
5.3.1. O comportamento político de Portugal e RPC no período de transição.....	101
Capítulo 6 – Conclusão.....	108
6.1. A diplomacia luso-chinesa após a retrocessão de Macau	108
6.2. Considerações finais	114
Bibliografia	121
A. Fontes Primárias	121
Entrevistas	121
Documentos governamentais.....	121
B. Fontes secundárias	124
Livros e monografias	124
Artigos e relatórios	135

Lista de Abreviaturas

APN	Assembleia Popular Nacional
CAM	Companhia do Aeroporto de Macau
CEE	Comunidade Económica Europeia
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
UE	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
GLC	Grupo de Ligação Conjunto
GT	Grupo de Terras
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
PCC	Partido Comunista Chinês
RAE	Região Administrativa Especial

RPC	República Popular da China
STDM	Sociedade de Turismo e Diversões de Macau
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Capítulo 1 - Introdução

A dissertação “A Evolução da Diplomacia Luso-Chinesa: Pragmatismo, Influência e Soberania sobre Macau” propõe uma análise dos vários ciclos diplomáticos luso-chineses desde uma perspetiva diferenciada. Embora as relações luso-chinesas tenham sido tratadas por diversos autores, a investigação não tem incidido sobre a influência da matriz cultural confucionista nesse relacionamento. Procurar-se-á, assim, aferir se esta matriz cultural foi visível e, se sim, se a mesma foi determinante na forma como evoluíram as relações luso-chinesas. Procurámos também demonstrar que o racional estratégico chinês, ancorado em conceitos culturais e filosóficos que são parte integrante da sua identidade política, manteve ao longo dos três ciclos em análise uma enorme coerência e continuidade, contribuindo para que a China – o Império do Meio e depois a República Popular da China – fosse a parte dominante ao longo dos três ciclos aqui analisados, condicionando a ação diplomática de Portugal, a sua soberania sobre Macau e a evolução do *status quo* no Território. A formação intelectual chinesa é muito distinta da ocidental, de onde originaram as teorias clássicas das relações internacionais, e a presente dissertação pretende alertar para esse facto ao introduzir na análise diversos elementos provenientes das teorias chinesas das relações internacionais emergentes, que nos remetem para a cultura milenar do País. Pela inexistência, à data da sua redação, de uma teoria chinesa das relações internacionais consistente, analisaremos os elementos característicos do pensamento estratégico e cultura sinicos, com as teorias chinesas emergentes a constituir um importante apoio. Num futuro próximo, espera-se que esta dissertação possa constituir uma base de grande utilidade para o estudo das complexidades da diplomacia luso-chinesa partindo do prisma de uma teoria chinesa consolidada. Em resultado das várias limitações existentes na realização deste projeto a nível de tempo, de espaço e, em particular, pelo desconhecimento da língua chinesa que impossibilitou a consulta de várias fontes, o estudo de vários dos autores citados neste trabalho poderá ser aprofundado.

Não é objetivo deste projeto realizar uma descrição pormenorizada das complexidades que rodearam as relações luso-chinesas e a evolução de Macau ao longo dos quase 500 anos de presença portuguesa, dando-se prioridade ao modo como operou o relacionamento da China com Macau e Portugal e à influência da matriz cultural sinica no mesmo. A necessidade de, no primeiro ciclo diplomático, dividir-se a análise das relações luso-chinesas entre a perspetiva de

Macau e a perspectiva de Portugal prende-se com o facto de constituírem duas realidades distintas: desde o início da presença portuguesa em Macau, a cidade desenvolveu mecanismos de autonomia face à metrópole e canais diplomáticos com a China que operavam de forma independente e em nome dos interesses do enclave. Esta constatação é essencial para se compreender a dinâmica e prioridades das relações diplomáticas luso-chinesas, podendo Macau estar, ou não, no centro das mesmas. Durante grande parte da sua história, Macau foi uma realidade simultaneamente distante e distinta dos restantes territórios ultramarinos portugueses. Esse carácter distinto manter-se-ia inalterado até à transferência da administração portuguesa. Demonstrar-se-á também o impacto que os vários períodos decisivos na história dos dois países tiveram na dinâmica das relações luso-chinesas e na soberania portuguesa em Macau, como o Período Pombalino e a Revolução de 25 de abril, em Portugal, ou as Guerras do Ópio e a fundação da República Popular na China.

Várias obras foram de particular relevância e utilidade.

O conceito de Poder Nacional Agregado, defendido por vários autores como o principal contributo da RPC para a Teoria das Relações Internacionais, surge explicado em detalhe, nas suas várias dimensões, nas obras *Inside China's Grand Strategy: The Perspective from the People's Republic*, de Ye Zicheng e *Discovering Chinese Nationalism in China: Modernization, Identity, and International Relations*, de Zheng Yongnian. Na primeira, percorrendo, uma a uma, as várias componentes deste conceito, Ye Zicheng explica-nos detalhadamente as condições, de ordem interna e externa, que a RPC terá de assegurar a fim de atingir o seu derradeiro objetivo: o estatuto de superpotência. Zheng Yongnian complementa esta análise abordando a forma como o Governo da RPC alimenta um nacionalismo agressivo e canaliza-o para atingir rapidamente esse estatuto, sem admitir interferências de nenhum ordem.

New Confucianism in twenty-first century China: the construction of a discourse, de Jesús Solé-Farràs e *The Renaissance of Confucianism in Contemporary China*, de Ruiping Fan são obras essenciais para compreender o porquê de, nas últimas décadas, assistirmos ao ressurgir do confucionismo, por via da articulação de um discurso que procura estabelecer uma ponte entre a tradição intelectual chinesa e a modernidade, e o contexto em que se deu este ressurgimento. A obra de Ruiping Fan, em especial, destaca-se por lançar luz sobre as implicações do

confucionismo na *governance* da China na era moderna e no estudo do pensamento político e das relações internacionais do país.¹

A obra de Charles Boxer é essencial para a compreensão dos inúmeros detalhes históricos que rodearam o diálogo de Portugal com a Ásia e com a China desde os primórdios do Império Português, como é o caso de *Estudos para a História de Macau: Séculos XVI a XVIII* e *Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan, 1543-1640*. *China: A New History*, de John King Fairbank e Merle Goldman é uma obra a uma vez abrangente e concisa do pensamento, história e cultura chinesas, percorrendo diversas etapas estruturantes da história do país sem perder de vista as suas raízes culturais e filosóficas. Em *Jesuit Political Thought: The Society of Jesus and the State, c. 1540–1630*, Harro Höpfl fornece-nos uma análise rara, e valiosa, dos fundamentos político-religiosos dos missionários da Companhia de Jesus, ajudando-nos a compreender, talvez como nenhuma outra obra, o *modus operandi* político da Companhia de Jesus, com a missionação como plano de fundo. *On China*, de Henry Kissinger oferece um olhar global da evolução da história política da China que se distingue pela forma como estabelece um importante elo de ligação entre as perspetivas histórica, filosófica e das relações internacionais. Esta abordagem afigura-se fundamental para a compreensão do comportamento atual da China no sistema internacional, baseando-se nos seus padrões de ação ao longo dos séculos, inspirados na sua matriz cultural e filosófica.²

Na esfera do estudo das relações luso-chinesas, João de Deus Ramos, antigo embaixador de Portugal em Pequim, negociador da Declaração Conjunta Luso-Chinesa e especialista nas relações entre os dois países, dá-nos um dos trabalhos mais abrangentes versando as relações entre os dois países em *Portugal e a Ásia Oriental*. Analisando vários momentos-chave, desde os primeiros contactos até à devolução de Macau à RPC, João de Deus Ramos fornece um

¹ Ye Zicheng. 2011. *Inside China's Grand Strategy: The Perspective from the People's Republic* (edited and translated by Steven I. Levine and Guoli Liu). Lexington: University of Kentucky Press; Zheng Yongnian. 1999. *Discovering Chinese Nationalism in China: Modernization, Identity, and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press; Solé-Farràs, Jesús. 2014. *New Confucianism in twenty-first century China: the construction of a discourse*. Abingdon, Oxon e Nova Iorque: Routledge. Fan, Ruiping. 2001. *The Renaissance of Confucianism in Contemporary China*. Hong Kong: City University of Hong Kong.

² Boxer, Charles Ralph. 1991. *Estudos para a História de Macau: Séculos XVI a XVIII*. Lisboa: Fundação Oriente; Boxer, Charles Ralph. 1986. *Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan, 1543-1640*. Londres: Variorum Reprints. Fairbank, John King e Goldman, Merle. 2006. *China: A New History*. Cambridge Massachusetts e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press; Höpfl, Harro. 2004. *Jesuit Political Thought: The Society of Jesus and the State, c. 1540–1630*. Cambridge: Cambridge University Press; Kissinger, Henry. 2012. *On China*. Nova Iorque: The Penguin Press.

contributo inestimável ao apresentar, de forma clara, os diferentes contextos políticos internos da China e de Portugal ao longo dos séculos, o seu impacto nas relações luso-chinesas, e o importante contributo dos jesuítas para as mesmas. *Segredos da Sobrevivência: História Política de Macau*, de Wu Zhiliang é uma obra exaustiva e obrigatória, que se distingue da bibliografia existente sobre Macau ao analisar, quer pelo modo como analisa todos os períodos do relacionamento luso-chinês pela perspectiva de Macau, quer pelo uso abundante de fontes chinesas e portuguesas. Carmen Amado Mendes dá-nos o relato mais pormenorizado das negociações luso-chinesas para a Declaração Conjunta e no período de transição, até à retrocessão do Território em 1999. Em *Portugal, China and the Macau Negotiations, 1986-1999*, o modelo de Hong Kong que a RPC aplicaria a Macau é descrito e as especificidades do sistema político português, bem como o seu impacto nas negociações, são reveladas. Neste livro, Mendes realiza também um necessário enquadramento histórico da “questão de Macau” e da descolonização portuguesa, cujas sequelas psicológicas condicionaram a postura de Portugal nas negociações. *Settlement of the Macao Issue: Distinctive Features of Beijing’s Negotiating Behaviour*, de Jaw-ling Joanne Chang, oferece-nos, por sua vez, uma análise detalhada das negociações da Declaração Conjunta desde a perspectiva chinesa. *Trabalhos do Seminário Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)*, de Luís Filipe Barreto, distingue-se por oferecer um relato, na primeira pessoa, das relações luso-chinesas nas últimas décadas do século XX através de alguns dos protagonistas. Por fim, *Accommodating Diversity: The People’s Republic of China and the ‘Question of Macao’ [1949-1999]* de Francisco Gonçalves Pereira oferece-nos uma análise detalhada do modo como evoluíram as relações de poder entre Portugal e a RPC, desde a fundação da República Popular em 1949 até à retrocessão, da contenção demonstrada pela China relativamente à Questão de Macau, e como foi possível a Portugal conservar o Território até 1999 e negociar com a China a sua transferência desde uma posição de paridade. A obra extensa de Moisés Silva Fernandes cobre vários períodos das relações luso-chinesas e inclui inúmeros artigos como “Macao in sino-portuguese relations, 1949-1955”, “O Diplomata José Calvet de Magalhães e a Questão de Macau nas Relações Luso-Chinesas, 1946-1971” e “A Normalização das Relações Luso-Chinesas e a Questão da Retrocessão de Macau à China, 1974-1979”³.

³ Ramos, João de Deus. 2012. *Portugal e a Ásia Oriental*. Lisboa: Fundação Oriente; Wu, Zhiliang. 1999. *Segredos da Sobrevivência – História Política de Macau*. Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau; Mendes, Carmen Amado. 2013a. *Portugal, China and the Macau Negotiations, 1986-1999*. Hong Kong: Hong Kong

Asian Power and Politics: The Cultural Dimensions of Authority, de Lucian Pye, é uma obra fundamental para a compreensão do modo como a cultura chinesa e o confucionismo se manifestam, historicamente, na natureza do poder e nos comportamentos dos líderes chineses, revelando, a vários níveis, uma assinalável continuidade. “Chinese Conflict Preferences and Negotiating Behavior: Cultural and Psychological Influence” de Paul S. Kirkbride, Sara F.Y. Tang e Robert I. Westwood é um trabalho da maior relevância para a presente dissertação ao conseguir estabelecer a ligação entre a matriz cultural e psicológica chinesa com os seus métodos e táticas negociais, com os quais Portugal teve contacto em diversas ocasiões, mas de forma mais intensa, e relevante, nas negociações da Declaração Conjunta Luso-Chinesa.⁴

Os inúmeros interesses de ordem económica e estratégica da China nos países lusófonos, a posição de destaque que estes atualmente ocupam no sistema internacional, e o papel que Macau desempenha nessa relação são apresentados de forma incisiva em *Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado*, de Wei Dan. Através de uma multiplicidade de perspectivas, somos confrontados com as implicações, para a lusofonia, de uma nova ordem internacional, fruto de uma globalização à qual a política internacional não é imune, e na qual os chamados BRICS são chamados a assumir um protagonismo condizente com a sua dimensão, demografia e recursos. Neste sistema emergente, é a própria China a primeira a reconhecer o valor estratégico dos países de língua portuguesa e a querer apoiar-se nesse poder⁵.

As relações luso-chinesas conheceram vários ciclos. O presente trabalho propõe a seguinte divisão: o ciclo da influência, desde os primeiros contactos até à segunda metade do séc. XVIII e o Período Pombalino; o ciclo da soberania de Portugal sobre Macau, desde a era das Guerras do Ópio no século XIX até à Revolução Democrática de 25 de abril de 1974; e o ciclo negocial,

University Press; Jaw-ling Joanne Chang. 1988. *Settlement of the Macao Issue: Distinctive Features of Beijing's Negotiating Behaviour (with text of 1987 protocol and 1987 declaration)*, Occasional Paper n.º 4 Baltimore, School of Law, University of Maryland; Barreto, Luís Filipe (ed.), *Trabalhos do Seminário Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau; Pereira, Francisco Gonçalves. 2013. *Accommodating Diversity: The People's Republic of China and the 'Question of Macao' [1949-1999]*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P.; Fernandes, Moisés Silva. 2008. “Macao in sino-portuguese relations, 1949-1955”. *Portuguese Studies Review*, 16 (1), 153-170; Fernandes, Moisés Silva. 2006. “O Diplomata José Calvet de Magalhães e a Questão de Macau nas Relações Luso-Chinesas, 1946-1971”. *Administração*, n.º 72, Vol. XIX, 785-796; Fernandes, Moisés Silva. 2003. “A Normalização das Relações Luso-Chinesas e a Questão da Retrocessão de Macau à China, 1974-1979”. *Administração*, n.º 61, Vol. XVI, 3.º, 1077-1141.

⁴ Pye, Lucian. 1985. *Asian Power and Politics: The Cultural Dimensions of Authority*. Cambridge, MA: Harvard University Press; Kirkbride, Paul S., Tang, Sara F.Y. e Westwood, Robert I. 1991. “Chinese Conflict Preferences and Negotiating Behavior: Cultural and Psychological Influence”. *Organization Studies*, 12, 365-386.

⁵ Wei Dan (coord.). 2009. *Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado*. Coimbra: Edições Almedina.

desde 1974 até à retrocessão de Macau em 1999. Como pano de fundo, consideraremos as várias estratégias que a China adotou para com Portugal nestes três ciclos e que, embora distintas na forma e com dinâmicas e protagonistas muito diferentes, foram todas influenciadas pela sua matriz cultural e pensamento estratégico clássico.

O Capítulo 2 apresentará o enquadramento concetual e teórico da presente dissertação, baseado na matriz cultural chinesa e nas teorias chinesas das relações internacionais emergentes. De seguida, será estabelecida uma comparação entre as viagens marítimas chinesas e portuguesas e as diferentes motivações e objetivos por detrás das mesmas. As diferentes conceções de política externa entre os dois países seriam determinantes para o desfecho da primeira embaixada portuguesa ao Império do Meio.

O Capítulo 3 incidirá no primeiro ciclo diplomático, que coincidiu com o estabelecimento português em Macau e teve nos missionários Jesuítas os seus grandes protagonistas e os primeiros embaixadores *de facto* do Reino de Portugal no Império Chinês. Para a correta compreensão deste primeiro ciclo diplomático luso-chinês e do papel desempenhado por Macau é necessário compreender o enquadramento complexo no qual Portugal operava no Extremo Oriente e os seus dois principais componentes: O *Padroado Português no Oriente* e o *Estado da Índia*. Durante este primeiro ciclo, a ligação de Macau com o Reino de Portugal foi bastante ténue e o interesse da metrópole no enclave, uma peça informal do Estado da Índia, foi também reduzido. Sempre que Portugal, em particular após a Restauração (1640), enviou embaixadas oficiais à China, estas tinham, no cômputo geral, objetivos políticos limitados e muitas vezes desfasados da situação de Macau. O protagonismo dos Jesuítas nas relações luso-chinesas ver-se-ia ameaçado no séc. XVIII com as perseguições religiosas no Império Chinês e terminaria no período Pombalino (1750-1777) com a extinção por decreto da Companhia de Jesus (Teixeira, 1988: iii).

O Capítulo 4 é relativo ao segundo ciclo diplomático luso-chinês, correspondente ao ciclo da soberania. No século XIX, e após um período em que tentou, pela primeira vez, exercer um controlo efetivo sobre Macau e reivindicou a sua soberania sobre o Território, as Guerras do Ópio e o crescente enfraquecimento do poder central chinês permitiram que a ocupação portuguesa de Macau fosse reconhecida *de jure* pela China, com Portugal a beneficiar do apoio decisivo do Reino Unido neste processo. Após a fundação do Estado Novo (1933), Portugal continuou a reivindicar a sua soberania sobre Macau enquanto parte inalienável do Império Colonial

português, pilar fundamental da ideologia de Salazar. Esta ideologia influenciou decisivamente nas relações luso-chinesas durante grande parte do século XX, contribuindo para que Portugal não reconhecesse a República Popular da China (RPC) aquando da sua fundação em 1949 e mantivesse relações com a Formosa (a República da China em Taiwan). Os fatores ideológicos foram determinantes para o antagonismo luso-chinês na comunidade internacional, no contexto da Guerra Fria, com a China a manter uma retórica anti-imperialista e anticolonial que atingia diretamente Portugal. Durante todo este período, a China Comunista assegurou primeiro a sua influência em Macau para depois, já no contexto da Revolução Cultural, impor a sua autoridade após um período em que o Território pareceu, uma vez mais, entregue a um *status quo* que servia os interesses de ambas as partes.

O Capítulo 5, referente ao ciclo negocial, inicia-se com a revolução democrática de 25 de abril de 1974 e o consequente processo de descolonização português. Na política externa, o país tem como uma das suas prioridades o estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC, concretizado em 1979. A partir das negociações da Declaração Conjunta Luso-Chinesa e até à retrocessão de Macau em dezembro de 1999, este converteu-se no centro das relações bilaterais luso-chinesas. O seu futuro foi alvo de intensas negociações entre uma potência fraca, Portugal, e uma nação poderosa, a China, então já a caminhar rapidamente para o estatuto de superpotência. Portugal lutava por preservar a identidade histórica de Macau e garantir a autonomia da futura Região Administrativa Especial frente a uma China com outras prioridades e uma estratégia global de reunificação nacional, que em momento algum deixou de ter em vista.

No Capítulo 6, será realizada uma súmula da análise das relações luso-chinesas e das conclusões mais importantes a retirar relativamente ao impacto da matriz cultural sinica no relacionamento entre os dois países.

Capítulo 2 - O pensamento político chinês

2.1. A matriz politico-cultural

A análise transversal dos três ciclos diplomáticos luso-chineses, partindo do pensamento clássico chinês e das suas teorias emergentes das relações internacionais, apenas é possível porque a China soube manter, ao longo dos séculos, as linhas mestras da sua conduta nas relações externas. Para compreendermos o modo como o pensamento estratégico clássico chinês se manifestou na era moderna e afetou os últimos dois ciclos das relações luso-chinesas, importa analisar, primeiro, as suas bases, assentes em várias escolas de pensamento. Destas, três são de especial relevância para a presente dissertação: confucionismo, legalismo e taoísmo.

A China vê-se como o centro do mundo – o “Império do Meio” – e o seu Imperador, investido do seu Mandato Celestial (*Tian Ming*), é o único detentor da virtude e autoridade para governar “tudo sob o céu” (*Tian Xia*), soberano sobre todos os povos (Ford, 2010: 34 e 51) e velar pela harmonia no mundo. No séc. XVII, quando a Europa começava a organizar-se em Estados modernos e coincidiam nesta várias dinastias, a China continental era desde há muito uma entidade “centralizada”, governada por um sistema administrativo “uniforme” e tinha um único Imperador, cuja autoridade ia além da dos monarcas europeus (Fairbank e Goldman, 2006: 46).

Confúcio (551-479 ac) e o seu principal discípulo, Mêncio (372-289 ac) viveram numa época de grande instabilidade interna na China, com o país dividido em vários Estados e em guerra permanente, durante a qual proliferaram as escolas de pensamento que advogavam a paz. Destas, quase nenhuma sobreviveu e o próprio confucionismo só mais tarde seria adotado (Fairbank e Goldman, 2006: 49-51). O confucionismo preconiza um mundo harmonioso e não-violento onde cada um desempenha o papel que lhe corresponde, caracterizado por rígidas estruturas hierárquicas e relações de superioridade-inferioridade. Originalmente, o código confucionista não se destinava a regular o comportamento das pessoas comuns mas o das elites. As primeiras estavam sujeitas, não a um código moral, mas a um sistema efetivo de castigos e recompensas que assegurava o seu controlo e obediência através do uso da força, correspondente à visão da escola Legalista (Fairbank e Goldman, 2006: 51-52). O Legalismo foi uma filosofia política focada na “supremacia da autoridade” do Estado sobre a sociedade e na centralização do poder no soberano. A lei era usada para manter e consolidar o poder do

soberano e funcionava uma lógica essencialmente punitiva, subjugando o cidadão comum. Segundo alguns autores, a escola legalista foi a percussora do “realismo” moderno (Zhengyuan, 1996: 12).

Compreendendo as limitações do uso excessivo da força enquanto instrumento de governação, os monarcas chineses vieram a adotar o confucionismo para “equilibrar” os preceitos da escola Legalista (Chen, 2012: 113) uma vez que estes, por si só, não asseguravam a sua legitimidade (Jiang, 2011: 28). O confucionismo defendia um governo pela virtude e uma sociedade em que cada um se comporta em “conformidade” com o seu estatuto (Fairbank e Goldman, 2006: 55).

Adaptado aos códigos imperiais pela dinastia Han (Kissinger, 2012: 24), o confucionismo passou a preconizar que todos os homens se devem submeter aos seus superiores e todos, indistintamente, ao imperador (Abreu, 2004: 109). União e harmonia seriam consequências naturais de uma conduta e liderança “virtuosa” (Ford, 2010: 33) que constituía um exemplo para o povo. Este, por sua vez, não hesitaria em seguir o Imperador e acolher a moral que procurava inculcar-lhe. Tudo dependia, pois, da real capacidade do líder assegurar ou não uma governação “virtuosa” e próspera. A consegui-lo, o seu prestígio era reforçado e o resultado era a obediência do povo. Se inserirmos estes preceitos num contexto sociopolítico, o resultado é um sistema de carácter conservador que privilegia a autoridade (já) estabelecida, não a sua substituição por uma outra (Fairbank e Goldman, 2006: 51-53), e a precedência do poder coletivo – seja a família ou o país – sobre o individual (Pye, 1985: 202-203). De um modo ou outro, a ortodoxia confucionista atua sempre como elemento legitimador de uma autoridade única (Pye, 1985: 187), contribuindo para a desconfiança que os chineses nutrem, em geral, pelo pluralismo político (Pye, 1985: 184).

Uma outra fonte do pensamento chinês é o Taoísmo. Este, contrariamente aos rigores do confucionismo, defende a dualidade e relativismo de todas as coisas, a unidade e complementaridade dos opostos (*yin* e *yang*) e “o caminho” que as pessoas devem seguir, em harmonia com o mundo, adaptando-se constantemente ao mesmo (Fairbank e Goldman, 2006: 53-54 e 75). A coexistência da tradição taoista ao lado da confucionista é uma parte integrante da identidade chinesa. A elite letrada, fortemente influenciada pelos princípios confucionistas, era indispensável ao Imperador pela sua cultura e talento administrativo e o Imperador era, por sua vez, a fonte do poder e influência dos letrados (Fairbank e Goldman, 2006: 67) enquanto representantes dessa autoridade máxima. Os Jesuítas souberam compreender esta relação de

simbiose e dela tiraram partido para acederem, eles próprios, à elite mandarínica. A mesma lógica continuaria a imperar nos quadros do Partido Comunista Chinês (PCC): as preocupações a nível local podem ser tidas em consideração, mas o poder emana do topo (Pye, 1985: 184).

Centralismo administrativo não é, contudo, sinónimo da inexistência de autoridades e interesses locais, pelo contrário: existiam e continuam a existir diversas formas de poder local, com as autoridades provinciais à cabeça, que se relacionavam com os seus subordinados em moldes semelhantes aos que Pequim utiliza *vis-à-vis* as províncias, muitas vezes para obter ganhos pessoais. Mao Zedong e Deng Xiaoping expressariam as dificuldades existentes no relacionamento com os quadros locais (Pye, 1985: 187-188). A história de Macau é, em grande medida, a história do relacionamento dos portugueses com as autoridades locais. De forma paradoxal, a construção de relações informais de interdependência baseadas na confiança mútua, ou *guanxi*, nos vários escalões da autoridade constitui, na tradição chinesa, um elemento importante do exercício do poder e quanto mais elevada for a posição de um indivíduo na hierarquia, maior sentirá necessidade dessa “proteção” (Pye, 1985: 190). A posição dos Jesuítas e a sua influência na corte de Pequim enquadram-se nesta lógica.

Na tradição chinesa, quando o poder central enfraquecia e a desordem se instalava, o Imperador perdia o seu “mandato”, seguindo-se um período de grande instabilidade que fraturava o país, até surgir uma nova dinastia que iniciava um novo movimento de reunificação e recentralização. Olhando a longa história da China, verificamos que se trata de um fenómeno estrutural que os chineses experienciaram inúmeras vezes. Na sua cultura e pela sua experiência, veem os períodos de estabilidade não como algo adquirido mas como tendencialmente temporário, fazendo da “unidade” do país um objetivo e um “ideal” a ser defendido, por ser o único garante dessa estabilidade. Isto contribuiu também para que na China o conceito de “revolução” adquirisse uma conotação distinta: em lugar de significar anarquia e/ou maiores liberdades para a população, implica o efetivo fortalecimento do poder central. Chiang Kai-shek e Mao Zedong partilharam esta conceção (Pye, 1985: 189-190) e nenhuma dinastia chinesa tolerou a existência de oposição (Fairbank e Goldman, 2006: 46-49). Em pleno século XX a China conheceu um período de grande instabilidade durante a era dos “Senhores da Guerra” (1916-1927), no qual se verificou um enfraquecimento do poder central e o país esteve dividido por vários chefes militares (Fairbank e Goldman, 2006: 255-260), contribuindo em muito para as suspeitas com que o pluralismo é encarado na China (Pye, 1985: 189).

Nos períodos de recentralização do poder, a nova dinastia recorria a métodos e princípios da anterior, procurando soluções na continuidade (Kissinger, 2012: 18). Por esta razão, alguns autores defendem que a China, historicamente, se assemelha menos a um Estado-Nação do que a uma extensa civilização, unida por uma cultura comum, que se estendeu no tempo. E, sendo um Império autossuficiente, o seu relativo isolamento tornou-a quase impermeável à influência externa e incutiu-lhe um sentido de centralidade e um sentimento de superioridade (Fairbank e Goldman, 2006: 45-47). O pragmatismo chinês encontrava a sua máxima expressão nos momentos em que o Império era invadido: colocados perante um território de enorme extensão, os invasores encontravam nas elites letradas que administram o país um ponto de apoio indispensável e aceitavam que a burocracia e costumes se mantivessem. Com o tempo, o invasor era gradualmente aculturado e, eventualmente, absorvido pelo mesmo país e cultura que havia conquistado, a ponto de defender os seus objetivos e interesses, que passa a entender como os seus (Kissinger, 2012: 30). Historicamente, a China apoiava, em parte, as suas pretensões de superioridade cultural na prosperidade e superioridade económica que apresentava comparativamente a todos os Estados vizinhos que ostentou ao longo de grande parte da sua história, tornando-a por norma um transmissor de influência e não um recetor. Conceitos como “inclusividade”, “aculturação” e “sinicização” tornaram-se, assim uma extensão natural da identidade chinesa, como demonstra a assimilação sofrida por mongóis e tártaros durante os períodos dinásticos da sua ocupação (Cheong, 1997: 2).

É interessante verificar o modo como, à semelhança dos povos que no passado invadiram o país e se tornaram parte dele, a China conseguiu “sinificar” filosofias políticas externas como o Comunismo. O sucesso passou, em grande parte, pela sua abordagem pragmática. Contrariamente ao mundo ocidental, por regra mais dogmático, na China as ideologias políticas, como o Comunismo, não são um valor absoluto em si, existindo sobretudo enquanto meios para atingir fins concretos e, sobretudo, enquanto instrumentos de poder. Quer no caso do confucionismo como do Comunismo a importância da ideologia residia, por um lado, por esta constituir uma base moral que justificava a liderança e, por outro lado, enquanto elemento dissuasor de qualquer contestação à autoridade (Pye, 1985: 205).

Diversas teorias chinesas das relações internacionais desenvolveram-se ao longo das últimas três décadas, nomeadamente a partir do processo de “reforma e abertura” de Deng Xiaoping e a subsequente “importação” da ciência ocidental. Inicialmente tendo como única base as teorias

já existentes no Ocidente, a partir do final da década de 1980 começaram a ser progressivamente influenciada pela história e tradições chinesas. Ainda que vários académicos defendam que ainda está por emergir uma teoria chinesa uniforme e que possa ser colocada ao lado das teorias clássicas, é opinião quase unânime que esta terá de resultar da redescoberta do pensamento clássico chinês. Em face do crescente poder e influência do país, é expectável que o “fator China” adquira cada vez mais proeminência na área de estudo das relações internacionais (Zhang, 2012: 67-79). Abordaremos, de seguida, as teorias emergentes mais relevantes para o presente trabalho.

O “Novo Confucionismo”, como descrito na obra *New Confucianism: A Critical Examination* de John Makeham (2003), é um movimento “filosófico e neoconservador” que se reivindica como o legítimo representante e transmissor da ortodoxia confucionista, debatido desde meados da década de 1980 por académicos da República Popular da China, de Hong Kong e Taiwan. Comprovado o seu carácter transversal, chegou-se no início da década de 1990 a um importante consenso: o Novo Confucionismo remonta ao início do século XX e conheceu várias fases de evolução interna na China (Makeham, 2003: 2-3). Solé-Farràs (2014: 26) reconhece que durante grande parte do século XX e, em particular, no período da Revolução Cultural, predominou a ideia que o confucionismo era uma filosofia anacrónica e que urgia erradicar. Mas, a partir de meados da década de 1980, o panorama intelectual alterou-se significativamente graças às políticas de abertura e modernização em curso e a intelectuais marxistas como Fang Keli, que apresentaram o Novo Confucionismo, o marxismo e o liberalismo ocidental como correntes dominantes do pensamento chinês contemporâneo que interagem entre si. O confucionismo contemporâneo constitui pois uma síntese de valores orientais e ocidentais que dotou a RPC de uma grande flexibilidade estratégica (Solé-Farràs, 2014: 214-215).

A modernização do país, simbolizada pela política das “Quatro Modernizações”⁶, acarretava, contudo, o dilema de tornar o país mais vulnerável à influência e valores externos, provocando um aceso debate entre intelectuais que entendiam essa influência como consequência natural do progresso tecnológica e outros que entendiam que a preservação da “essência” da China era imperativa. Vários académicos defenderam que a modernização do país seria impossível sem a

⁶ A política das “Quatro Modernizações”, avançada na década de 1970 pelo Primeiro-ministro chinês Zhou Enlai, é referente à modernização da República Popular da China nos seguintes setores: Agricultura; Indústria; Defesa; Ciência e Tecnologia.

modernização da cultura. Isto contribuiu para que, no final da década de 1980, a visão do papel do confucionismo enquanto força matriz da cultura chinesa fosse reabilitada, acreditando-se contudo que a preservação dessa mesma cultura, num contexto de abertura ao mundo exterior, exigia uma atualização e reinterpretação dos ensinamentos confucionistas (Song, 2003: 82-88).

Jiang Qing defende que o confucionismo tem, na atualidade, a “missão” de “estabelecer uma legitimidade completa e integral para o futuro da política chinesa” (Jiang, 2013: 29). Uma missão que, defende, não pode de modo algum ser levada a cabo pelos modelos políticos ocidentais, que vê como fonte de egoísmos e interesses individuais em nome de um conceito de “modernidade” que não considera sustentável. Jiang realiza então uma distinção entre “confucionismo ético” e “confucionismo político” (Chen, 2012: 114-116). O “confucionismo político”, de grande relevância para o presente trabalho, prioriza a resolução das questões sociopolíticas de uma sociedade que, por estar em constante mutação, exige respostas que acompanhem essas mudanças e implicam por vezes a alteração ou redefinição dos sistemas sociopolíticos. A capacidade de adaptação a um determinado contexto é, pois, fundamental para o estabelecimento de uma sociedade “harmoniosa” (Jiang, 2011: 26-28).

Hughes (1997) complementa e clarifica esta resistência da China à influência ocidental ao propor um enquadramento da teoria chinesa de relações internacionais pela dicotomia globalização-nacionalismo. Hughes defende que desde a derrota do país na Guerra do Ópio verificou-se por parte da China uma crescente aceitação da necessidade de compreender a tecnologia e métodos ocidentais, não para “ocidentalizar” a China mas precisamente o contrário: usar os métodos ocidentais para fortalecer o país, assegurar a sua sobrevivência e preservação de tudo o que é “chinês” (Hughes, 1997: 2). Esta visão utilitária dos métodos ocidentais continuou após a Revolução Republicana de 1911, com destaque para o “Movimento de Quatro de maio” (1919). Este movimento, de caráter político, cultural e anti-imperialista, foi alimentado pelo descontentamento popular após a Conferência de Paz de Versalhes, na qual a China não conseguiu ver satisfeitas as suas reivindicações, por motivos que serão abordados mais adiante. Os grandes protagonistas deste movimento foram académicos e intelectuais que promoviam a reavaliação crítica da herança cultural chinesa, o debate dos vários conceitos como Democracia e a valorização do conhecimento científico no país (Fairbank e Goldman, 2006: 266-268) e os seus apelos ao “Sr. Ciência” e “Sr. Democracia” (Hughes, 1997: 10).

Posteriormente, no regime comunista de Mao Zedong, dá-se a “sinificação” do marxismo. Com a implementação da política de reforma e abertura de Deng Xiaoping, este diálogo entre confucionismo e modernidade intensificou-se, com o próprio líder chinês a reconhecer que a aprendizagem de métodos estrangeiros era necessária, mas que esta jamais pode implicar a subordinação do país a qualquer potência estrangeira. Os instrumentos da globalização deveriam, antes, ser utilizados para elevar o nível de vida dos cidadãos e atingir “ideais nacionalistas” como a reunificação do país com Hong Kong, Macau e Taiwan (Hughes, 1997: 2-3). Ainda segundo Hughes, esta instrumentalização do conceito de globalização por parte do Partido Comunista Chinês permite-lhe apresentá-lo como elemento complementar do Nacionalismo e reforçar a sua legitimidade nesse processo: a globalização é benéfica, mas a ação – e autoridade – do PCC é indispensável para garantir a preservação da “identidade” do país, cabendo-lhe o papel de fiel da balança. Já em 1924, Sun Yat-sen havia definido nacionalismo como “poder” (Hughes, 1997: 19).

Por esta razão, durante a sua reunião com Margaret Thatcher em 1982, Deng mostrou total intransigência na questão da devolução de Hong Kong, referindo que um fracasso na política de reunificação do país resultaria na perda de confiança do povo chinês na liderança comunista, em parte por implicar que a China não conseguia recuperar por completo a sua soberania (Hughes, 1997: 3-4). A posição oficial do PCC é que, idealmente, o sistema internacional deve ser multipolar, regido pela não-interferência nas questões internas e no qual a RPC se assuma como uma das grandes potências (Hughes, 1997: 5-6). Esta visão contraria as teorias que previam, após o final da Guerra Fria, uma ordem internacional dominada por valores ocidentais, situando-se antes no espectro de análise de autores que defendem que a anarquia no sistema internacional é garante da preservação da especificidade das várias culturas (Hughes, 1997: 21).

Golden (2004: 104) acompanha este raciocínio ao defender que a geoestratégia atual é um debate entre os que situam a nova ordem mundial num contexto pós-Guerra Fria e os que a situam num contexto pós-colonialista. Estes sublinham as grandes “discrepâncias sobre a maneira de interpretar esta herança comum” entre os países ocidentais e que os interesses dos Estados Unidos, ao serem de natureza unilateral, promovem um desequilíbrio no sistema internacional. Na perspetiva asiática, foram os “valores ocidentais” que “justificaram”, no passado, o imperialismo que atingiu uma parte importante da população mundial e que

inviabiliza que a mesma se possa rever nesses valores, que agora parecem servir de suporte a um “neoliberalismo económico” que aumentaria a sua vulnerabilidade ao Ocidente. Neste cenário, os “valores asiáticos” surgiriam como defensores do multilateralismo. (Golden, 2004: 16). O conceito de valores asiáticos está, por sua vez, diretamente ligado ao confucionismo. Ao analisar sociedades “coletivistas”, como as asiáticas, com uma forte matriz confucionista, é necessária a compreensão de que os valores sociais e os direitos humanos têm de ser entendidos dentro das especificidades do contexto cultural (Jacobsen e Bruun, 2000: 2-3). As obrigações do coletivo sobrepõe-se às vontades individuais, em claro contraste com o que sucede no Ocidente “individualista”. Segundo alguns autores, esta visão acarreta o risco de “Estado” e “sociedade” se tornarem indissociáveis, favorecendo a “manipulação política” do conceito de valores asiáticos (Diokno, 2000: 78).

A ser verdade que a cultura chinesa clássica e o confucionismo têm uma presença forte na vida e governo na República Popular da China, será legítimo questionarmo-nos sobre o facto de não serem alvo de referências expressas por parte dos seus líderes. A este respeito, Solé-Farràs (2014: 63-64) defende que, embora estes conceitos clássicos sejam progressivamente implementados a cada Congresso do PCC e se tornem parte da ideologia política, é do interesse do partido que a origem deles seja apresentada como socialista, refletindo também uma lógica de continuidade: cada novo elemento da ideologia do PCC resulta de outros anteriormente estabelecidos.

Como defende Qin Yaqing, se a teoria social “depende em grande medida da história, experiência e práticas” de um povo enquanto “comunidade cultural”, é necessário reconhecer o papel decisivo da cultura na “inovação e evolução teórica”. Ao referirmo-nos às teorias das relações internacionais, é pois indispensável adotar uma perspetiva plural e referirmo-nos a “culturas”. Por esta razão, é opinião quase consensual entre académicos chineses que as teorias ocidentais são “insuficientes” e que a cultura é decisiva para “desenvolver uma teoria social”. Estes autores recorrem ao legado de uma civilização desenvolvida ao longo de 5000 anos e que “fez dos chineses o que são hoje” para analisar o “comportamento internacional chinês”. Qin Yaqing identifica, contudo, três possibilidades distintas de “interpretação analógica”: um modelo “anverso”, um modelo “reverso” e um modelo “interativo”. Enquanto o primeiro consiste na interpretação da realidade utilizando um sistema concetual especificamente “chinês”, o segundo – ainda dominante – serve-se de um sistema concetual estrangeiro (como o

ocidental) e das suas teorias para interpretar a realidade e os próprios elementos culturais identificados no comportamento da China. Qin Yaqing sugere uma terceira via, inspirada no pensamento chinês: o modelo interativo, em lugar de apresentar um enquadramento teórico partindo de moldes exclusivamente chineses ou não-chineses, propõe uma aplicação simultânea de ambos, estabelecendo um “diálogo” teórico Ocidente-Oriente (Qin, 2012: 69-70). A chave desde diálogo é a teoria da “relacionalidade”, considerada por Confúcio o elemento mais importante da (boa) governação e um elemento tão inculcado na cultura chinesa como a “racionalidade” na cultura ocidental, a ponto de esta ter originado grande parte das teorias sociais (Qin, 2012: 78-79). De entre os princípios que regem esta teoria, o mais relevante para o presente trabalho é o do “meta-relacionamento”. Este, parte da assunção taoísta de que o relacionamento entre dois “polos” opostos é essencialmente não-conflituoso e que a interação entre ambos é um exercício de “harmonização” que resultará numa síntese, contendo elementos de ambos. Aplicado às relações internacionais, o meta-relacionamento significa que a China aceita e compreende a existência de perspetivas conflituosas entre as partes, mas “conflito” é entendido como um passo natural e necessário rumo a uma harmonização de perspetivas, não como um obstáculo (Qin, 2012: 81-82). A fórmula “um país, dois sistemas” de Deng Xiaoping, que abordaremos no presente trabalho, constitui um dos exemplos máximos desta capacidade chinesa de conjugar elementos aparentemente incompatíveis.

A contribuição mais relevante da China na área das Teorias das Relações Internacionais é, possivelmente, o conceito de Poder Nacional Agregado⁷ (*Comprehensive National Power*). De forma sucinta, poder-se-á dizer definir o Poder Nacional Agregado como a “habilidade de sobrevivência, capacidade de desenvolvimento e a influência internacional” de um país. Estes fatores, que não podem ser considerados de forma isolada, quando conjugados definem a capacidade de a RPC fazer face aos desafios de ordem interna e externa (Zheng, 1999: 85 e 119) se o país detém, ou não, o estatuto de grande potência. Este conceito começou a ser utilizado na década de 1980 com a necessidade que os seus líderes sentiam em analisar o

⁷ O Poder Nacional Agregado é composto por sete elementos: 1) poder “básico” (as características inerentes ao país como a população, localização geográfica, recursos naturais e coesão social); 2) poder económico (englobando os fatores económicos clássicos como tecnologia, comércio e indústria); 3) poder de defesa nacional (capacidade de defender o país ou de prevenir a ocorrência de ataques); 4) poder diplomático (influência na comunidade internacional); 5) poder organizacional e de coordenação (capacidade de conjugar vários tipos de poder na prossecução dos interesses nacionais); 6) capacidade decisória nacional (capacidade de tomar as decisões “certas” na política interna e externa baseando-se num conhecimento “correto” do contexto interno e externo); 7) poder moral e cultural (o comportamento “político” dos cidadãos, sistemas de crenças e carácter nacional) (Zheng, 1999: 119).

poder da RPC numa perspectiva global e, a partir de 1992, passou a figurar nos documentos oficiais do PCC (Zheng, 1999: 115). Pode, de certo modo, ser entendido como uma “expressão sistemática” da filosofia de Deng Xiaoping: a força internacional da RPC provém do seu nível de desenvolvimento interno. A ser assim, trata-se pois da própria base do “estatuto internacional” que a RPC construiu (Zheng, 1999: 119 e 158) desde o final da década de 1970. Na perspectiva do PCC, a incapacidade de recuperar Taiwan representa uma limitação no estatuto e influência internacional do país (Ye, 2011: 19 e 23-26) e, por arrasto, do seu Poder Nacional Agregado.

A RPC tem como objetivo converter-se numa potência mundial estável e respeitada. Com esse objetivo em mente, desde final da década de 1970 que recorre à sua tradição estratégica, manobrando e condicionando fatores internos e externos:

Internally, Chinese leaders follow the model of economic development under authoritarian rule. Externally, they take a three-pronged strategy to create a favorable environment for China's development. First and foremost, Chinese leaders seek a constructive relationship with the United States. Second, they mend fences with China's neighboring countries. Third, they aggressively integrate China into the global community (Lai, 2004: 22).

O cálculo de todos estes fatores é, por um lado, global e exaustivo, pois são minuciosamente analisados todos os elementos internos e externos, “a magnitude quantitativa e qualitativa do território, dos recursos naturais, o poder económico, a influência diplomática, a capacidade militar e a influência cultural” (Golden, 2010: 80); e, por outro lado, é avesso ao risco, privilegiando a harmonia e a integração. Por esta razão, a China definiu o seu enquadramento nas últimas décadas: uma “ascensão pacífica”, usando como mapa a sua própria história e não os exemplos e modelos ocidentais. Simultaneamente, o país continua a rejeitar o “estatuto de potência hegemónica”, como foi visível pela alteração do *slogan* de “ascensão pacífica” para “desenvolvimento pacífico”⁸, mas já reivindica um poder político na comunidade internacional em conformidade com a sua economia e influência (Golden, 2010: 70 e 73).

Ao analisar a natureza do poder da RPC e do PCC, é possível identificar três dimensões distintas de poder, complementares entre si, que compõe a sua *comprehensive national strenght* e que condicionam a perceção e as estratégias do país. O conceito de *comprehensive national strenght* tem as suas raízes no pensamento estratégico tradicional presente em *A Arte da Guerra*.

⁸ O termo “ascensão pacífica” foi introduzido em 2003 por Zheng Bijian, Presidente do *China Reform Forum*, mas seria modificado para “desenvolvimento pacífico” no ano seguinte pelo Presidente Chinês Hu Jintao, em face dos receios de que a ascensão da RPC seja vista como uma ameaça (Sujian, 2006: 1-2).

Objetivamente, trata-se da “soma total do poder coercivo, económico e ideacional de uma nação” (Lampton, 2008: 20-21).

Lampton defende também que a probabilidade de a RPC possuir uma “estratégia global” consensual é elevada, cujos objetivos permanecem em grande medida os mesmos desde a decadência da Dinastia Qing: “tornar a China rica e poderosa e recuperar o seu estatuto de grande potência que controla o seu destino”. Subsistem contudo duas interrogações, uma relacionada com fatores externos e outra com fatores internos: (1) quão grande será a resistência dos demais atores do sistema internacional a este desejado ascendente e (2) quais as políticas mais adequadas que o país deverá implementar na sua política interna e externa para assegurar os níveis de crescimento económico e de estabilidade que lhe permitam atingir os seus objetivos (Lampton, 2008: 25-26).

Apesar de predominar na RPC a corrente dos “internacionalistas cooperativos”, defensora da interdependência e das situações de benefício mútuo enquanto chave para a criação de uma ordem internacional harmoniosa, existe uma corrente de opinião alternativa, menos numerosa e influente, denominada de “novos nacionalistas”. Estes consideram provável a eclosão de um conflito entre a RPC e as potências que, por verem a sua emergência como uma ameaça (Lampton, 2008: 14-15), tentarão impedir a RPC de incrementar o seu Poder Nacional Agregado. As fortes correntes nacionalistas existentes na RPC têm origem, segundo alguns autores, no “vácuo ideológico” existente desde o afastamento do marxismo-leninismo enquanto força diretriz, substituída pelo nacionalismo chinês. Este desenvolvimento, visível nos recentes conflitos regionais com o Japão, constitui um dos maiores riscos ao relacionamento “harmonioso” que a RPC apregoa (Fairbank e Goldman, 2006: 464).

Johnston (1995: 1) apresenta um conceito de “cultura estratégica” aplicável ao caso chinês, pelo qual Estados diferentes possuem também conceitos estratégicos “predominantes” distintos, com “raízes” nas experiências militares adquiridas na fase inicial ou “formativa” desse Estado ou, em alguns casos, no Estado que o precedeu. Em maior ou menor medida, estes conceitos estratégicos foram influenciados pelas especificidades culturais, políticas, filosóficas e cognitivas desse Estado e das suas elites e pela forma como evoluíram no tempo. Ainda segundo Johnston, variáveis “ahistóricas” como a tecnologia, as estruturas organizativas ou as capacidades materiais do Estado são de “importância secundária”, uma vez que “são as lentes interpretativas da cultura estratégica que são significado a essas variáveis”. Johnston ressalva que a existência

de uma “cultura estratégica” não se sobrepõe a tomadas de decisões numa base essencialmente “racional”, mas sublinha que a cultura estratégica específica de cada Estado condiciona o “processo racional” pelo qual uma opção será tida, ou não, como a indicada em detrimento de outras. Um elemento importante da cultura estratégica que, no entender de Johnston, é subestimado, é o da “instrumentalidade”, isto é, o potencial para encobrir opções de natureza estratégica através de uma “linguagem culturalmente aceitável” que justifica a “competência” dos decisores políticos. Estes, embora possam contornar ou colocar-se acima dos “constrangimentos estratégico-culturais”, que na realidade “manipulam”, podem também ficar prisioneiros do seu próprio discurso (Johnston, 1995: 14 e 18).

Johnston identifica duas tradições estratégicas chinesas, que ele descreve como o “paradigma confucionista-menciano” e o “paradigma *parabellum*”, recuperando neste último a expressão latina *si pacem parabellum* (se queres a paz, prepara a guerra). O primeiro opõe-se firmemente a quaisquer situações de conflito e enfatiza as estratégias não violentas, a capacidade de manobrar o oponente e as políticas de “acomodação” (Johnston, 1995: 152-153 e 249) mas, segundo Johnston, o paradigma dominante na cultura estratégica chinesa é o do *parabellum*, que assenta no pressuposto que a ocorrência de conflito é sempre o cenário mais provável e que qualquer alteração nas capacidades relativas do oponente deve ser encarada nesse prisma. Johnston identifica em textos antigos de estratégia chinesa e no pensamento da China durante a dinastia Ming e no período maoísta. Em Mao identifica no seu pensamento estratégico vários pontos de contacto com os ensinamentos de *A Arte da Guerra*, o que é revelador da “persistência e consistência do pensamento estratégico chinês” (Johnston, 1995: 26). Na China dos Ming, Johnston consegue identificar períodos em que adotou uma abordagem confucionista mas apenas porque necessitava de afirmar a sua legitimidade e interessava-lhe apresentar uma postura mais benigna (Johnston, 1995: 263). O paradigma confucionista-menciano é, no seu entender, utilizado pelos líderes chineses de uma forma estratégica: pode ser empregue para “redefinir estratégias de anteriores governantes”, mas também para criticar as políticas e comportamentos que consideram ofensivos. Em ambas as situações, defende que essas atitudes têm origem num “cálculo de custo-benefício” (Johnston, 1995: 245-246).

David Lampton (2008) partilha a perceção de Johnston de que a China, historicamente, apresenta uma conduta violenta em inúmeras situações, como sucedeu na Guerra da Coreia, conduzindo por isso a uma pergunta-chave: será que há medida que o seu poder aumenta

também aumentará o seu recurso ao uso da força e à “intimidação psicológica”? A experiência demonstra que nas situações em que os seus “interesses vitais” estão em risco, diminui a sua inibição em usar a força (Lampton, 2008: 15-19). Dir-se-ia que a China tende a utilizar métodos não-coercivos (o paradigma confucionista-menciano) em situações nas quais não possui uma superioridade material relativamente ao adversário ou em que existe uma oposição interna ao uso de força. No entanto, em contextos de superioridade, caso entenda necessário “influenciar”, “pacificar” ou “controlar” a sua “periferia estratégica”, verifica-se um uso efetivo da força, ainda que de forma calculada e limitada. Alguns académicos, contrariando também as assunções de carácter pacifista da história e cultura chinesa, descrevem o uso da força por parte da China como algo “endémico”, recordando que desde a era Imperial os estrangeiros foram com frequência vítimas da mesma (Swaine, Daly e Greenwood, 2000: 46-50). Nessas situações será por isso mais correto afirmar que a lógica de Sun Tzu se traduz, regra geral, na recusa de um uso da força “excessivo” ou “prolongado”, por este comprometer a coesão política e a ordem social (Swaine, Daly e Greenwood, 2000: 65 e 90).

Em 2002, um relatório do Departamento de Defesa dos Estados Unidos alertou para o desconhecimento que persistia relativamente ao pensamento estratégico chinês, salientando que um conceito em particular, *shi*, para o qual não existe equivalente ocidental, era usado pela China para explorar a “configuração estratégica do poder” a seu favor de forma a aumentar o seu poder nacional relativo e salvaguardar a sua independência (Lai, 2004: iv). Este conceito pode ser encontrado em *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu, por muitos considerado a “fonte” do pensamento militar chinês (Lampton, 2008: 16). *Shi* consiste na capacidade de um se posicionar de modo a que a derrota seja impossível e simultaneamente manobrar o adversário para a posição ideal tendo em vista o nosso objetivo a atingir. Este princípio rege a diplomacia chinesa até aos nossos dias (Lai, 2004: 1-3).

É possível estabelecer uma comparação entre o pensamento estratégico chinês e ocidental comparando o jogo de estratégia *wei-ch'i* com o xadrez: neste último, as peças estão todas colocadas no tabuleiro, são visíveis por ambos os jogadores e o objetivo em mente é desferir um golpe único e decisivo. Num desafio de *wei-ch'i*, as 180 peças são gradualmente colocadas no tabuleiro por ambos os adversários e o objetivo não é desferir um golpe decisivo no adversário mas conseguir manobrá-lo até este se encontrar cercado, submetendo-o. No pensamento estratégico e militar chinês herdado através de *A Arte da Guerra*, todos os fatores a calcular

estão interligados e é imperativo existir a flexibilidade para adaptar continuamente os objetivos face a um contexto em constante mutação, antecipando sempre o rumo dos acontecimentos (Kissinger, 2012: 31-36). Sendo verdadeiro que a situação “ideal” é conseguir a submissão do adversário sem ter de recorrer à força, a melhor das estratégias alternativas consiste em desferir um golpe rápido e decisivo que assegure a vitória, no seguimento de uma preparação exaustiva e o estudo cuidadoso de todos os fatores “logísticos”, “políticos”, “diplomáticos” e psicológicos”, surpreendendo o adversário e precipitando um desfecho favorável. Este comportamento verificou-se várias vezes nas iniciativas militares durante o período Maoísta (Kissinger, 2012: 36 e 164). A estratégia chinesa é, invariavelmente, projetada a longo prazo e em várias frentes, como “uma competição entre duas nações em torno de múltiplas áreas nas quais têm interesses” (Lai, 2004: 8-9).

O cruzamento das experiências do século XIX chinês, ou o “século das humilhações” infligidas pelos poderes coloniais da época, com os seus sentimentos históricos de desconfiança das nações estrangeiras – que por várias vezes conquistaram o seu país – resultou num poderoso nacionalismo e num “sentimento de vítima” que os faz exigir a criação de uma China forte, capaz de reivindicar a face e os territórios que perdeu para o imperialismo num passado ainda recente e defender a sua soberania e interesses (Swaine, Daly e Greenwood, 2000: 73).

Swaine, Daly e Greenwood (2000) defendem que a RPC adotou no seu passado mais recente uma “estratégia calculista”, referindo-se não ao facto de esta operar numa base lógica e racional, o que é comum nas “entidades políticas internacionais” mas, de forma mais “substantiva”, no modo como dita uma abordagem pragmática que prioriza o “crescimento económico”, a “estabilidade” e as “relações amigáveis” ao mesmo tempo que sedimenta a sua influência internacional, obtém todas as vantagens comparativas possíveis e fortalece o seu aparelho militar. Esta estratégia é, pois, um “casulo” (Lampton, 2008: 30) protetor do desenvolvimento do país. Segundo os mesmos autores, a distância em termos de poder relativo que continua a separar a RPC de países como os EUA torna previsível que esta estratégia se mantenha, pelo menos, até cerca do ano 2020 (Swaine, Daly e Greenwood, 2000: 97-98). Esta visão mais negativa do racional estratégico da RPC é partilhada por Samuel Kim, que defende que, apesar da sua retórica, “Pequim emergiu talvez como o praticante mais incondicional das políticas de poder no sistema pós-Guerra Fria” (Kim, 1996: 22).

A reivindicação por parte da China continental da total soberania sob o seu território, que remonta ao século XIX e às derrotas militares nas duas Guerras do Ópio – que introduziram o conceito na China – acompanhou a sua retórica ao longo do século XX. A recuperação de Taiwan, Hong Kong e Macau nunca deixou de constituir uma prioridade da sua política externa, parcialmente concretizada com as retrocessões de Hong Kong e Macau já no final da década de 1990. Dois conceitos são aqui centrais: soberania e territorialidade.

Relativamente ao conceito de soberania, as quatro dimensões apresentadas por Stephen Krasner surgem como adequadas: soberania interna, referente ao nível de autoridade e controlo efetivo que o Estado detém no próprio país; soberania legal internacional, referente ao reconhecimento mútuo entre os Estados; soberania interdependente, relativa à capacidade do Estado controlar os diversos fluxos transfronteiriços; soberania “vestefaliana”, relativa à exclusão de qualquer autoridade externa de interferir no território de um Estado. Segundo este autor, a erosão de uma destas dimensões de soberania não implica uma perda das restantes, ainda que possam estar “empiricamente associadas” (Krasner, 2001: 1-23). Wallerstein (2004: 44-45), por sua vez, considera que a soberania é, acima de tudo, uma questão de “legitimidade” e que, no mundo moderno, a legitimidade da soberania implica o “reconhecimento mútuo” dos restantes atores num sistema interestatal. Wallerstein reconhece também que existem situações como Taiwan, em que parte dos Estados reconheceram a sua soberania após a proclamação da República Popular da China, em 1949, e outra parte não o fez, mas que nessas situações o sistema interestatal procurará resolver o “dilema” pendendo para um dos lados. A partir da década de 1970 dá-se o reconhecimento quase generalizado da RPC como o único representante da China.

Oksenberg aceita as quatro dimensões de soberania de Krasner, mas salienta que o próprio conceito sofreu várias alterações ao longo da história. Trata-se de um conceito que o Ocidente “expandiu” para o resto do mundo, uma vez que antes do século XIX existiram diversos modelos de relacionamento interestatal que não englobavam nenhuma das quatro dimensões referidas por Krasner e os conceitos a elas associados. Oksenberg exemplifica com a experiência chinesa no período das Guerras do Ópio, durante o qual o Ocidente “subverteu” o sistema imperial e impôs novos conceitos para além do de soberania, como o de autonomia nacional ou nacionalismo, que alteraram significativamente o modo como a China percecionava as relações interestatais. A atitude da China Comunista relativamente à recuperação de Taiwan constitui um

outro exemplo: num mundo dominado pelo conceito de soberania, a existência desse conceito permite a adoção de novas soluções que no passado seriam impossíveis (Oksenberg, 2001: 83-104).

O conceito de “territorialidade” é também fundamental para compreender muitas das decisões políticas da República Popular da China na comunidade internacional. A caracterização do espaço onde um Estado exerce a sua soberania realizada por John Ruggie é de particular utilidade para o presente trabalho: “[...] *disjoint, mutually exclusive, and fixed territoriality most distinctively defines modernity in international politics* [...]”. Ainda segundo Ruggie, poucos fatores provocam transformações tão acentuadas nas entidades políticas como uma alteração na territorialidade, uma vez que esta constitui a própria “base organizativa da vida política” (Ruggie, 1993: 168 e 174). As práticas diplomáticas da era moderna tornaram, no entanto, necessária a existência, no interior de um Estado, de espaços no qual vigorem as leis de outros Estados, como sucede com as Embaixadas. Estas “ilhas” de soberania de um poder externo, vigorando o princípio da “extraterritorialidade”, são tidas como um elemento fundamental de um sistema interestatal (Ruggie, 1993: 165). O Império do Meio, que durante grande parte da sua história recusou-se a estabelecer qualquer tipo de relação formal com outro país, no século XIX viu a extraterritorialidade ser-lhe imposta após as derrotas militares nas duas Guerras do Ópio, que serão abordadas mas à frente.

Independentemente das suas verdadeiras motivações da China, que ultrapassam o âmbito do presente trabalho, parece evidente que o conceito de *soft power* de Joseph Nye é um elemento central da política externa chinesa do passado e do presente. Segundo Nye, *soft power* é a capacidade de alguém atingir os seus objetivos através da “atração ao invés da coerção ou pagamentos”, especificando que ela advém da “atratividade da cultura e ideais políticos” de um país (Nye, 2004: x). Nye atualizou recentemente este conceito, que passou a incluir a habilidade de, por via da “cooptação”, “definir a agenda, persuadir e exercer uma atração positiva a fim de obter os resultados pretendidos” (Nye, 2011: 20-21).

Zhao (2009) apresentou uma das teorias mais importantes partindo do modelo “anverso”, utilizando a definição de Qin Yaqing. Segundo Zhao, quando a Dinastia Zhou (1046-256 AC), durante a qual a China possuía cerca de 1000 tribos distintas, emergiu o conceito *Tianxia* (tudo sob o céu), a China havia encontrado a sua definição de mundo ideal. A Dinastia Zhou, reconhecendo o desafio de governança colocado pela multiplicidade de atores, muitos deles

mais poderosos que a própria Dinastia que detinha o poder, compreendeu que o controlo e a ordem apenas podiam ser estabelecidos e mantidos, não por via hegemónica, mas definindo uma política sob uma perspetiva “global” e que partisse dos seguintes preceitos:

(1) As soluções para os problemas globais devem partir de um sistema universalmente aceite e não do uso da força; (2) um sistema universal encontra a sua justificação política se consistir numa instituição política que beneficie os povos de todas as nações e gere o maior bem-comum no mundo; (3) um sistema universal funciona se promover a harmonia entre todos os povos e culturas (Zhao, 2009: 5-8).

Aplicando a mesma lógica ao sistema internacional, Zhao considera “prioritário” pôr fim à preeminência do “Estado-nação” e à lógica individualista que o guia e criar um sistema internacional “institucionalizado” que promova o interesse e “bem-estar” universal e não apenas o de um Estado ou grupo de Estados. Um sistema que não “exclua nada nem ninguém”, e benéfico para todos. Na perspetiva histórica chinesa, este sistema conseguiu manter a paz no Império do Meio durante 800 anos. Confúcio designou-o de *Wangdao* (o caminho do Rei), projetando a nível governativo o modelo familiar chinês: avesso à individualidade, inclusivo e hierárquico. Analisando as instituições atualmente existentes que poderiam, em teoria, desempenhar esse papel, Zhao denuncia o que entende como as falhas e ineficácias das Nações Unidas: “A ONU não é uma instituição intergovernamental a nível mundial com o poder necessário para governar o mundo, mas meramente uma organização para a negociação dos interesses de cada nação.” Por esta razão, num mundo globalizado que impossibilita qualquer ator de estar à margem, urge a realização de reformas políticas que acompanhem a mudança de uma filosofia governativa individual para uma global (Zhao, 2009: 5-18).

Ainda segundo Zhao, a ideia mais importante a extrair do confucionismo é a “filosofia de relações”, que implica um “relacionismo metodológico”, isto é, uma abordagem universal às ações e valores humanos sob o prisma das “relações” ao invés do dos “indivíduos”, uma vez que estes apenas existem enquanto unidade inserida num grupo e num todo. Num mundo “multiversal” e “multicultural”, esta seria a melhor abordagem possível. Numa interessante comparação entre as estruturas dos sistemas políticos ocidentais e o chinês, Zhao refere que enquanto o primeiro consiste em “indivíduos, comunidades e Estados-nação”, o segundo consiste em “famílias, Estados e ‘tudo-sob o céu’” (Zhao, 2012: 49-51).

As especificidades da matriz cultural e psicológica dos chineses – fortemente coletivista – têm evidentes repercussões no seu comportamento negocial, que surge como uma extensão do seu pensamento estratégico. Com efeito, nas negociações “é impossível isolar a cultura como uma

categoria em separado porque influencia todas as ações”, além de “afetar o processo de estudo” da contraparte (Pye, 1982: 20).

A filosofia negocial chinesa tem incorpora inúmeros princípios confucionistas: a “conformidade” com a hierarquia entre os negociadores, que consultam os seus superiores hierárquicos em todas as fases do processo, não detendo qualquer poder decisório para tomar individualmente decisões; a perspetiva holística e abrangente que obriga a que qualquer questão não seja considerada individualmente mas no seu contexto; a relatividade (i.e., não-linearidade) com que é encarado o fator tempo, permitindo-lhes manipular os ritmos e prazos-limite; o cuidado que têm em preservar a “face” enquanto fator de respeito e dignidade pessoal, pelo receio de incorrer em vergonha, e as tentativas de fazer com a outra parte a perca, condicionando-a; a expectativa de reciprocidade dos gestos de favor e desfavor, com vista à obtenção de um equilíbrio entre as partes; o conceito de *guanxi*, ou a importância atribuída ao estabelecimento de uma rede de relações interpessoais, inseridas num processo global. Por fim, o alto nível de formalismo e etiqueta das delegações chinesas tem as suas raízes na importância atribuída aos rituais e à sua correta observância. Todos estes fatores se conjugam para que o negociador chinês priorize a harmonia entre as partes e a harmonização dos interesses, ao invés da sua confrontação. Sendo previsível que o nível de flexibilidade seja inferior caso a outra parte não possua o mesmo estatuto ou poder, a prossecução de “interesses comuns” e a manutenção de uma perspetiva coletivista e de relações não-conflituosas continuarão a ser entendidos como a situação preferencial (Kirkbride, Tang e Westwood, 1991). Distinguindo-se dos modelos e filosofia negocial ocidental, com uma conceção mais rígida do conceito de ganho-perda e sucesso-fracasso, o negociador chinês valoriza muito pouco as “cedências” e muito as soluções “comuns” e “em benefício mútuo” (Pye, 1982: 76-77).

Todos estes princípios se encontram interligados no modelo negocial chinês, cujos protagonistas foram descritos com grande precisão por Ghauri Pervez e Tony Fang:

From the Confucian perspective, the Chinese negotiators are “Confucian gentlemen” who look more for longterm working relationships to solve problems that may crop up at any time in than for a one-off legal deal. However, given the family centered Confucian tradition, the “Confucian gentlemen” may also appear to be formidable negotiators, when they bargain for the interest and face of their “family” or “group” (Pervez e Tony, 2001: 309).

2.1. Descobrimientos vs sinocentrismo

Baseando-se na sua história – de todas, a que regista maior continuidade – e experiência, a China desenvolveu uma abordagem às relações externas que refletia estes valores e que enfatizava um protocolo complexo e ritualista, criado para transmitir um sentimento de inferioridade ao visitante (Hsu, 1970: 152). A China era rodeada por reinos nos quais, por razões geográficas, as suas dinastias não conseguiram conquistar ou onde a sua cultura teve dificuldades em penetrar. Partindo do preceito da sua superioridade cultural, a China criou um sistema distinto para a conduta das suas relações externas, que assentava no reconhecimento dessa superioridade, convidando os povos “bárbaros” a deslocarem-se ao seu Império e deixarem-se “transformar”, acabando por aceitar a superioridade chinesa com naturalidade (Rossabi, 1983: 2). Criou-se assim um sistema comumente conhecido no Ocidente como “sistema de tributo”, onde reinos “vassalos” viriam agradecer ao “filho do céu” pelo privilégio de este ser o seu suserano e de, condescendentemente, lhes permitir usufruir das virtudes materiais e espirituais da civilização chinesa (Ford, 2010: 55), através das quais o seu próprio reino se tornará forte e próspero. Na realidade, as nações eram invariavelmente manobrados a aceitar este enquadramento ao entrar no país, disfarçado sob um manto protocolar e do qual jamais poderiam resultar para a China quaisquer consequências sociais ou políticas. Quando, e se, concedida uma audiência diante do imperador, os enviados estrangeiros realizariam todos os rituais exigidos em concordância com o seu estatuto de “vassalo”, e trocariam presentes. Determinando a frequência com que as embaixadas eram admitidas na China, o número de integrantes, e a duração da sua estadia para fazer comércio (normalmente entre 3 a 5 dias), os chineses, em teoria, controlavam este relacionamento. (Rossabi, 1983: 3-4).

Estes são os contornos gerais de um “imperialismo” não belicista, antes “paternalista” (Oliveira, 1998: 13). As relações externas eram encaradas pela China como uma “extensão” da ordem e valores internos, isto é, assumidamente hierárquicas, distinguindo-se a China de todos os povos não englobados no seu Império, por definição “bárbaros” (Hao, 1980: 143). Tal como na sociedade chinesa confucionista numa família pode apenas existir um pai, que detém a autoridade, uma ordem internacional funcional e estável só é possível com um soberano legítimo a velar pela sua unidade e harmonia (Ford, 2010: 37-39). O uso da força não está, no entanto, excluído e constitui uma opção legítima para fazer face aos que se recusam a aderir a esta ordem estabelecida mas, conforme preconizado em *A Arte da Guerra*, a excelência consiste em

ser-se capaz de submeter o inimigo sem ser necessário lutar (Hao, 1980: 144). O sistema tributário funcionava, pois, como um sistema de controlo das “esferas de influência” (Ramos, 2012: 153).

No ano de 1405 a maior potência marítima mundial iniciaria a primeira de sete viagens marítimas que a levariam a percorrer o Oceano Índico. Essa potência era a China, cuja supremacia naval foi construída ao longo de vários séculos e por obra de várias dinastias (Sun, 2012: 118). Ao longo de 28 anos, por ordem do Imperador Yongle, o Almirante chinês Zheng He faria chegar a inúmeras nações as virtudes e riquezas espirituais e terrenas da civilização chinesa. Desde o mar da China à Costa Oriental africana, promoveu a cultura sínica, expandiu o comércio e, sobretudo, assegurou a influência da China por toda a região (Wills, 2011: 9). Estava-se ainda a oito décadas de Bartolomeu Dias dobrar o Cabo das Tormentas. Se, no caso português, a dinâmica do movimento expansionista português dos Descobrimentos foi alimentada pelo sonho universalista do rei D. Manuel I, no caso chinês as motivações de Yongle eram filosófico-políticas e estavam diretamente relacionadas com a conceção sinocêntrica do mundo. As viagens de Zheng He tinham como objetivo afirmar a autoridade e superioridade do Império Chinês e “enquadrar” os povos no sistema tributário chinês, nunca ocupando os mesmos (Ramos, 2012: 150). O objetivo era uma vizinhança “obediente” e “dividida”, não a conquista (Kissinger, 2012: 30). Na perspetiva das relações luso-chinesas, o racional por detrás do sistema tributário que Zheng He promoveu e com o qual Tomé Pires se deparou está relacionado com o justificou, posteriormente, o nascimento de Macau, tem origem na forma como a China, historicamente, perceciona a sua segurança e que passa, em grande medida, pelo controlo da sua periferia terrestre e marítima:

Throughout most of Chinese history, the pacification or control of this periphery was usually regarded as essential to prevent attacks on the heartland and, during various periods of the imperial era, to secure Chinese dominance over significant nearby inland (and, to a much lesser extent, maritime) trade routes. The establishment of Chinese control or influence over the periphery, whether actual (as in the form of military dominance or various specific types of lucrative economic and political arrangements) or largely symbolic (as reflected in the more ritualistic aspects of China's tributary relations with periphery “vassal” states and kingdoms), was also considered extremely important during most of the imperial era as a means of affirming the hierarchical, sinocentric, Confucian international order (Swaine, Daly e Greenwood, 2000: 25).

O extraordinário investimento diplomático e militar que representaram as viagens de Zheng He tem de ser analisado à luz das prioridades da China nesse período do próprio imperador: Yongle havia usurpado o trono ao seu sobrinho pela força das armas (Oliveira, 1998: 12) e, internamente, teve como prioridade o reconhecimento da legitimidade do seu “Mandato

Celestial, numa cultura política onde o poder surge como consequência da “virtude” (Ford, 2010: 34), sem a qual não é possível manter a unidade do reino (Ford, 2010: 236). Externamente, existia também uma conjuntura que propiciou esta súbita e intensa política marítima: a China havia saído recentemente de um período de ocupação estrangeira e, colocado perante a forte possibilidade de uma nova invasão Mongol, o alargamento da sua esfera de influência poderia ser chave para a sua própria sobrevivência. Em dois países de dimensões, características e motivações distintas, navegadores como Zheng He e Vasco da Gama foram, nesta lógica, executores dos projetos dos seus líderes e souberam “incarnar a plenitude da visão estratégica global dos seus soberanos” (Ramos, 2012: 150).

Por isso, e ao contrário do que sucederia com Portugal algumas gerações mais tarde, estas expedições não representaram o primeiro impulso rumo a uma era de descobertas. Careciam das motivações económicas lusitanas e existia inclusive o receio de que uma continuação das expedições compromettesse a economia interna chinesa (Wu, 1999: 26), autossuficiente e de base agrícola. Por outro lado, as sete viagens que Zheng He realizou entre 1405 e 1433 cumpriram o seu principal propósito, verificando-se uma multiplicação das embaixadas à China oriundas de reinos com os quais se havia estabelecido contacto, como Malaca, Calcutá e Bengala (Ford, 2010: 107). Uma vez assegurada esta esfera de influência, a prioridade foi geri-la aumentando cada vez mais o controlo burocrático sobre a mesma, canalizado pelo sistema tributário (Wills, 2011: 7). Finalmente, a China é, historicamente, uma potência terrestre, e a sua segurança passa em primeiro lugar por velar pela integridade das suas várias fronteiras (Sun, 2012: 122).

Existe uma notória tendência para definir o sistema clássico chinês de gestão das suas relações externas invariavelmente como “tributário”, mas esta apreciação carece de rigor por várias razões: em primeiro lugar, é necessário ter presente que a própria definição ocidental de “sistema tributário” é inexistente na língua chinesa, e que este sistema existia completamente integrado nas estruturas confucionistas do Estado chinês, que operava em todos os aspetos sob a mesma lógica (Mancall, citado em Ford, 2010: 94). Depois, ao não existir legislação, ou mesmo definição clara, sobre o que constituía “tributo”, o nível de interação comercial, sinicização ou dependência dos vários Estados “vassalos” face à China variava bastante (Ford, 2010: 95). Finalmente, como faz notar Wills (2011: 3), o período de 1425-1550, durante a dinastia Ming, foi o único na história das relações externas chinesas em que um sistema

abertamente tributário e burocrático-cerimonial de controlo das relações e decisões *vis-à-vis* todos os países que entraram em contacto com o Império do Meio foi a norma. Tanto em períodos dinásticos pré-Ming como no subsequente (Qing), o sistema assentou numa base sinocêntrica e de asserção da superioridade chinesa, mas não necessariamente tributária (Wills, 2011: 3). O período Ming representou a vários níveis uma *nationalistic revival* após o período de ocupação Mongol.

Perdido o propósito ou desaparecida a sua necessidade, o Estado chinês decidiu cancelar as viagens e dismantelar a frota, estabelecendo-se que todos os contactos com estrangeiros ocorreriam apenas inseridas no quadro de relações tributárias com Estados vassalos. A China tornara-se um Império fechado (Cartier, 2013: 17), e foi com este Império que Portugal teve o seu primeiro contacto.

Com a conquista de Malaca, em 1511, a presença portuguesa no Extremo Oriente adquiriu uma base sólida. Pelas “Ordenações da Índia” de 1520, D. Manuel instituiu o monopólio régio das viagens para a China, procurando institucionalizar numa base permanente uma prática comercial até então “sazonal”. Para o concretizar, necessitava de manter Malaca sob domínio português e estabelecer “feitorias-fortaleza” em Samatra e no Sul da China que estabelecessem uma “zona de influência político-militar lusa” (Oliveira, 1998: 30). A embaixada de Tomé Pires ao Imperador chinês insere-se no segundo ponto, procurando assegurar para Portugal uma base permanente no litoral chinês.

Tomé Pires, um viajado boticário que nunca tinha tido contacto direto com a China mas era o autor daquela que era, possivelmente, à data a melhor fonte de informação existente sobre o comércio asiático, a *Suma Oriental*, foi o embaixador nomeado pelo Governador português na Índia (Wu, 1999: 33). A embaixada falharia por várias razões. Desde logo, Portugal era um reino desconhecido e existia na corte chinesa “inflexibilidade” em relação ao número de Estados tributários “determinado nas *Sagras Instruções do Imperador Fundador* e nas Instituições da Dinastia Ming” (Wu, 1999: 38). Era pouco provável a aceitação de uma embaixada proveniente de um país que não havia sido incluído na lista de Estados tributários durante os primeiros reinados da dinastia Ming (Wills, 2011: 29).

Após uma espera os dois anos em Cantão, em 1520 foi concedida a Tomé Pires uma audiência com o Imperador Zhengde, que apenas se concretizaria no ano seguinte. Tomé Pires terá pedido

que entregassem ao Imperador três cartas, incluindo uma do Rei de Portugal que denunciou o desconhecimento lusitano do protocolo imperial chinês. Uma vez traduzida e lida a carta ao Imperador, verificou-se que D. Manuel não se considerava, nem apresentava Portugal, como um vassalo, sugerindo um estatuto de paridade e levando Zhengde a recusar receber a missão portuguesa. Fatores externos também foram determinantes para o insucesso da missão: as notícias da recente conquista portuguesa de Malaca, um dos reinos tributários da China, foram reforçadas pelos relatos de mensageiros daquele reino sobre as ações e intenções portuguesas, contribuindo para o clima de suspeição face aos portugueses (Wu, 1999: 35-38). A tudo isto somou-se a conduta violenta de portugueses na ilha de Tamão, desafiando abertamente a autoridade imperial. A morte de Zhengde em 1921 e a convulsão política que se seguiu ditaria a rejeição formal da embaixada, a expulsão dos portugueses da capital e o encarceramento de Tomé Pires (Wills, 2011: 28 e 30). Na mesma embaixada, Portugal não respeitou o sistema tributário e desafiou as leis e harmonia do Império do Meio.

No ano seguinte, outra frota portuguesa, comandada por Martim Affonso de Mello, foi também enviada para tentar estabelecer relações comerciais com a China (Wu, 1999: 38), sem conhecimento do destino da embaixada de Tomé Pires. A sua frota foi atacada por forças chinesas e vários dos seus homens executados. Após estes incidentes, a Tomé Pires, que morreria em cativeiro, ter-lhe-á sido exigido que escrevesse ao Rei de Portugal, ao vice-rei da Índia e ao Governador de Malaca e lhes transmitisse que a sua libertação estava dependente da restituição de Malaca ao seu legítimo soberano (Wills, 2011: 31). Após o fracasso da missão de Martim Affonso de Mello, Portugal suspendeu todas as missões de carácter oficial à China (Disney, 2009: 291).

O desfecho do primeiro contacto diplomático luso-chinês teve profundas e negativas repercussões no relacionamento entre os dois países, com a cessação de todos os contactos formais durante mais de um século. Portugal, que vivia o período mais intenso da sua expansão, deparou-se com um Império com o qual não se mostrou capaz de interagir e comunicar de forma eficaz. Terá a matriz cultural chinesa influido decisivamente nesta embaixada? Todos os dados disponíveis apontam para que sim, uma vez que, desde o primeiro momento, a iniciativa portuguesa esteve sujeita a todos os habituais condicionalismos do sistema tributário chinês, ele próprio um reflexo da conceção sinocêntrica do mundo, mas estes foram decisivamente agravados por outros fatores: (1) o desconhecimento da China da existência de Portugal, que nunca reconheceria

previamente como vassalo, contribuiu para a suspeição das autoridades imperiais, que não demonstraram qualquer urgência em conceder a audiência imperial a Tomé Pires; (2) As notícias da conquista portuguesa de Malaca, este sim um reino vassalo e, como tal, sob a proteção da China; (3) O comportamento dos portugueses na ilha de Tamão, em claro desafio das leis do Império; (4) A morte do Imperador.

Parece, pois, evidente que, embora o choque de civilizações e de culturas tenha sido determinante, não pode ser considerado isoladamente dos fatores supracitados, nem podemos ignorar o impacto da morte de Zhengde no Império e na transição de uma postura de ceticismo para uma de insegurança face aos portugueses. A reação imediata e violenta da China à missão de Martim Affonso de Mello, manifestando-se o “paradigma *parabellum*” de Johnston, indicia que China tinha-se convertido, uma vez mais, num império fechado.

Capítulo 3 – Pragmatismo e Influência

3.1. A “Fórmula Macau” e o imperativo de manutenção do *status quo*

Após a conquista de Malaca (1511), Portugal não tardou a iniciar movimentos político-diplomáticos no “complexo quadro geopolítico asiático” (Alves, 1996: 182), mas o alargamento do Império português a esta região confrontou os portugueses com a impossibilidade de administrar o Estado da Índia portuguesa desde Lisboa, numa era (início do séc. XVI) em que a viagem Lisboa-Goa durava cerca de 18 meses. O fortalecimento e consolidação do poder do Estado Português da Índia surgia, assim, como a prioridade. É neste quadro de criação de um quadro administrativo adaptado às necessidades da Coroa que surge a nomeação de Francisco de Almeida como vice-rei, Governador e Capitão Geral, liderando uma estrutura que conjugava o carácter militar com o civil (Disney, 2009: 259).

O fracasso da primeira embaixada do Reino de Portugal à China, de Tomé Pires, a partir de 1523 contribuiu para que o Extremo Oriente deixasse de constituir uma prioridade para a Coroa portuguesa. Com a subida ao trono de D. João III, a região passou a ser vista como um investimento “desnecessário e dispendioso” e deixava de constituir prioridade estratégica para o país (Costa, 1995: 105-116). Por outro lado, Portugal, ao reconhecer a dificuldade em evitar o desenvolvimento do comércio privado na região, viu também a oportunidade que este constituía. Na China, por exemplo, é possível contrapor o fracasso do embaixador Tomé Pires junto do Imperador com o sucesso de Leonel de Sousa, Capitão da viagem do Japão, que abordaremos de seguida, junto das autoridades locais e que determinou o estabelecimento dos portugueses em Macau (Oliveira, 1998: 39).

A expansão portuguesa não ocorreu exclusivamente por iniciativas organizadas a partir da Metrópole, tendo inclusive adquirido no contexto do Extremo Oriente uma dinâmica própria (Newitt, 2005: 92-93). Desde 1505 que o Estado da Índia controlava a partir da sua capital, Goa, uma vasta rede comercial e marítima de feitorias/fortalezas que se estendia desde a região sul do continente africano até ao sudeste asiático (Alves, 1996: 184). A partir do final do séc. XVI, as cidades de Macau e Nagasaki constituíram pilares de rotas de seda e de prata que se complementavam: Macau era uma das etapas da importantíssima Carreira do Japão e uma plataforma de exportação da seda produzida na China (Ptak, 2007: 138-140). O carácter

excepcional de Macau e Nagasaki comparativamente a cidades como Goa residia no facto de, ao contrário do que sucedia nesta, o controlo do Estado da Índia no Extremo Oriente era mínimo e permitiu a formação de uma rede comercial paralela, criada e dominada por particulares portugueses (Alves, 1996: 185-186). Se o Estado da Índia representava oficialmente a coroa portuguesa, cidades como Macau e Nagasaki existiram enquanto peças informais do Estado (Ptak, 2007: 139-140), pertencendo ao *Shadow Empire* português no Oriente – expressão inglesa avançada por Winius (1983). O carácter específico destes territórios, que podiam no futuro ser reconhecidos pela Coroa e incorporados no Império, garantia-lhes um grande nível de autonomia (Newitt, 2005: 92-93). O estabelecimento em Macau e a posterior criação do Senado da Câmara, que abordaremos mais adiante, foram “atos espontâneos” que a Coroa Portuguesa e o Estado da Índia “confirmaram” *a posteriori* (Wu, 1999: 417).

Aqui reside a principal razão pela qual Portugal nunca manteve uma presença oficial no Japão, à semelhança do que sucederia durante muito tempo com Macau: independentemente dos lucros que este comércio representava, a coroa portuguesa preferia não patrocinar diretamente este comércio (Newitt, 2005: 149), optando antes por privatizar as viagens e monopólios comerciais. Em troca de uma quantia, Portugal renunciava ao poder de lucrar diretamente com o seu Império (Newitt, 2005: 171).

Na perspetiva das relações luso-chinesas, a existência paralela destas duas redes (formal e informal) no Extremo Oriente resultou que nos séculos XVI e XVII coincidissem dois “canais diplomáticos próprios, paralelos e autónomos”: um oficial, controlado por Portugal através de Goa, e um outro controlado por particulares portugueses em Macau (Alves, 1996: 207 e 209). O fracasso da primeira embaixada portuguesa ao Império do Meio relegou durante décadas os contactos luso-chineses para a esfera de um comércio privado – e ilegal – a cargo de aventureiros e comerciantes portugueses no litoral chinês e à ausência de relações oficiais entre os dois países no período entre 1523-1542. Paradoxalmente, foi nesse mesmo período que se criaram as “bases” para a futura fixação portuguesa no Território e na região (Costa, 1995: 111). Portugal modificava o seu papel de “conquistador no Índico para o de comerciante no mar meridional da China” (Wu, 1999: 41).

Macau era um ponto-chave para o comércio que servia os interesses portugueses e chineses. Apesar da proibição imperial de fazer comércio com estrangeiros, para muitos habitantes das regiões costeiras, esse comércio constituía uma importante fonte de rendimentos (Boxer, citado

em Costa, 1995: 113). Além do mais, a presença dos “bárbaros” ocidentais assegurava também um importante contributo no combate à pirataria, sendo por isso não apenas tolerada mas também justificável (Wills, 1984: 52). Aos poucos, pragmatismo e defesa do interesse comum emergiram como as principais tendências no Território. Em 1554, após três anos de negociações e, alegadamente, subornos junto das autoridades chinesas (Wu, 1999: 41), o fidalgo português Leonel de Sousa, Capitão da viagem do Japão, assegura junto das autoridades de Cantão o Assentamento português em Macau, um tratado informal de paz e comércio selado entre mercadores e oficiais locais (Ramos, 2012: 206). De acordo com este tratado, o comércio livre com os portugueses era autorizado pagando-se “20 por cento de metade das fazendas trazidas” (Wu, 1999: 41). Materializava-se, assim, uma presença que resultava, não de uma ofensiva “político-militar”, mas de uma conjugação de interesses económicos e comerciais (Barreto, 1995: 780). O Assentamento de Leonel de Sousa surge como reconhecimento e consequência deste *status quo* emergente.

Durante as duas primeiras décadas de existência do Território, a sua estrutura administrativa era “indefinida”, não se distinguindo das feitorias portuguesas existentes na Índia e no Sudeste Asiático, cujo principal objetivo era o comércio (Wu, 1999: 63-64). Este período terá sido também o único na sua história em que Macau desfrutou de autonomia em relação às autoridades chinesas, comprovada pela inexistência de qualquer renda, ao contrário do que sucederia mais tarde com a imposição do foro de chão (Jesus, 1902: 29).

O crescimento demográfico trouxe consigo a necessidade de Macau desenvolver as suas próprias estruturas administrativas, bem como libertar-se da jurisdição direta de Goa. Uma vez que nem Portugal nem o Estado da Índia tiveram qualquer controlo sobre o processo que envolveu o estabelecimento dos portugueses no Território, este desenvolveu progressivamente a sua autonomia a ponto de vir a combater as tentativas dos vice-reis da Índia de sobre ele aumentar o controlo do Estado português (Fok, 1996: 231-232).

Se o comércio constituía a principal razão de ser do Território, tal iria repercutir-se na forma de o administrar. A Nau do Trato, responsável pelo comércio triangular entre Goa, Macau e Japão foi, durante muito tempo, indissociável da vida do Território e a sua principal fonte de riqueza. De 1557 a 1623, o Capitão da viagem do Japão, nomeado pelo vice-rei de Goa (Boxer, 1991: 197), além de liderar a viagem detinha a jurisdição na cidade de Macau no período em que o navio lá permanecia (entre oito meses a um ano), responsabilizando-se em nome da coroa portuguesa

pelos assuntos “administrativos, militares, judiciais e comerciais”. Uma vez que pouco tempo após a sua partida chegava a Macau um novo Capitão, a presença no Território desta figura era quase permanente. Pode-se, pois, afirmar que, durante este período, o poder régio controlava a administração de Macau, ainda que “com pouco eficácia” (Ng Siu, 1996: 1016). Nos períodos de ausência do Capitão da viagem do Japão, a autoridade era exercida pelo “Capitão da Terra”, eleito pelos habitantes locais e protetor dos seus interesses (Wu, 1999: 64-65). De forma semelhante, em Território japonês, o Capitão-mor da viagem do Japão detinha autoridade máxima sobre os portugueses aí residentes, sendo o representante de facto do Estado da Índia e da Coroa portuguesa na China e no Japão. Somente a partir de 1623 seria instituída a figura de Governador de Macau, consumando-se a separação de poderes (Boxer, 1991: 217).

A estrutura administrativa dual que se desenvolveu e a autonomia limitada que o Território adquiria confirmaram a coabitação, na mesma cidade, de costumes e métodos administrativos de matriz ocidental e oriental (Puga, 2009: 106), ainda que não modificasse a realidade de pertencer à China e estar sujeito às suas leis e à autoridade dos seus funcionários (Wu, 1999: 66). Num momento em que o potencial económico de Macau já não suscitava dúvidas, por volta de 1573 foi estabelecida uma renda anual, o foro de chão, que os habitantes portugueses teriam de pagar anualmente à China: 500 taéis de prata, além de taxas de ancoragem (Oliveira, 1998: 48). O facto de este pagamento surgir nos documentos oficiais das autoridades chinesas confirma a admissão formal destas da presença portuguesa no Território (Ng Siu, 1996: 1017),

O pagamento deste foro é de especial relevância porque Macau, à data, ainda não tinha um vínculo formal com o Estado da Índia e o vice-rei em Goa. Antes de jurar lealdade a Portugal, a Macau era pedido que prestasse “vassalagem” ao Império Chinês (Wu, 1999: 72). Em 1573 a China deu mais um passo no sentido de assegurar o controlo do Território e ergueu um portão no ponto mais estreito da península (no istmo de Linhua), a Porta do Cerco. Além de impedir a entrada de portugueses no país a partir de Macau, esta porta permitia à China controlar o fluxo de mercadorias que entrava e saía do Território, detendo total controlo sobre a sobrevivência do mesmo (Wu, 1999: 75-76).

A abordagem da China relativamente à presença portuguesa em Macau não constituía caso inédito e relaciona-se com as prioridades e interesses da China “marítima”, que eram distintos dos da China “burocrática” de Pequim, predominando nesta última uma visão conservadora e anticomercial, avessa ao contacto com o exterior e com pouco interesse pelo comércio e

relações marítimas (Fairbank e Goldman, 2006: 139 e 150). Apesar desse desinteresse por parte do poder central, o comércio marítimo viria a conhecer um grande dinamismo.

Por esta razão, a China desenvolveu uma política para as comunidades estrangeiras, visível nos “bairros estrangeiros” da cidade de Cantão. Existia nesses bairros um entendimento com as autoridades imperiais que permitia ao estrangeiros manter as suas leis e costumes sob o compromisso de manterem a ordem. Para velar por esta ordem e assegurar a coordenação com as autoridades chinesas, era eleito um líder que recebia um título mandarínico que conferia a este a autoridade necessária. Com a criação do Senado da Câmara de Macau e do cargo de Procurador em 1583, a recuperação desta estrutura hierárquica clássica *vis-à-vis* os estrangeiros tornou-se ainda mais clara, com o último a assumir, na prática, as mesmas funções de superintendente (Wu, 1999: 73-75).

O Procurador, em representação do Senado, assegurava assim a ligação entre as autoridades chinesas e a população portuguesa. Era simultaneamente interlocutor e executor, responsável quer pela transmissão como pela aplicação das políticas que as autoridades chinesas desejavam implementar na cidade, sendo na prática seu subalterno. O Procurador do Senado era também a única autoridade reconhecida pelas autoridades imperiais em Guangdong (Fok, 1996: 228). Emergiu assim em Macau um sistema de jurisdição mista que se prolongou no tempo. Se um chinês cometesse um crime ligeiro, o Procurador estava autorizado a castigá-lo (Teixeira, 1988: 23) e, em caso de crime grave, encarregar-se-ia de o entregar ao vice-rei de Cantão para ser julgado segundo as leis chinesas (Jesus, 1902: 150). Se um português cometesse um crime ligeiro, seria julgado pelo Ouvidor segundo as leis portuguesas, mas caso cometesse um crime grave (ex: assassinato) contra um chinês, um mandarim realizaria um inquérito e solicitaria ao Senado a execução do culpado. Este, por sua vez, alegaria não estar autorizado a aplicar a pena capital e enviava-o para Goa para ser executado (Jesus, 1902: 150). Em matéria de administração militar, civil e fiscal, a legislação portuguesa não vigorava em Macau, acentuando o seu estatuto especial em relação aos demais territórios portugueses (Jesus, 1902: 151).

Aos representantes da Coroa portuguesa na China, Governador e Ouvidor, era pois negado o poder e representatividade do Procurador (Wu, 1999: 130-131), que até ao século XIX continuou a atuar como oficial de *liaison* por excelência. A supremacia do Senado afirmava-se assim internamente, assegurando individualmente a ligação com as autoridades de Guangdong e com a corte chinesa, através dos Jesuítas em Pequim, mas também a nível externo, visível na forma

como se correspondia diretamente, em nome de Macau, com o xogunato *Tokugawa* no Japão, durante o “século cristão”, e com outros reinos (Fok, 1996: 227).

Assim, durante grande parte da sua história, o Território existiu enquadrado numa política imperial que “combina a defesa, as restrições, e afeições num pacote de medidas práticas” (Wu, 1999: 78). A China tentava por este meio implementar uma “macropolítica” que refletisse um equilíbrio entre os proveitos económicos para o Império, o comércio com estrangeiros e a segurança nas suas fronteiras (Alves, 1996: 190). Esta política também é conhecida como “fórmula Macau” (Fok, 1996), consistindo num conjunto de medidas concretas relativamente à presença de estrangeiros no Território que incluíam o confinamento destes a uma área territorial específica que facilite a supervisão e controlo por parte das autoridades chinesas, a natureza exclusivamente comercial das práticas no Território, e a proibição de quaisquer contactos junto da população local que possibilitem a criação de movimentos “antidinásticos” com a colaboração de nacionais chineses inimigos do Império. Esta fórmula encontraria aplicabilidade sobretudo nos reinados dos primeiros Imperadores da dinastia Qing (1644-1912), cuja política relativamente ao comércio com estrangeiros foi bastante flexível sob a condição de que jamais perturbassem a paz (Fok, 1996: 222). Na sua essência, a “fórmula Macau” consistia num modelo que permitia a coexistência com um ator externo por via da aplicação de princípios confucionistas e legalistas de governação, isto é, a imposição de uma rígida estrutura hierárquica que assegurava a submissão desse ator à autoridade chinesa, mas ainda assim suficientemente flexível como para permitir o desenvolvimento de uma autonomia limitada. Nesta flexibilidade reside o elemento taoista desta fórmula.

Ultrapassado o período final da dinastia Ming, marcado por uma série de proibições e embargos que fizeram perigar a existência de Macau, em 1683 a nova dinastia Qing decretou a abertura de quatro portos marítimos, entre eles Cantão. Esta decisão representou o primeiro passo rumo ao comércio da Europa com a China durante o século XVIII, de contornos bastante inovadores e simbolizada pela procura crescente de produtos como o chá chinês (Cheong, 1997: 8).

O Sistema de Cantão (1684-1843) assinalou um marco nas relações entre a China e o Ocidente, com o qual estabeleceu, pela primeira vez, relações comerciais em grande escala (Cheong, 1997: 14). Os Países Baixos e a Inglaterra já tinham realizado comércio com a China a partir de Taiwan, mas nunca numa base regular. No final do séc. XVII Cantão tornou-se o ponto do Império Chinês onde os estrangeiros usufruíam das melhores condições para a prática do

comércio (Van Dyke, 2007: 5-6). O *China trade* tornara-se um prémio apetecível, e a China demonstraria nesse período que, independentemente dos proveitos comerciais que esperava colher com a presença estrangeira, não só acompanhava de perto a mesma como possuía os meios, não para combater, mas para, em linha com a tradição chinesa, “controlar”.

O Sistema de Cantão foi organizado seguindo modelos chineses clássicos: os “mercadores *Hong*”, proprietários de companhias comerciais (*Hong*, em cantonense), eram a única entidade autorizada a realizar comércio com os estrangeiros (Van Dyke, 2011: 9). Estes mercadores, também conhecidos por *security merchants* pela supervisão que exerciam sobre os estrangeiros e o seu comércio, recebiam de Pequim a autoridade necessária para desempenharem uma função diplomática com os *bárbaros* que vinham ao Império para fazer comércio, permitindo ao Governo chinês permanecer à margem de qualquer relacionamento formal interestatal (Cheong, 1997: 12).

A partir de 1730 tornou-se obrigatório para todos os estrangeiros que desejassem fazer comércio em Cantão nomearem um mercador *Hong*, sem o qual não poderiam aí permanecer. Os mercadores tinham a seu cargo a supervisão dos comerciantes estrangeiros durante a sua estadia e eram, por sua vez, responsáveis por eles. Para o Governo, esta alocação da responsabilidade do comércio nos escalões mais baixos da sua administração permitia reduzir custos embora favorecesse o comércio ilegal (Van Dyke, 2011: 9-10). Outra preocupação era evitar que uma associação de pequenos grupos de mercadores monopolizasse por completo o comércio, e essa terá sido uma das razões pelas quais se criou em 1760 uma nova instituição, o *Co-Hong*. Através desta “guilda chinesa” (Puga, 2009: 100) facilitavam-se as parcerias em benefício do comércio sem que daí resultassem “cartéis”, assegurando preços competitivos (Van Dyke, 2011: 4). A Corte Imperial exigia um controlo eficaz dos estrangeiros e a atividade dos mercadores *Hong* era também controlada superintendentes imperiais, também conhecidos por “Hoppos”, que monitorizavam o comércio de Cantão. Ambos eram responsáveis por taxar as importações e, em especial, as exportações de seda e de chá (Fairbank e Goldman, 2006: 195).

Cantão já possuía considerável experiência com este sistema pela sua utilização em Macau, então já com mais de um século de existência, que viu comprovada a eficácia de restringir estrangeiros a uma área específica e impor-lhes regras. O Sistema de cantão representava assim uma variante da gestão das relações com os “bárbaros”, onde o objetivo não era a aculturação destes mas criar uma estrutura que os impedisse de entrar em contacto com o Império,

controlá-los pelo estabelecimento de relações de dependência simultaneamente, promover o comércio em termos benéficos para ambas as partes (Cheong, 1997: 12-13). Qualquer contacto com a população chinesa deveria ser evitado, assegurando a manutenção do “*status quo* exigido pela tradição chinesa” (Puga, 2009: 100). As semelhanças com a “fórmula Macau” são evidentes e será correto afirmar-se que o Sistema de Cantão constituía, a vários níveis, uma versão ampliada da fórmula e uma confirmação do seu potencial. Se Macau representou a aplicação de um modelo a nível local, o Sistema de Cantão foi-o a nível regional. Não podemos deixar de ver aqui um sinal claro de que modelos baseados na matriz cultural chinesa podem assumir diferentes formas e são passíveis de serem aplicados a diferentes níveis. Um pronúncio da solução que Deng Xiaoping adotaria nos anos 1980.

De entre as razões possíveis que levaram à adoção desta política pela China estará a in experiência da jovem dinastia Manchu em questões marítimas e a necessidade de adaptar progressivamente as instituições e leis do Império às novas realidades para lhes poder dar resposta, revelando grande flexibilidade e capacidade de adaptação. Por outro lado, o Sistema de Cantão confrontou a China com um fluxo comercial sem precedentes na sua história e representava uma nova experiência (Cheong, 1997: 11). Foi avançada a possibilidade de fazer de Macau o centro do comércio externo em vez de Cantão, mas dificuldades de ordem logística, a melhor localização de Cantão e a resistência do Senado a um aumento do fluxo de estrangeiros no Território impediram a sua concretização (Van Dyke, 2007: 6-9). Os portugueses não queriam abrir mão dos seus privilégios, que viam perigar perante as pressões estrangeiras – sobretudo dos ingleses – que tentavam estabelecer-se no mesmo, e temiam que qualquer cedência resultasse num aumento da ingerência dos mandarins no Território (Puga, 2009: 99-102). Esta situação inédita, bem como a difícil conciliação de duas prioridades – assegurar a não-ingerência estrangeira em Macau e salvaguardar a sobrevivência económica do Território – originariam tensões entre os vários poderes do Território. O Senado e o Capitão-geral argumentavam contra a ingerência estrangeira na vida e comércio locais utilizando os argumentos que lhes eram próprios: o Capitão-geral, com uma perspetiva militar e em defesa da segurança do Território e o Senado relembrando a necessidade de salvaguardar os sempre delicados equilíbrios com as autoridades chinesas (Puga, 2009: 89-90).

Do ponto de vista comercial, Macau, localizado no Delta do Rio das Pérolas, mantinha com Cantão uma relação de interdependência: quando os navios portugueses chegavam a Macau,

mercadores *Hong* desciam de Cantão para adquirir produtos que depois comerciavam em Cantão com os estrangeiros. O esforço dos mercadores era compensado pelas vantagens aduaneiras e taxas de câmbio de Macau que asseguravam a competitividade comercial do enclave face a Cantão (Van Dyke, 2007: 143-144). Ainda a sofrer os efeitos da perda do comércio com o Japão e Malaca, Macau vivia anos difíceis e o empobrecimento do Território foi agravado pela criação em 1688 da alfândega chinesa (*Ho-pu*), que cobrava não só os direitos dos barcos chineses que vinham de Cantão mas também dos estrangeiros (Conceição, 1988: 48).

A eficácia do Sistema de Cantão na gestão dos estrangeiros representava para a China, à semelhança de Macau, um *status quo* que interessava preservar e defender. Quando, em 1757, os ingleses tentaram fazer do porto de Chusan um concorrente de Cantão, o Imperador rapidamente restringiu o comércio externo a Cantão, isentando apenas a Rússia e o Japão (Van Dyke, 2007: 16). As fragilidades do Sistema ficariam expostas quando este se mostrou incapaz de dar resposta às exigências que ele próprio gerou e assegurar uma sustentabilidade a longo-prazo do comércio, desenvolvendo subestruturas que enfraqueceram o controlo do poder central e resultaram em gestão ineficiente, corrupção e crescente contrabando. A Revolução Industrial e o advento dos barcos a vapor revolucionou a navegação no Rio de Pérolas a uma escala que obrigava a China a atualizar os procedimentos administrativos do Sistema de Cantão e adaptá-los a um mundo e comércio em rápida mudança, mas que ela não soube acompanhar (Van Dyke, 2007: 2-3). No entanto, a utilidade deste sistema para China fica demonstrada pelos 160 anos em que vigorou (Cheong, 1997: 14).

3.1.1. O desafio britânico ao *status quo*

O Reino Unido procurava assegurar desde há muito uma base comercial fixa na China para potenciar o seu comércio no país. Durante o séc. XVIII, a *East India Company* tornara-se dependente do comércio do ópio da Índia – proibido na China por vários Éditos imperiais – para Cantão. A prata que recebia pela venda era de seguida utilizada para adquirir chá. Macau, ao garantir maiores facilidades que Cantão para a entrada do ópio na China, foi durante muito tempo um ponto estratégico neste comércio com a anuência do Senado, do Governador e do vice-rei (Puga, 2009: 123-127). Não querendo permanecer dependentes dos portugueses para introduzir o ópio na China, a apropriação de Macau tornou-se um objetivo britânico e um dos

principais objetivos da famosa embaixada de George Macartney ao Imperador Qianlong em 1793 era conseguir para o Reino Unido a concessão de um enclave como Macau e melhores condições no comércio em Cantão (Puga, 2009: 152-153). O fracasso rotundo da embaixada britânica, para o qual terá contribuído a ação de Jesuítas portugueses na corte (Abreu, 2004: 144-147), fez com que voltassem as suas atenções para Macau (Puga, 2009: 154).

No contexto das Guerras Napoleónicas, as incursões da França na Ásia ofereceram o pretexto para uma ocupação britânica dos territórios portugueses, alegando que esta era de carácter meramente preventivo e provisório: nos termos do tratado de aliança Luso-Inglês, a Inglaterra comprometia-se a defender o Império Português (Jesus, 1902: 176). O Reino Unido adotou assim uma estratégia de apropriação dos territórios portugueses assente numa *“politique d’annexion camouflée officiellement en politique de protection”* (Carreira, 2007). Um dos principais exemplos desta abordagem deu-se em 1802: Lord Mornington, Governador da Índia Britânica, procurou por todos os meios que as conversações em curso entre a França e a Inglaterra (que resultariam na assinatura do Tratado de Paz de Amiens⁹ em março de 1802) não fossem do conhecimento dos portugueses na Índia. Em janeiro, num momento em que tropas britânicas ocupavam Goa, Lord Mornington exige ao Governador de Goa Francisco António de Veiga Cabral a transferência do poder civil, político e militar para os britânicos (Carreira, 2007: 116-119). Na resolução desta crise, foi decisivo o papel do Governador de Macau, José Manuel Pinto, e do Senado, que revelaram uma importante convergência num cenário de risco para o Território e souberam utilizar os receios da China de uma alteração do *status quo* de Macau para resistir às pressões presença britânicas, sem que essa ajuda suscitasse contrapartidas desfavoráveis (Ramos, 2012: 134). José Manuel Pinto informou o Comandante das Forças Navais Britânicas que, devido à condição especial de Macau, o Senado não permitiria qualquer desembarque sem ordens superiores expressas (Guimarães, 1996: 79). Desconfiado da permissividade de Cantão face à ameaça britânica, o Senado enviou uma carta ao Bispo de Pequim, Alexandre de Gouveia, a pedir auxílio, resultando numa convenção que colocou Macau sob proteção imperial. O Jesuíta português José Bernardo de Almeida terá alertado a corte de Pequim dos planos de ocupação do Reino Unido a pretexto de realizar comércio. Foi a última vez que os missionários puderam interceder por Macau, reduzidos a partir de 1804 ao estatuto de

⁹ O Tratado de Amiens foi um tratado de paz assinado em 25 de março de 1802, na cidade francesa de Amiens, que pôs fim às hostilidades existentes entre França e Reino Unido durante as Guerras Revolucionárias Francesas.

vassallos (Jesus, 1902: 177-178). A assinatura da paz de Amiens em março obrigaria finalmente à retirada britânica (Carreira, 2007: 119).

O Reino Unido continuou a não reconhecer a soberania portuguesa sobre Macau, cujas debilidades estruturais e militares o convertiam num alvo fácil (Puga, 2009: 156). A estratégia repetir-se-ia novamente em 1808, em desafio da convenção de 1802 entre Macau e a China e novamente no contexto das Guerras Napoleónicas. De Goa chegaram instruções para não oferecer resistência à incursão britânica, que se concretizou apesar da resistência movida pelo Governador Bernardo de Lemos Faria, que procurou por todos os argumentos evitar o desembarque de uma guarnição britânica superior em número à guarnição portuguesa no Território (Guimarães, 1996: 93). Concretizada a ocupação, Macau seria salvo pela ação diplomática do Ouvidor Miguel de Arriaga junto das autoridades britânicas e mandarínicas. O primeiro aviso chegou do vice-rei de Cantão, esclarecendo que cedência de Macau aos portugueses constituía um favor excecional por parte do Império Chinês, nunca concedido a nenhum outro povo europeu, e que em situação alguma poderiam os britânicos tentar tomá-lo. Macau era parte da China e, a ser necessária a sua defesa, seria levada a cabo por forças chinesas, nunca estrangeiras. Um decreto imperial colocou as forças britânicas perante um ultimato ao anunciar a intervenção de forças chinesas caso se recusassem a partir e o mandarim militar de Nanhai declarou que um exército estava a ser preparado. Nesta altura, dá-se uma tentativa de Goa de substituir o Governador, mas a intervenção dos mandarins assegurou a continuidade de Lemos Faria até à retirada das tropas. Miguel de Arriaga foi decisivo ao conseguir moderar a atitude dos mandarins e negociar com eles o levantamento da interdição do comércio britânico em Cantão – decretada pela China após a ocupação – após a sua retirada do Território (Jesus, 1902: 178-196).

Uma vez mais, a reação de Pequim perante a ameaça de alteração do *status quo* em Macau foi decisiva para impedir que o enclave caísse em mãos britânicas. A China suspeitava das intenções do Reino Unido e, calculando o risco que acarretaria essa presença, comparativamente à portuguesa, concluiu que estavam em risco os seus interesses vitais e adotou uma atitude bélica na defesa do Território – a manifestação do “paradigma *parabellum*”. O Reino Unido, vendo novamente goradas a sua tentativa de conseguir um estabelecimento permanente na China, no início do séc. XIX intensificava cada vez mais a sua pressão sobre o país, como abordaremos mais adiante.

3.2. A diplomacia portuguesa sob o signo Jesuíta

Para se entender a natureza do primeiro ciclo diplomático luso-chinês é necessário compreender o complexo quadro político-religioso de Portugal no Oriente e o papel do *Padroado Português no Oriente*.

A Bula *Romanus Pontifex*, emitida em 1454 pelo Papa Nicolau V, enumerava todos os direitos, privilégios e obrigações do rei de Portugal: este deveria propagar a fé, combater os inimigos da Igreja e povoar o mundo com “Cristãos ortodoxos” (Davenport, 1917: 20-26). Apoiados pela Santa Sé, os portugueses embarcaram numa série de conquistas que os levariam do norte de África até ao Extremo Oriente. A subsequente Bula *Inter Caetera* de 1493 do Papa Alexandre VI e o Tratado de Tordesilhas de 1494 procuravam não apenas moderar a crescente rivalidade colonial entre Portugal e Espanha (Davenport, 1917: 20-26) mas também definir a doutrina legal em relação ao estabelecimento de Impérios no *Novo Mundo*, dividindo o mundo entre Portugal e Espanha (Marinescu, 2008: 51). O Padroado Português no Oriente constituiu um acordo entre a Santa Sé e Portugal que garantiu à Coroa portuguesa exclusividade na organização e financiamento de todas as atividades religiosas nos territórios pertencentes, ou descobertos, por Portugal dentro da sua área de influência (Ross, 1994: xii). A correta compreensão deste mecanismo ajudará à compreensão do modo como o poder português surgia projetado no Extremo Oriente e das suas particularidades, estando as considerações de ordem estritamente política relegadas para segundo plano face às exigências de ordem religiosa e comercial (Boxer, 1986: 13).

Como já foi anteriormente referido, o controlo do Estado da Índia no Império Português no Extremo Oriente era, em grande medida, limitado, resultando na existência, paralela, de um Império português “informal”, um *Shadow Empire*. Este contexto favoreceu a ação missionária dos Jesuítas nessa região, assim libertos de um controlo oficial que, em maior ou menor medida, os condicionaria. O papel importantíssimo desempenhado pelos missionários Jesuítas nas relações luso-chinesas derivou, em grande parte, do facto de estarem ligados aos dois canais diplomáticos – formal e informal – exercendo de “oficiais de ligação” (Alves, 1996: 186-189). Por outro lado, o sucesso da missão Jesuíta representava também o sucesso da política expansionista de Portugal, cuja soberania no Oriente assentava, não em territórios com fronteiras físicas rigorosamente definidas, mas sim na capacidade de conjugar a área abrangida pelo Tratado de Tordesilhas com a autoridade exercida pelo Rei de Portugal sobre as

comunidades cristãs através do Padroado no Oriente (Newitt, 2005: 92). Outra das implicações do Padroado era que, em qualquer missão diplomática proveniente de um país católico, Portugal atuaria sempre como intermediário. Para Roma, a propagação do cristianismo no Oriente constituía a *raison d'être* da cedência de tanto poder eclesiástico a Portugal (Newitt, 2005: 121). Para Portugal, este mecanismo assegurava que, ao expandir-se a comunidade cristã, por definição expandia-se o Império português.

Enquadrados no Padroado Português do Oriente, os Missionários Jesuítas tiveram um papel central nas relações luso-chinesas (Ramos, 2012: 50) até à extinção da Companhia de Jesus no final do séc. XVIII (Saraiva e Jami, 2008: ix-x). O sucesso registado no Oriente deveu-se, em grande parte, à sua perfeita leitura dos contextos onde se inseriam e ao seu talento e capacidade de adaptação aos mesmos, do qual deram repetidas mostras. No Estado da Índia, não só souberam inserir-se nas suas debilidades estruturais – a evidente dificuldade de um país como Portugal em gerir do ponto de vista administrativo e militar uma estrutura tão distante – como conseguiram delas tirar partido. Os Jesuítas resolveram esta equação ao fornecer à Coroa portuguesa não apenas um grande número de profissionais altamente especializados, nas mais diversas áreas científicas, como instituíram colégios e seminários em Goa e nos principais centros de poder na Índia, alargando a sua influência até se tornarem “indispensáveis” para a coroa portuguesa, que estendeu a sua influência na região através deles (Newitt, 2005: 123-124).

Desde o início, os Jesuítas nunca esconderam que estavam na China a mando do Rei português e foi inclusive graças a eles que o Portugal começou a ganhar, aos olhos chineses, contornos mais definidos – e favoráveis –, ficando conhecido como o *Da Xi Yang Guo*, ou seja, o ‘Grande Reino do Mar Ocidental’ (Ramos, 2013: 36-37). Simultaneamente, numa era em que a China não permitia às nações ocidentais o estabelecimento de missões permanentes no país nem com elas formalizava relações diplomáticas, circunscrevendo-as às chamadas “embaixadas tributárias”, Pequim compreendeu que, embora a ligação a Portugal fosse forte por intermédio do Padroado, a atividade missionária e científica dos Jesuítas no Império do Meio constituía uma realidade distinta e um valor acrescido para a China.¹⁰ Será por isso correto afirmar-se que, durante cerca de dois séculos, os Jesuítas exerceram a função de embaixadores *de facto* de Portugal e do Ocidente em Pequim (Wills, 1984: 143).

¹⁰ Entrevista a João de Deus Ramos, embaixador de Portugal em Pequim de 1979 a 1981. Entrevistado em Lisboa a 22 de abril de 2014.

O sucesso que os Jesuítas conheceram na China é indissociável dos fatores diferenciadores da Companhia de Jesus relativamente às restantes ordens missionárias. Além da enorme disciplina, excelência académica, obediência hierárquica e solidariedade férreas que demonstravam os seus missionários (Newitt, 2005: 122), davam mostras de um enorme pragmatismo: a educação constituía um “meio para atingir um fim” (Höpfl, 2004: 12) e o seu papel de missionários era entendido numa dimensão tanto política como religiosa. Revelando um forte caráter tomista¹¹, entendiam a autoridade civil como independente da religiosa, devendo obediência a ambas. A sua atividade era descrita como “espiritual”, mas procuravam consolidar a sua presença nos centros de poder (Höpfl, 2004: 52-59). A ambiguidade, ou flexibilidade, do seu caráter seriam chave para a abertura das portas do Império do Meio. Uma outra marca distintiva da sua estratégia missionária, e que teria importantes implicações nas relações luso-chinesas, era que se realizava em “cascata social”, priorizando a conversão das elites e só depois a das camadas sociais inferiores, assegurando por esta via sua influência nos centros de poder (Alves, 1996: 188). Do mesmo modo que, em Macau, um conjunto de regras e estratégias se conjugaram para originar uma “fórmula Macau”, a sofisticação da estratégia missionária da Companhia de Jesus justifica o reconhecimento da existência de uma “fórmula jesuíta”.

Após a sua chegada à China, no final do século XVI, os Jesuítas deram mostras do seu génio político ao compreenderem que, antes de poderem exercer de missionários, teriam de atuar como professores e que povos e culturas marcadamente diferentes dos ocidentais – e isto era particularmente verdadeiro no Extremo Oriente – exigiam uma abordagem distinta. Francisco Xavier apercebeu-se do apego dos japoneses às ciências e por essa razão recomendou que fossem enviados para o Japão e para a China apenas Jesuítas de nível intelectual superior (Von Collani, 2013: 173). Os chineses não se deixariam converter mediante demonstrações do poder ocidental, exigindo antes uma abordagem que deixasse subentendida uma paridade intelectual e, por via de argumentos plausíveis, demonstrando que o cristianismo estava em “harmonia” com as suas crenças (Mungello, 2005:31). Para tal, submeteram-se a um processo de “sinicização”, aprendendo a língua e cultura chinesas, estratégia nunca antes adotada por nenhuma ordem missionária. Outro pilar desta estratégia de *acomodação* (Sebes, 1978: 174) dos Jesuítas passava pela realização de uma “síntese” do confucionismo com o cristianismo (Marinescu, 2008: 67). Noções como honrar os antepassados e a caridade constituíam

¹¹ Inspirada no Tomismo, filosofia escolástica de São Tomás de Aquino (1225-1274).

importantes pontos de contacto com a doutrina cristã, e os Jesuítas esforçaram-se por apresentar o confucionismo como complemento do cristianismo (Sebes, 1978: 176). As suas traduções dos *Quatro Livros* do confucionismo (“O Grande Ensino”, “A Doutrina do Meio”, “Analectos de Confúcio” e “Mêncio”) ajudaram a legitimar esta estratégia aos olhos do Ocidente (Mungello, 2005:82-83). As limitações e contradições desta estratégia emergiriam mais tarde, em força, durante a *Questão dos Ritos*, que será abordada mais adiante.

Ao mesmo tempo que difundiram a ciência ocidental em domínios como a Matemática, Astronomia e a Cartografia, ocuparam cargos importantes na corte chinesa e conquistaram o respeito dos imperadores (Von Collani, 2013: 182). A ciência tinha, tanto na Europa como na China, inúmeras implicações religiosas, morais e sociais. Mas enquanto no contexto da Europa Cristã a ciência estava ligada à Teologia mas era considerada sua inferior, na China, a Teologia e a Astronomia eram ambas consideradas *Tianxue* (Estudos Celestiais), onde o “céu” da Astronomia e da Matemática coexistia com o “Senhor do Céu”. A primeira geração de Jesuítas no Império do Meio, onde pontificavam homens de excecional intelecto e dotados em várias ciências, como Matteo Ricci e Michele Ruggeri, tornou-se também a primeira geração de sinólogos ocidentais (Von Collani, 2013: 182), recordada como a “Geração de gigantes” (Dunne, 1962). Numa sociedade como a chinesa, onde o Imperador é o primeiro entre a elite letrada, causaram um impacto que abriu as portas da China à cultura ocidental e permitiu a gerações futuras, como a de Tomás Pereira e Adam Schall, dar continuidade ao seu trabalho e, com maior relevância para esta dissertação, preservar a sua influência na corte em Pequim e nas relações internacionais do Império de Meio (Marinescu, 2008: 264). No final da dinastia Ming, vários intelectuais da corte chinesa convertidos pelos Jesuítas procuraram utilizar os seus “estudos celestes” para tentar revigorar uma sociedade em declínio e renovar o “*mode de gouvernance*” do país (Von Collani, 2013: 182). Por esta razão, como afirmou Iannaccone (2013: 150), em vez do Evangelho, os Jesuítas apresentaram os livros de Euclides aos chineses. O cristianismo foi, assim, legitimado no Império do Meio, e a fundação do Colégio de São Paulo em Macau, em 1594, institucionalizou a formação dos missionários para as Missões no Oriente.

Os Jesuítas estariam também ligados ao primeiro contacto da China com um sistema e relações internacionais modernos pós-vestefalianos, ao integrarem uma missão enviada para a resolução das disputas fronteiriças com a Rússia, que resultou no Tratado de Nerchinsk de 1689. Uma missão diplomática, distante dos familiares moldes tributários, e num contexto ainda distante do

das Guerras do Ópio do séc. XIX e da criação de uma estrutura semelhante a um Ministério dos Negócios Estrangeiros, como seria no futuro o *Zongli Yamen*, constituía, sob qualquer perspetiva, um caso excecional. Neste caso, existia também um obstáculo de ordem técnica: a China, que não reconhecia qualquer ordem internacional que não a sinocêntrica (Ramos, 2012: 106), sempre se recusou também a reconhecer o conceito de Direito Internacional e a negociar desde uma posição de paridade (Wang, 2011: 88). Dois Jesuítas, entre eles o português Tomás Pereira, que como missionários tinham os conhecimentos de Direito e Relações Internacionais ausentes na elite chinesa, foram escolhidos para ajudar na negociação, que seria bem-sucedida (Wang, 2011: 88 e 90). Na perspetiva da China, esta interação com a Rússia representou mais um exemplo da sua flexibilidade estratégica quando as situações assim o exigem: a Rússia possui uma enorme fronteira com a China e, como tal, representava um desafio estratégico imediato e distinto das incursões das potências ocidentais que ocorreriam no séc. XIX. A China, embora apenas reconhecesse, oficialmente, uma ordem internacional sinocêntrica, resolve assim a sua disputa com a Rússia da forma que considerou a mais adequada para salvaguardar a sua segurança (Ramos, 2012: 77-81).

O Japão tinha relações oficiais com China desde a ascensão da dinastia Ming, mas a dimensão das trocas comerciais era limitada, em parte devido à pirataria existente nos mares da China. Este comércio, que assentava nas trocas entre a seda da China e a prata do Japão, gerava grandes lucros, mas ao qual faltava uma base fixa em território chinês (Costa, 1995: 64). Esse porto seria Macau. Os primeiros anos de presença portuguesa no Japão foram protagonizados por comerciantes e particulares e as relações só adquiriram carácter formal com a chegada do missionário do padroado português São Francisco Xavier em 1549, com a presença portuguesa a prolongar-se até 1639 (Costa, 1995: 136). Foi decisiva a ação do famoso Jesuíta Alessandro Valignano. Primeiro, em 1585, intercede junto do Papa Gregório XIII e assegura o monopólio Jesuíta da Missão do Japão sob o Padroado português, através da bula *Ex pastoralis officio* (Boxer, 1951: 239-241), que estabeleceu Macau como o posto avançado para toda a atividade missionária no país (Jesus, 1902: 81). Mais tarde, em 1594, Valignano fundou o Colégio da Madre de Deus em Macau (comumente conhecido por Colégio de São Paulo) e fez dele a grande plataforma do trabalho missionário na China e no Japão (Boxer, 1951: 73).

Quando os Jesuítas conseguiram assegurar a abertura de Nagasaki ao comércio externo, em 1570, estavam finalmente estabelecidos os pilares do comércio triangular português entre Goa,

Macau e Nagasaki (Boxer, 1986: 28). O benefício era mútuo: para os japoneses os lucros deste comércio permitiram um reforço dos exércitos senhoriais e ajudaram a inserção dos Jesuítas no Japão. Num período bastante instável, estes mantinham também os comerciantes informados da situação no país. Comércio e religião andavam, assim, de mãos dadas, estabelecendo-se um “binómio mercador-missionário” (Costa, 1995: 138-139 e 144). Esta enorme convergência de interesses luso-nipónicos ganhou uma nova dimensão quando os missionários obtiveram, em 1580, a concessão de grande parte da soberania dos portos de Nagasaki e Mogi (Ramos, 2012: 217). Por via desta concessão, a autoridade da Companhia de Jesus sobre esses territórios abrangeria “o exercício da justiça, incluindo a pena capital, parte dos proveitos fiscais devidos na nau do trato e o poder executivo nos referidos territórios; e isto em perpetuidade” (Ramos, 2012: 217). Havia todo um racional estratégico por detrás desta cedência: o dáimio impedia assim os seus rivais de tomar posse desses dois territórios; para os Jesuítas e para Portugal, esta cedência representava uma fonte importante de rendimentos provenientes do comércio e o reforço da presença da Igreja Católica no país. (Ramos, 2012: 217). À semelhança do que sucedeu na China, a capacidade Jesuíta para se adaptar e inserir nas estruturas de poder revelou-se decisiva, mas neste caso o seu *soft power* ganhava uma nova dimensão ao traduzir-se numa aquisição territorial para Portugal por via do padroado. A fórmula jesuíta comprovava a sua viabilidade e importância.

A natureza da Companhia de Jesus impedia-lhe de exercer plena soberania sobre Nagasaki e Mogi, sendo reveladora a sua recusa em interferir na execução penal nos territórios. Olhando para este período de presença portuguesa no Japão não se pode pois falar de uma conquista de “soberania” mas antes da existência de uma situação de “soberania partilhada”, procurada em primeiro lugar pelos japoneses, pese a sua duração não ter chegado a uma década, (Ramos, 2012: 217-219).

É difícil evitar estabelecer uma ligação entre o sucesso da missionação jesuíta na China e no Japão e vê-lo como prova da sua capacidade para operar em estruturas sociopolíticas de matriz confucionista. País pertencente à mesma “área civilizacional de influência chinesa” (Ramos, 2012: 216), o Japão que os portugueses encontraram era um país que já tinha passado nos séculos VII e VIII por um processo de intensa sinicização administrativa, com a adoção do modelo político chinês de centralização da autoridade política, o reconhecimento do Imperador como autoridade máxima e a submissão de todas as regiões à capital (Costa, 1995: 45-47). A

evolução interna do país desde então continuou a revelar padrões semelhantes aos da China: em 1477 inicia-se um período de guerra civil que durou cerca de um século e que fragmentou o país na mesma medida em que enfraqueceu o poder central do xogunato (Bésineau, 1998: 39). De forma também semelhante ao que sucedeu na China em vários momentos da sua história, a uma fase de dispersão dos poderes seguiu-se uma de (re)centralização dos mesmos, no período 1534-1582 (Costa, 1995: 51-55). O “século cristão” no Japão, entre 1542 e 1640, coincidiu assim com um momento na história em que o país, pela primeira vez em séculos, esteve unido e administrativamente centralizado (Boxer, 1986: 79-80). É revelador que Alessandro Valignano, artífice do sucesso da ação Jesuíta na China, tenha concluído que a penetração missionária no Japão exigia uma estratégia idêntica: se o sucesso da Missão na China passava pela adoção do aspeto e comportamentos dos letrados, os mandarins (Sebes, 1978: 174), no Japão os Jesuítas deveriam emular os clérigos Budistas mais inteligentes e respeitados (Boxer, 1951: 210).

A partir de 1587 a situação no país começa a modificar-se com a emissão de Éditos a proibir a difusão do cristianismo e a exigir que os portugueses se “limitassem a comercializar”, procurando limitar ao máximo a sua influência (Costa, 1995: 62). A pressão sobre os missionários e o cristianismo intensificou-se progressivamente nas décadas seguintes e o comércio eventualmente ficaria circunscrito a Nagasaki, aumentando os receios de Macau de uma interrupção ou cancelamento do mesmo (Boxer, 1963: 326-328). Em 1636 era emitido o Édito *Sakoku* (país fechado) que decretou o fim do cristianismo no Japão, a expulsão dos portugueses e a proibição do contacto com o exterior (Boxer, 1963: 330). O ciclo de recentralização do poder no Japão fechava-se. Lucian Pye estabeleceria uma interessante comparação entre o contacto da China e do Japão com a “modernidade”: enquanto no caso chinês verificou-se sempre um difícil “exercício de equilíbrio” para a conciliar com as suas tradições, o Japão procurou – e retirou – benefícios político-económicos da sua “herança” confucionista (Pye, 1985: 182). Isto deveu-se em parte porque no Japão o confucionismo adquiriu moldes mais agressivos que potenciam a iniciativa e a busca pela prosperidade material individuais, ao passo que na China prevaleceram sempre os aspetos morais e disciplinadores da doutrina (Pye, 1985: 79).

Na China, a influência Jesuíta consolidou-se durante o reinado do segundo Imperador Qing, Kangxi, talvez o mais talentoso e influente de todos e símbolo maior do espírito aberto dos Qing, descritos como “homens de dinamismo, ligados às suas tradições sem estarem presos às

mesmas e abertos a novas ideias desde que válidas” (Ramos, 2012: 50). A razão da forte ligação de Kangxi aos missionários jesuítas residia, em grande parte, no enorme interesse do Imperador pela tecnologia ocidental (Wu, 1999: 103). Em particular neste período, os Jesuítas, compreendendo os fundamentos da política externa chinesa, souberam inserir-se nos procedimentos das “embaixadas tributárias” (Marinescu, 2008: 241-242) e influenciaram-nas várias vezes. Podemos, por isso, afirmar que a política dos Jesuítas constituiu um exemplo de *soft power* ocidental no centro de poder chinês.

Incorrer-se-ia, no entanto, em erro se se confundisse a abertura dos Qing à ciência ocidental com uma maior permeabilidade cultural da China ao Ocidente, comparativamente às anteriores dinastias. Mungello (2005: 31) é claro quando refere que a política de *acomodação* dos Jesuítas se tornou bem mais insustentável após a invasão Manchu que estabeleceu a dinastia Qing pois esta, face à perda do poder sincrético da cultura chinesa, reverteu para uma postura mais ortodoxa, defendendo o confucionismo como a via para a transmissão do *Dao*¹² (“Verdade” ou “Caminho”). Por esta razão, a China tornou-se mais relutante em aceitar a síntese do confucionismo com uma religião estrangeira, como o cristianismo. Isto valoriza ainda mais o facto de os Qing terem adotado uma postura pragmática face aos estrangeiros, da qual Portugal retiraria frutos, e que ia além do sistema tributário clássico chinês, muitas vezes visto como inamovível, revelando capacidade de adaptação a novas prática diplomáticas sem deixar de colocar em primeiro lugar o interesse chinês (Rossabi, 1983:1-13).

Desde a fracassada embaixada de Tomé Pires, Lisboa nunca mais procurou estabelecer relações diplomáticas com Pequim, tendo o nascimento e desenvolvimento de Macau ocorrido de forma distinta aos restantes territórios ultramarinos sob o controlo da metrópole. A situação modificou-se após a Restauração portuguesa, que trouxe consigo o *Século das Embaixadas* (1667-1784). Este período reveste-se de especial significado para as relações luso-chinesas por ter sido o único em que a política externa portuguesa no Extremo Oriente operou numa lógica “tripolar”: a partir das suas posições estratégicas específicas e utilizando os recursos que lhes são próprios, Lisboa, Goa e Macau conjugavam esforços e Goa assumiu o papel de “elo de ligação” (Ramos, 2012: 93). Este esforço diplomático traduziu-se num total de seis embaixadas que, no cômputo geral, tiveram objetivos políticos limitados e muitas vezes desfasados da situação de Macau. É necessário recordar que os interesses de Macau, por não pertencer à estrutura formal do Estado

¹² Taoísmo.

da Índia, não estavam, por definição, alinhados com os de Portugal (Alves, 1996: 197-199) e que o caráter cerimonial das embaixadas, exigido pelo protocolo imperial, pré-determinava que estas não poderiam ser usadas como espaço de negociação. A estrutura hierárquica imperial estabelecia também, como norma, que as políticas a aplicar a nível local teriam origem em propostas das autoridades locais, não em Pequim (Wills, 1984: 175). Neste enquadramento, intercedeu a favor de Portugal a “diplomacia silenciosa” dos Jesuítas na corte de Pequim.¹³

A ainda jovem dinastia de Bragança (1640-1910) usou as embaixadas enviadas ao Imperador chinês sobretudo para reforçar o seu prestígio, e as questões oficiais de maior sensibilidade relacionadas com o Macau, em particular a legitimidade da presença portuguesa continuaram a ser abordadas junto dos mandarins de Guangdong, com a presença dos Jesuítas na corte (Disney, 2009: 507). A última destas Embaixadas, a cargo do Bispo de Pequim, constituiu a exceção por razões que serão enumeradas mais à frente.

As duas primeiras embaixadas, a de Manuel de Saldanha em 1667-1670 e de Bento de Faria em 1678, foram, respetivamente, iniciativas de Goa e da Câmara de Macau. Na fase final da sua tomada de poder da China, no final da dinastia Ming, os Qing iniciaram a evacuação das zonas costeiras e todo o comércio marítimo e terrestre foi proibido (Wills, 1984: 86). O objetivo de Manuel de Saldanha era obter para Macau a isenção dessas mesmas medidas. Por influência dos Jesuítas, verdadeiros negociadores *de facto* e residentes permanentes em Pequim, a ambos os embaixadores foi concedido o estatuto de portador de “congratulações”, ao invés de “tributo”, que, de acordo com os relatos, era a norma dos embaixadores estrangeiros no Império do Meio desde há muitos séculos (Jesus, 1902: 103). Esta alteração implicava o reconhecimento de um estatuto superior ao Rei português ao que conseguiria, a título de exemplo, a embaixada britânica de George Macartney em 1793 (Disney, 2009: 510). Apesar de não ter conseguido o levantamento da interdição, não seriam emitidos mais decretos desfavoráveis ao Território no seguimento desta embaixada (Brazão, 1949: 94-96). A segunda embaixada portuguesa voltou a ter como objetivo o levantamento das proibições do comércio com Cantão e do comércio marítimo em Macau, que em 1678 ainda vigoravam. As condições políticas eram favoráveis pois a posição e influência dos Jesuítas em Pequim era agora mais forte. A sua ação no processo burocrático da corte contribuiu para o levantamento da interdição em 1681 e, durante um breve

¹³ Entrevista a João de Deus Ramos, embaixador de Portugal em Pequim de 1979 a 1981. Entrevistado em Lisboa a 22 de abril de 2014.

período (até 1684), Macau foi a única cidade costeira chinesa autorizada a realizar comércio (Wills, 1984: 127-144).

O Édito da Tolerância de 1692 do Imperador Kangxi colocou o cristianismo num patamar de igualdade com outras religiões, como o Budismo (Marinescu, 2008: 128), e favoreceu a propagação do cristianismo na China a um nível nunca antes verificado (Ramos, 2012: 51), contribuindo para que durante quase duas décadas Portugal não sentisse necessidade de enviar nova embaixada a Pequim. No entanto, no início do séc. XVIII, o contexto havia-se alterado substancialmente. Na Europa pós-Vestefália o poder relativo de Portugal face a outras potências europeias, como a França, estava em relativo declínio e a estrutura do Padroado, que assegurou a predominância Jesuíta, enfraquecia-se (Brockey, 2007: 154-155). A França de Luís XIV queria incrementar o seu poder na Ásia e a partir da década de 1650 procurou eliminar o monopólio eclesiástico que Goa detinha no continente e limitar a autoridade portuguesa às suas colónias (Brockey, 2007: 155-156). A Santa Sé desejava também recuperar o controlo sobre a “igreja universal” e o poder dos Jesuítas, ligado ao Padroado, tinha de ser diminuído sob pena de permanecerem com o controlo *de facto* do catolicismo no Oriente. Gerou-se assim um conflito político-religioso cujo epicentro foi a “Questão dos Ritos” (Brockey, 2007: 184-185), opondo os Jesuítas às restantes ordens religiosas. A polémica, que alimentou as rivalidades europeias, residia na definição da natureza dos ritos chineses realizados em honra dos antepassados e de Confúcio, se religiosa ou civil (Ramos, 2012: 84). A considerar-se religiosa, os ritos não poderiam ser praticados pelos cristãos convertidos.

Os Jesuítas, mantendo sua política de “acomodação”, defenderam a natureza civil dos Ritos, tornando deste modo aceitável a sua prática por parte dos chineses convertidos, e próprio imperador Kangxi confirmou o carácter civil dos Ritos numa carta enviada para Roma (Ramos, 1991: 86). Esta interpretação foi rejeitada pelas demais Ordens religiosas e pelo Papa Clemente IX, que, ao reconhecer carácter religioso aos Ritos, os proibiu. Portugal, o Padroado e a Companhia de Jesus estariam, novamente, unidos neste conflito político-religioso que se arrastou por mais de um século (Ramos, 2012: 84-85). É neste contexto que decorre a embaixada do Padre Jesuíta Francisco Cardoso (1709), a primeira a mando de D. João V. Francisco Cardoso deveria, por um lado, procurar atenuar o impacto negativo da querela dos Ritos, que já tinha resultado na revogação do Édito da Tolerância em 1707 e dado início às perseguições dos missionários (Sebes, 1978: 182). Um outro objetivo seria procurar utilizar o

contexto em favor dos interesses portugueses e persuadir o Imperador a aceitar apenas Missionários do padroado português. A Embaixada não foi suficiente para inverter o declínio da missionação na China (Disney, 2009: 508-509), mas em 1718 um Édito do Imperador isentou, excecionalmente, as embarcações de Macau da proibição do comércio no sudeste asiático que à época vigorava em toda a China, e deu novo fôlego ao Território (Fok, 1996: 230).

Em 1722, seria o próprio imperador Kangxi a enviar uma embaixada a D. João V. O primeiro embaixador do Império do Meio ao Reino de Portugal seria um português, o Jesuíta António de Magalhães, e a sua embaixada tem de ser novamente entendida dentro do contexto da “Questão dos Ritos”. Kangxi, conhecedor da posição privilegiada de que Portugal ainda gozava nos equilíbrios políticos europeus e na atividade missionária, envia, num momento decisivo, uma embaixada ao Rei de Portugal, (Ramos, 1991: 105-106 e 177) para comunicar ao monarca a posição extremamente precária das missionações, e a necessidade urgente de intervenção real (Brazão, 1949: 119-120). Em dezembro de 1722, durante a estadia de António de Magalhães em Lisboa, faleceu o Imperador Kangxi, numa altura em que este já projetava modificar a sua política de tolerância (Marinescu, 2008: 144-145). O novo Imperador, Yongzheng, concretiza esta mudança a 12 de janeiro de 1724 por via de um Édito imperial que proscreeu o cristianismo durante duas décadas, expulsando para Macau todos os missionários que residiam nas províncias, com exceção dos que serviam na capital e trabalhavam na corte imperial (Marinescu, 2008: 149). Yongzheng, que subiu ao trono após uma luta pela sucessão, é descrito por contemporâneos como um monarca severo, que desconfiava da influência dos missionários na corte e temia que a propagação da doutrina cristã colocasse em risco a estabilidade política do país e a matriz confucionista da sua cultura (Ramos, 2012: 122). Ao mesmo tempo, era elogioso do contributo científico dos missionários ocidentais e manteve-os na sua corte (Marinescu, 2008: 143 e 148-151). As suas decisões devem ser analisadas desde uma lógica de reforço da autoridade imperial e do imperativo de assegurar a ordem no Império.

É neste contexto que em 1727 chega à China a embaixada de Alexandre de Metelo de Sousa e Meneses. À semelhança das anteriores, os Jesuítas asseguraram o título de “Embaixada Congratulatória” (Brazão, 1949: 121 e 126). Diplomata experiente, Menezes aconselhou-se junto de vários missionários portugueses e estrangeiros durante os primeiros meses de estadia em Macau e faz um levantamento detalhado da situação em Macau e na China, concluindo que qualquer tentativa de abordagem direta da questão junto do Imperador, de cujo caráter severo

tomara também conhecimento, apenas poderia comprometer em definitivo a posição de todas as partes: do cristianismo e da liberdade da missão, mas também de Portugal e Macau (Ramos, 2012: 96-102). Nos encontros com as autoridades chinesas, teve o primeiro contacto com vários dos seus métodos clássicos de negociação política: as obrigatórias visitas de cortesia que incutem no negociador deslumbramento e intimidação pela magnitude do país e a sua cultura; a tradição de que quem vem de fora deve ter a iniciativa; longas rondas negociais, inclusive por questões meramente protocolares, nas quais os negociadores chineses retiram vantagem das imprecisões da língua chinesa quando traduzida; consultas permanentes entre os negociadores chineses, cujos resultados não são aparentes. Paradoxalmente, a decisão de Metelo em não abordar junto do Imperador o ponto que constituía a razão de ser da sua missão – o cristianismo e as missões – teve os melhores resultados possíveis junto do Imperador, que nunca ignorou o propósito da embaixada portuguesa (Brazão, 1949: 127-137). Yongzheng não podia fazer qualquer concessão na questão das missões, mas Macau e as relações luso-chinesas saíram beneficiados. A origem da decisão de Metelo poderá radicar nas consultas extensas que realizou na preparação da audiência e o estudo que terá empreendido da cultura chinesa pois, como sugere um antigo embaixador português em Pequim ao referir-se a Metelo e à sabedoria na sua decisão, “é muito chinesa e essencialmente taoista, a filosofia do *wu wei*, do ‘não agir’”. Yongzheng reconheceu a subtilidade do embaixador e favoreceu-o (Ramos, 2012: 111-112).

A quinta embaixada à corte de Pequim, de Francisco de Assis Pacheco de Sampaio (1752-1753), foi enviada por Lisboa com dois objetivos: por um lado, melhorar as condições do Padroado português, em face das perseguições religiosas na China e em Macau; por outro, ajudar a resolver disputas jurisdicionais em Macau, resultantes do crescente controlo mandarínico na administração do Território e da intenção de lhe estender as leis penais chinesas e de as aplicar também aos não-chineses. O Imperador Qianlong favoreceu-o e, como demonstração de apreço, elevou o grau de mandarinato do seu intérprete Jesuíta (Brazão, 1949: 165-184).

No período de governação do Marquês do Pombal (1750-1777) o contexto político em Portugal alterou-se substancialmente e realizaram-se reformas na política ultramarina que reforçaram o papel do Estado português nos vários territórios ultramarinos. Em Macau, era prioritário aumentar o controlo político e financeiro sobre o Território e ligá-lo institucionalmente ao Estado

da Índia (Alves, 1996: 201-202). Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, teria especial preponderância nos acontecimentos (Puga, 2009: 128). Ciente dos efeitos negativos resultantes da excessiva não-ingerência de Lisboa e Goa e da submissão do Senado às autoridades mandarínicas, Melo e Castro utilizou as seis Providências Régias de 1783-1784 para reforçar o poder do Governador de Macau (Teixeira, 1988: 1-18). Estas medidas revelaram-se insuficientes para poder contrariar, de forma efetiva, as decisões do Senado, que continuou a governar *de facto* a cidade (Puga, 2009: 128-129). As tentativas do Governador de impor a autoridade portuguesa no Território resultaram no seu isolamento pela Porta do Cerco a mando dos mandarins, suspendendo o seu abastecimento, e a situação só seria resolvida após o Senado interceder junto das autoridades chinesas. O Procurador, que havia colaborado com o Governador e contra a vontade do Senado, foi substituído (Jesus, 1902: 168-169). No entanto, Portugal modificara claramente a sua abordagem para Macau e assumia um papel cada vez mais interventivo. Esta fase pode pois ser entendida como de transição, antes de a Coroa impor no séc. XIX, de forma assertiva, o seu controlo.

Durante o séc. XVII, os Jesuítas, alicerçados na sua experiência, nunca deixaram de aconselhar os embaixadores Europeus que se deslocavam a Pequim a manterem o mais possível uma aparência “tributária” como condição para serem recebidos (Wills, 1984: 178-179). Os embaixadores portugueses, por seu turno, souberam acolher o seu conselho e o respeito que demonstraram pelo protocolo imperial permitiu aos Jesuítas interceder em seu favor, à margem das embaixadas, por via da sua influência na hierarquia imperial. Um outro elemento a destacar é a iniciativa diplomática macaense em momentos críticos do Território como resultado das políticas imperiais na província do Guangdong e que pode ser definida como “uma diplomacia de sobrevivência e de fronteira” (Alves, 1996: 208), verificada nas embaixadas de Manuel de Saldanha e Bento de Faria. Na quase totalidade destas embaixadas a influência dos Jesuítas foi visível, mesmo já depois da “Questão dos Ritos” ameaçar deitar por terra a presença e influência que cultivaram na corte de Pequim desde a era de Ricci. Conhecedores das práticas diplomáticas chinesas clássicas, os Jesuítas continuaram a tentar influenciar a política de Pequim e a interceder junto do Imperador Qianlong a fim de o convencer a não se distanciar da linha até então seguida para lidar com os *bárbaros* estrangeiros, acolhendo-os enquanto subalternos, o que lhes permitiria continuar a influenciar a política externa chinesa (Marinescu, 2008: 263-264).

A última embaixada portuguesa (1783-1784) teve como rosto o Bispo de Pequim, Frei Alexandre de Gouveia, e foi a primeira embaixada portuguesa da chamada “era da soberania” (Alves, 1996: 201). Durante o período Pombalino deu-se um reforço do papel do Estado português nas colónias, ao qual Macau não escapou. Importava fazer avançar as relações bilaterais entre Portugal e a China para um período pós-Jesuíta após a extinção por decreto da Companhia de Jesus, a vigorar em Macau desde 1762 (Teixeira, 1988: iii). Alexandre de Gouveia seria o escolhido, e levaria consigo instruções que revelam aquelas que eram, à época, as grandes prioridades do Governo português no seu relacionamento com a China, destacando-se o reconhecimento do “Direito” de soberania portuguesa sobre a “colónia” de Macau e o estabelecimento de um representante permanente da coroa portuguesa em Pequim (Teixeira, 1988: 40-67). Na prática, Portugal procurava criar uma estrutura oficial que preenchesse o vazio de influência deixado pelos Jesuítas (Alves, 1996: 206-207). A missão de Alexandre de Gouveia revelar-se-ia impossível ao constatar-se que não existia, desde o séc. XVI, quaisquer “chapas, ou cartas de privilégios, isenções ou liberdades acordadas pelos Imperadores” (Teixeira, 1988: 55), pelas quais a China reconhecesse a soberania portuguesa sobre Macau, como se julgava existir e o estatuto do Território manteve-se inalterado (Disney, 2009: 511). Apesar de não ter concretizado os seus principais objetivos, esta embaixada foi um ponto de inflexão nas relações luso-chinesas ao assinalar o momento em que Portugal tentou, por canais oficiais, rever os “pressupostos político-diplomáticos e jurídicos” das relações luso-chinesas (Alves, 1996: 207).

A influência da matriz cultural chinesa no primeiro ciclo diplomático luso-chinês ganhou contornos definidos graças aos jesuítas e às especificidades da sua estratégia missionária. Afirmar-se que este ciclo diplomático não teria existido de todo sem a Companhia de Jesus seria, por certo, não apenas um exagero mas também um erro. Mas teria sido, seguramente, um ciclo diferente e menos rico, quer desde a perspetiva de Portugal, quer desde a de Macau. Para Portugal, o contraste entre a Embaixada de Tomé Pires e as embaixadas do século XVII não podia ser maior: aos olhos chineses, Portugal passava de reino desconhecido a ‘Grande Reino do Mar Ocidental’ e os seus embaixadores eram recebidos com tanta deferência quanta era razoável esperar da China para com uma nação estrangeira. Pese a inexistência de relações diplomáticas oficiais, existiu um diálogo *de facto* entre os dois países, ao mais alto nível, envolvendo a própria sobrevivência do cristianismo no Império do Meio. Em Macau, embora os Jesuítas não tenham tido qualquer papel ou influência no assentamento de Leonel de Sousa e no estabelecimento dos portugueses no Território, foram eles que o tornaram o posto avançado

da missionação no Japão. Numa perspectiva comercial, o período de maior prosperidade de Macau coincidiu com o “século cristão” e o comércio com o Japão, que os jesuítas ajudaram a consolidar. Podemos, por isso, afirmar que a maior prova da influência da matriz cultural chinesa neste primeiro ciclo reside no próprio sucesso da ação daqueles que a compreenderam primeiro e melhor e que dela souberam tirar partido, os jesuítas.

Capítulo 4 – O Ciclo da Soberania

4.1. Macau e o “século das humilhações” do Império chinês

A vitória britânica na primeira Guerra do Ópio (1839-1842) resultou na assinatura do Tratado de Nanquim, pelo qual o Reino Unido obteve a cedência de Hong Kong e a abertura de cinco portos: Cantão, Fuzhou, Xiamen, Ningbo e Xangai. Este tratado assinalou também o fim do Sistema de Cantão (Kissinger, 2012: 55-56) e o início da era dos Tratados Desiguais, como viriam a ser conhecidos os tratados celebrados pela China desde meados do séc. XIX com as nações estrangeiras, que não só forçaram a abertura de vários portos (ou *Treaty Ports*) para comércio e residência, como permitiram que nesses portos se estabelecessem agentes consulares (Cassel, 2012: 4-5). Estes agentes lidariam diretamente com as autoridades locais numa posição de igualdade, mantendo a corte em Pequim à margem das negociações (Kissinger, 2012: 56-57). Para consolidar o seu controlo, o Reino Unido cria, em 1856, as Alfândegas Marítimas Chinesas, um componente fundamental do sistema de *Treaty Ports* e que atuava como um mecanismo de influência externa. Todo o comércio externo na China era regulado por estas Alfândegas (Brunero, 2006: 1 e 8-9).

As singularidades da China permitiam-lhe entrar no séc. XIX sem que na sua estrutura governativa existisse qualquer Ministério ou gabinete para as suas relações externas, e que a nenhuma nação estrangeira fosse permitido manter uma missão diplomática no país. Na perspetiva chinesa, relações externas resumiam-se a comércio externo, e ao longo da sua história a China estabeleceu e suspendeu comércio com nações como meio de condicionar a sua atuação (Hao, 1980: 150). Esta situação modificou-se após a assinatura do Tratado de Tianjin (1858) que concedeu ao Reino Unido o direito de abrir uma embaixada em Pequim, seguindo-se a França e os Estados Unidos ao abrigo da cláusula na nação-mais-favorecida (Kissinger, 2012: 66-67). Se a embaixada de George Macartney representou, da parte do Reino Unido, uma abordagem em consonância com uma conceção sinocêntrica das relações internacionais, as duas Guerras do Ópio impuseram à China uma ordem internacional moderna que a privou quase por completo do controlo sobre o seu comércio e política externa (Kissinger, 2012: 56). O conceito vestefaliano de soberania, até aí ignorado, subitamente materializava-se no quotidiano político da China e a sua defesa passava a constituir uma questão prioritária.

Derrotada militarmente e sem aliados nos quais se apoiar, uma China humilhada assistiu à progressiva erosão da sua soberania a partir da assinatura Tratado de Bogue – um tratado suplementar ao de Nanquim – que impôs a extraterritorialidade no seu território. Inicialmente, a extraterritorialidade determinava que crimes cometidos por cidadãos estrangeiros nos *Treaty Ports* seriam julgados, não pelas autoridades locais e segundo as leis chinesas, mas pelos cônsules e restantes funcionários autorizados desse país aí destacados, de acordo com as suas leis nacionais. Com o tempo, extraterritorialidade veio a assegurar aos estrangeiros uma imunidade quase completa da jurisdição e leis locais, indo inclusive mais além da imunidade diplomática prevista no Direito Internacional. O seu impacto na China pode ser avaliado pela existência de cerca de noventa e dois *Treaty Ports* em território chinês nos inícios do século XX (Cassel, 2012: 5).

Inicialmente, a resposta chinesa baseou-se no seu pensamento estratégico clássico: permitindo que outras nações estrangeiras com interesses no país, como a França e os Estados Unidos, usufruíssem das mesmas condições que o Reino Unido, a China recuperou a sua tática clássica de utilizar *bárbaros* para combater *bárbaros*. Ao criar uma situação que propicia uma intensa competição mútua, impedir-se-ia o domínio absoluto de qualquer um dos invasores e, com o tempo, enfraqueceria a posição de todos (Hao, 1980: 152). Foi assim que a diplomacia chinesa alimentou um conflito de interesses entre a Rússia e o Japão. Uma das chaves desta política residia na “cláusula da nação-mais-favorecida”, imposta pela primeira vez pelo Reino Unido em 1843 através do Tratado de Bogue. Através daquela cláusula, todos os privilégios outorgados a uma nação deveriam estender-se automaticamente às restantes (Kissinger, 2012: 57 e 61). O alcance destas estratégias visando o controlo dos invasores revelar-se-ia limitado e falharia por completo o objetivo de evitar futuros confrontos militares (Hao, 1980: 150-151).

A derrota na segunda Guerra do Ópio (1860) levou ao reconhecimento por parte de setores conservadores do governo chinês de que, para inverter o declínio chinês face às potências ocupantes era necessário modernizar a China, não apenas militarmente como também em relação à sua diplomacia e instituições (Hsu, 1980: 70). Desse impulso de modernização e de adoção da tecnologia ocidental resultou o “Movimento de Auto Fortalecimento” de 1860-1895 (Hao, 1980: 150-151). Os seus princípios já haviam sido avançados num plano redigido após a Primeira Guerra do Ópio pelo mandarim Wei Yuan, propondo uma síntese de métodos clássicos com uma política de intensa reforma: semear a discórdia entre os bárbaros e aprender da sua

tecnologia para depois os dominar (Kissinger, 2012: 62-63). A modernização passaria, também, pela sua prática diplomática e a criação em 1861 do *Zongli Yamen* (Gabinete para a Administração dos Negócios de Todos os Países Estrangeiros) constituiu um marco fundamental, funcionando de forma semelhante à de um Ministério dos Negócios Estrangeiros. A tradução para chinês de textos de Direito Internacional e o estabelecimento de missões diplomáticas oficiais no estrangeiro a partir de 1876 assinalaram a transição de uma ordem sinocêntrica, que vigorou durante milénios, para uma outra, “moderna”, à qual se tentava adaptar. O Império Chinês do sistema tributário transformava-se num “Estado-nação” (Hsu, 1980: 70).

O processo de transição da China para um “Estado-Nação” foi, contudo, distinto do experienciado pelas nações europeias. Nestas, o conceito de soberania emergiu como resultado da interação entre dois tipos de soberania: soberania nacional e soberania popular. Nesta última, o nacionalismo desempenhou um papel fundamental no seu desenvolvimento, tendo associada uma ideia de liberdade individual, cabendo à nação a responsabilidade de salvaguardar essa liberdade. Os dois tipos de soberania encontravam-se, pois, interligados. Na China do séc. XIX, quando o país importou estes conceitos, sucederam três coisas: uma dissociação da soberania nacional da soberania popular; a conversão desta última numa “soberania estatal”; e a substituição da liberdade individual pela liberdade nacional. O objetivo era a construção de um Estado chinês forte, não a promoção de participação política. No séc. XVII, as nações europeias evoluíram, coletivamente, para Estados-Nação e acordaram, também em conjunto, os princípios que iriam reger o sistema vestefaliano. Quando, em meados do séc. XIX, as potências europeias forçaram uma China, até então fechada, a aderir a este sistema, esta viu-se rodeada de potências imperiais, consolidadas e militarmente superiores, que ocuparam o seu território e a privaram da sua liberdade de ação. Na sua conceção, formada com base na sua experiência histórica, soberania é, em primeiro lugar, sinónimo de capacidade de sobrevivência num mundo em que a China existe rodeada de potências hostis e, para tal, o Estado tem de ser o mais forte possível (Zheng, 1999: 22-24).

No século XIX, não estavam reunidas as condições para a existência de um Estado com estas características porque o sistema político chinês, apesar de centralizado, possuía um Governo central fraco (Zheng, 1999: 25). O processo de reforma levado a cabo através do Movimento de Auto Fortalecimento, mesmo aplicando o princípio chinês de “aprender da China para o substancial, aprender do Ocidente para o uso”, viu-se comprometido num país ainda fortemente

marcado pelo “feudalismo, absolutismo e patriarquismo”, que continuaram presentes no dia-a-dia da população (Wei, 2008: 2). Vários modelos ocidentais de desenvolvimento seriam utilizados nas décadas subsequentes, mas nenhum se revelou adequado ao caso chinês (Fairbank e Goldman, 2006: xix). Não obstante, considerando encontrarmo-nos em pleno período reformador, reveste-se de especial significado que tenha sido na década de 1880, quando a política externa chinesa já tinha evoluído de uma *closed door policy*, incorporado o Direito Internacional e adotado as *power politics* (Hao, 1980: 199) que Portugal e China assinaram o Tratado de Pequim (1887) e Portugal viu reconhecida *de jure* a sua ocupação perpétua de Macau, como será analisado de seguida.

4.1.1. A alteração do *status quo* em Macau

Durante o primeiro ciclo diplomático luso-chinês, Portugal e Macau estiveram sujeitos a “códigos de conduta” impostos pela China: Portugal, ao ser forçado a operar no sistema tributário chinês; e Macau, na sua situação concreta e adaptando-se à evolução da situação no Território, pela imposição aos seus habitantes de medidas de ordem “social”, “comercial” ou “administrativa”. Em ambos os casos, a China procurou sempre salvaguardar a “ordem celestial” (Saldanha, 1999: 759). A constante interferência das autoridades chinesas de Guangdong, o controlo que o Senado exercia na administração da cidade e a sua supremacia sobre o Governador, representante oficial de Portugal, motivou conflitos internos e o crescente desagrado das autoridades portuguesas em Goa e em Lisboa. Seria apenas uma questão de tempo até Portugal, o Reino, reivindicar os seus interesses em Macau e na China. Com a revolução liberal de 1822 na Europa, em Portugal foi elaborada a primeira Constituição, que definiu Macau como colónia portuguesa (Carapinha, 1997: 36).

A vitória da Reino Unido na Primeira Guerra do Ópio e o nascimento de Hong Kong criaram um concorrente poderosíssimo para Macau nas suas proximidades e do qual desenvolveu uma crescente dependência (Jesus, 1902: 353). É neste contexto, em que a sobrevivência económica do Território se encontra no limite, que o Governador Ferreira do Amaral (1846-1849) impõe pela força a soberania portuguesa *de facto* sobre Macau (Ptak, 2007: 151) ao expulsar os Mandarins, abolir a alfândega chinesa (*Ho-pu*), e pôr termo ao pagamento do *foro de chão*. Ferreira do Amaral instituiu ainda a cobrança de impostos para todos os habitantes de Macau –

portugueses e chineses – e prolongou os limites dessa soberania para os limites atuais, bastante para além dos limites das antigas muralhas da cidade (Clayton, 2009: 46-47). Estas mudanças radicais operadas no Território puseram fim ao poder mandarínico e extinguiram quase por completo o poder do Senado. O cargo de Procurador, que durante séculos deteve enorme poder e assegurou a ligação entre as autoridades imperiais e portuguesas no Território, foi colocado por decreto em 1847 sob a jurisdição do Governador e em 1894 o cargo seria finalmente extinto depois de meio século durante o qual Portugal reforçou o seu poder no Território e limitou a autonomia local (Wu, 1999: 133-136). Era o fim da estrutura hierárquica que durante séculos foi usada pelas autoridades imperiais para reger a vida no Território. A “fórmula Macau” havia sido desfeita.

4.1.2. O reconhecimento da soberania portuguesa sobre Macau

Numa era marcada pelos Tratados Desiguais entre a China e diversas outras potências como o Reino Unido, a França, a Rússia e os Estados Unidos, Portugal surgia como uma monarquia de ambições bem mais moderadas: a única exigência apresentada neste período foi o reconhecimento formal do estatuto de Macau (Ptak, 2007: 152). Se a ação do Governador Ferreira do Amaral já havia determinado o controlo português sobre o Território, nem por isso deixava de persistir o problema da “definição de um estatuto jurídico político para o Território português de Macau” (Conceição, 1988: 10). Assim, através de dois tratados, de 1862 e 1886, respetivamente, Portugal procurou pela primeira vez na sua história negociar com a China a soberania *de jure* sobre Macau. O tratado sino-britânico de Nanquim, assinado após a primeira guerra do Ópio, criou um “precedente de negociações com países estrangeiros, à luz do Direito Internacional” (Conceição, 1988: 174) que se materializaria pela assinatura de inúmeros tratados através dos quais se abriram vários portos. A presença portuguesa em Macau nunca havia sido regulada por tratados, mas antes por modelos muito específicos de “convenções”, celebradas entre uma China avessa a “pactos internacionais em forma” e uma cidade onde Portugal estava representado mas que sempre se revelou particularmente autónoma (Saldanha, 1999: 757-758). Estes “códigos de conduta” manifestaram-se em vários momentos e de diferentes formas, mas assentavam sempre no princípio de manutenção de um *status quo* que assegurava a “ordem” no Império, o que, no caso de Macau, se aplicava não apenas aos portugueses mas também a qualquer potência estrangeira que ameaçasse a ordem, como se

verificou pela reação das autoridades chinesas às tentativas britânicas de ocupação de Macau (Saldanha, 1999: 759).

O tratado luso-chinês de 1862 fracassaria nos seus objetivos ao ser apenas ratificado por Portugal. Contudo, as diligências diplomáticas portuguesas que antecederam a sua assinatura são relevantes para o presente trabalho. Nunca até então Portugal tivera oportunidade de entabular negociações diretas com a China nestes moldes, distantes das embaixadas de aparência tributária do passado, e procurava agora um entendimento em “moldes de paridade interestatal” (Saldanha, 1999: 760).

A iniciativa partiu do Governador de Macau Isidoro de Guimarães, que procurou o apoio diplomático do Governo russo. O *timing* era propício: a Rússia tinha assinado em 1858 com a China um Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação, do qual Portugal inclusive requisitou uma cópia, e gozava de considerável influência em Pequim. Este apoio revelou-se imprescindível em face da resistência do Imperador chinês em estender às nações mais pequenas os mesmos privilégios obtidos pelas maiores potências e à inexistência de documentos que pudessem sustentar a existência de direitos portugueses sobre Macau. A posição chinesa nestas negociações era a de que era imperativo a restituição em Macau da alfândega chinesa e o pagamento do *foro de chão* e que, sem um acordo nestes pontos, não seria possível avançar. O Governador recusou-se a negociar estas questões, uma vez que implicava um retorno ao *status quo* anterior à intervenção de Ferreira do Amaral. O primeiro tratado luso-chinês de amizade e comércio seria assinado em 1862, sem que algum dos seus artigos fizesse referência à questão da soberania portuguesa sobre Macau. Os méritos do tratado, como o fim da alfândega chinesa e do pagamento do *foro de chão*, também não se materializariam devido à recusa chinesa em ratificar o tratado, o que, pelas suas disposições, teria de se realizar num prazo de dois anos (Conceição, 1988: 12-46). Na base do diferendo estavam diferenças de interpretação resultantes das traduções dos textos, uma vez que, a prevalecer a versão chinesa, a posição portuguesa em Macau sairia bastante fragilizada (Conceição, 1988: 102).

Durante as duas décadas seguintes, o esforço de vários Governadores portugueses em Macau e o emprego de várias fórmulas falhariam devido à inflexibilidade chinesa em modificar o estatuto de Macau por via negocial e à sua insistência em ter um representante no Território que, na prática, restabeleceria a autoridade mandarínica no mesmo (Conceição, 1988: 115). A oportunidade chegaria em 1886, como resultado do aumento do contrabando do ópio desde

Hong Kong e Macau para a China. Consciente das limitações negociais portuguesas, o Governador Tomás Rosa procurou habilmente apoio britânico e encetou intensas negociações multilaterais com Portugal, o Inspetor-General das Alfândegas Marítimas da China Sir Robert Hart, e o seu secretário James D. Campbell (Conceição, 1988: 130-152).

Em 1887 seriam assinados o Protocolo de Lisboa e o Tratado Luso-Chinês de Amizade e Comércio, ou Tratado de Pequim, “o primeiro tratado internacional, devidamente ratificado e efetivamente operante nas relações entre Portugal e a China”, nas palavras de António de Saldanha (2006: 931). O interesse particular dos britânicos em desbloquear o diferendo entre Portugal e a China, nesse preciso momento, adviu do facto de o comércio do ópio ter sido legalizado após a primeira Guerra do Ópio e de a Inglaterra e a China terem assinado em 1886 uma convenção pela qual se estabeleceu que ambas se responsabilizavam pela sua fiscalização, dividindo também entre si os rendimentos da mesma. Era essencial que Macau, pela sua posição estratégica, colaborasse nesta fiscalização (Conceição, 1988: 175-176), como demonstra o artigo 4º do Tratado luso-chinês:

Portugal concorda em cooperar com a China na cobrança dos direitos sobre o ópio exportado de Macau para os portos chineses, do mesmo modo e durante o mesmo tempo que a Inglaterra prestar igual cooperação à China, na cobrança dos direitos sobre o ópio exportado de Hong Kong para os portos chineses [...] (Conceição, 1988: 154)

Através do Tratado de Pequim, a “ocupação e governo perpétuos” de Macau por Portugal foram reconhecidos *de jure* pela China, sendo determinante em todo o processo de negociações o apoio britânico junto do *Zongli Yamen*, através do Inspetor-geral das Alfândegas Marítimas Chinesas, Sir Robert Hart. A China considerava os termos “ocupação e governo perpétuos” satisfatórios, uma vez que apenas confirmariam uma situação que já se verificava no Território sem abdicar do domínio implícito da China sobre o mesmo (Saldanha, 2006: 906-909). A questão da soberania sobre Macau continuaria, pois, por resolver: no artigo 3º do mesmo tratado Portugal compromete-se a “nunca alienar Macau sem o prévio consentimento da China”. Em consequência deste artigo, ficou “enfraquecida a natureza do nosso título jurídico, que não alcançava a plenitude, ao estabelecer para Portugal uma inequívoca limitação ao seu direito” (Ramos, 2012: 234). A outra questão que permaneceu indefinida no Tratado de Pequim foi a questão dos limites do Território. Ao contrário do que sucederia com Hong Kong, cujos limites foram alargados – os chamados “Novos Territórios” – por via da Convenção de Pequim de 1898 e a sua delimitação ficou explícita, o artigo 2º do Tratado de Pequim adiou a delimitação de Macau por um período indeterminado:

Fica estipulado que comissários dos dois governos procederão à respetiva delimitação que será fixada por uma convenção especial, mas enquanto os limites se não fixarem, conservar-se-á tudo o que lhe diz respeito como atualmente, sem aumento, diminuição ou alteração por nenhuma das partes.

A ausência desta clarificação, acrescida da indefinição relativamente à sua soberania sobre Macau, retirou a Portugal bases jurídicas que confirmassem o seu domínio sobre Macau e tornou infrutíferas as tentativas posteriores de ratificar esta omissão (Saldanha, 2006: 913-916).

Em “A Arte da Guerra”, Sun Tzu ensinou que “toda a arte da guerra baseia-se na dissimulação” e que o “sucesso na guerra é obtido acomodando-se cuidadosamente ao objetivo do inimigo (Sun, 2009: 3 e 43). Num momento em que a sua posição era bastante vulnerável, a China conjugou habilmente as leis internacionais que o Ocidente introduziu no país com a sua própria tradição estratégica para negociar os dois tratados luso-chineses como era do seu interesse, recusando a Portugal a soberania sobre Macau em 1962 e limitando-a em 1987. Por esta razão, é opinião quase consensual que Portugal, em momento algum da sua história, exerceu uma soberania “efetiva e plena” sobre Macau (Carapinha, 1997: 36). A China, compreendendo a urgência de Portugal em obter reconhecimento jurídico da sua posição em Macau, manobrou para um acordo que, em lugar de reconhecer em definitivo a pertença do Território a Portugal, como acreditaram os portugueses, apenas reconheceu a ocupação estrangeira, perpetuando a pertença de Macau à China.

4.2. O Estado Novo e a República Popular da China

Impotente face a um período de ocupação de potências estrangeiras que persistia há mais de meio século, a Dinastia Qing seria destronada com a Revolução nacionalista de 1911 que instaurou no ano seguinte a República da China. O Império Chinês havia perdido o seu Mandato Celestial (Kissinger, 2012: 83). A era subsequente ficaria marcada pela multiplicidade de influências culturais internacionais no país, mas também por um nível de instabilidade e descentralização do poder, fazendo com que se assemelhasse a um “interregno entre dinastias” (Fairbank e Goldman, 2006: 255). A política externa da República da China, dificultada pela convulsão interna que dividiu o país por ação dos “Senhores da Guerra” (Ramos, 2013: 106), procurou a renegociação dos Tratados Desiguais do séc. XIX, sendo no entanto manifesta a intenção de o fazer não por rescisões unilaterais, mas por via negocial e numa base de “igualdade” e de “respeito mútuo da soberania” (Saldanha, 2006: 924-926). “Soberania” era

precisamente a questão que o Tratado luso-chinês de 1887 tinha deixado por resolver relativamente a Macau, e que agora a China desejava definir de vez a seu favor. A Conferência de Paz de Versalhes de 1919 constituiu um importante fórum para afirmar as intenções da China, que submeteu um *memorandum* a denunciar o contexto em que os Tratados Desiguais foram assinados, mas não conseguiu ver satisfeitas as suas pretensões. A Conferência foi vista como um fracasso para o país, sobretudo porque permitiu-se que as antigas concessões alemãs em Shandong ficassem na posse do Japão (Fairbank e Goldman, 2006: 266-268). A contestação popular originou o Movimento de Quatro de maio.

Em 1928 o Partido Nacionalista Chinês (Kuomintang) de Chiang Kai-shek que governava a China envia uma nota ao governo português propondo a revisão do Tratado de Pequim de 1887 (Wu, 1999: 261), após a República Portuguesa ter aprovado em 1926 a Carta Orgânica da Colônia de Macau¹⁴ que instituiu o Conselho de Governo e o Governador como as únicas instituições políticas do Território, a subordinação do Conselho ao Governador e deste ao Ministro das Colônias de Portugal (Wu, 1999: 275). Em dezembro desse ano seria assinado o *Tratado de Amizade e Comércio Luso-Chinês*, ratificado no ano seguinte. Neste tratado provisório, Portugal não fez concessões relativamente à questão do *status quo* de Macau tal como havia ficado definido no anterior tratado, mas renunciava à sua jurisdição consular em Território chinês, tal como previsto nas notas confidenciais trocadas previamente e que determinaram que o conteúdo do tratado seria: “[...] restrito às seguintes questões: pautas aduaneiras e jurisdição extraterritorial, e portanto não poderá, sob qualquer circunstância ou pretexto, ser interpretado como abrangendo ou afetando qualquer outra questão” (citado em Saldanha: 2006: 935). Em 1945, após a rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, a República da China exigiu o fim da extraterritorialidade consular portuguesa no país, abolida em definitivo após a ratificação de um novo Tratado em abril de 1947. Este, à semelhança do tratado preliminar de 1928, omitiu a questão de Macau (Wu, 1999: 311).

Em 1949 termina a Guerra Civil no país com a vitória do Partido Comunista de Mao Zedong e a fundação da República Popular da China, convertida no poder hegemónico da China continental. O governo da República da China refugia-se em Taiwan e seria com esta China Nacionalista que Portugal continuaria a manter relações formais até 1975 (Fernandes, 2010a: 182).

¹⁴ Decreto n.º 12499-C de 4 de outubro de 1926.

4.2.1. O pensamento de Mao Zedong e a “sinificação do Comunismo”

Uma das características distintivas da ideologia maoista, conhecida na RPC como “Pensamento de Mao Zedong”, foi a capacidade de adaptar o Comunismo às realidades chinesas. Não era a primeira vez na história da China que a tradução e transposição de um conceito externo ao país para as suas realidades concretas se revelava difícil (basta pensar no cristianismo e as dificuldades dos missionários). Mao propôs a “sinificação do marxismo-leninismo”, tendo o cuidado de a ocultar sob “terminologia ortodoxa” (Fairbank e Goldman, 2006: 320-322). Existiam importantes pontos de contacto entre a tradição confucionista e o Comunismo que facilitaram a implantação deste último no país: a defesa da igualdade entre as pessoas e de oportunidades, o papel crucial da educação na formação das pessoas, ou a obtenção do “conhecimento prático” pela “experiência concreta” (Martins, 2004: 31-32).

Comparativamente à Rússia, a base económica da RPC distinguia-se por estar localizada, por razões históricas, no campo, e Mao entendeu que a Revolução Chinesa teria de ser feita pelos camponeses, mobilizados pela liderança do PCC, ao invés do que sucedeu na Revolução Russa. A caracterização das massas enquanto pilar da legitimação do poder permaneceu um fator distintivo do Comunismo chinês e tem raízes no pensamento confucionista (Martins, 2004: 30). O outro fator distintivo do modelo comunista chinês era o acentuado nacionalismo com raízes no orgulho histórico e cultural, e que impossibilitava que a China seguisse uma ideologia que não a sua, e o marxismo não constituía exceção (Fairbank e Goldman, 2006: 322). A futura rutura sino-soviética confirmaria esta incompatibilidade (Fairbank e Goldman, 2006: 325). É notável que um líder como Mao, que cumpriu o desígnio histórico do país ao uni-lo uma vez mais, após o período dos Senhores da Guerra, e propôs-se a destruir o seu sistema de valores, tenha adotado vários dos seus princípios confucionistas, incluindo um “estilo imperial” de governação do país (Kissinger, 2012: 85-86 e 88-90). Ao conjugar a ideologia ocidental do marxismo-leninismo com as suas próprias ideias e conseguir apresentar o resultado como algo verdadeiramente chinês e a proteger da influência “externa”, Mao havia realizado uma manobra intelectual notável, da qual os seus sucessores saberiam tirar partido (Pye, 1985: 195). Invocando o conceito de Johnston (1995), Mao “instrumentalizara” o marxismo-leninismo.

Mao declarou a “manipulação de contradições” como estratégia (Kissinger, 2012: 89), adaptando conceitos clássicos como “a unidade dos opostos” do Taoísmo, e usou-a para incutir nas suas políticas um nível de ambiguidade e dualidade que lhe permitiu manter o controlo

sobre a sociedade. A sua doutrina da “linha de massas” de 1943 constitui um dos melhores exemplos: por um lado, advogava a participação das massas (os cidadãos) enquanto elemento indispensável na governação, apresentando-os como o centro criativo e de produção da RPC; mas, por outro lado, reforçava o imperativo de essa participação popular ser supervisionada e controlada pela liderança centralizada do PCC. A participação popular era entendida como indispensável, mas também contribuía para que as pessoas fossem denunciadas como “traidoras” (Fairbank e Goldman, 2006: 325-326).

Na política externa, por entender que a China jamais poderia prescindir da sua autonomia, mesmo durante o período de melhor relacionamento com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), promoveu uma política externa independente num mundo bipolar, que encontrou expressão no Movimento dos Países Não-Alinhados, criado na Conferência afro-asiática de Bandung. Com o tempo, o acentuar do seu sinocentrismo e a incapacidade de aceitar a supremacia de Moscovo resultariam na deterioração das relações com a URSS e a RPC (Kissinger, 2012: 95 e 144-147). A recuperação de Taiwan foi fixada como prioridade, mas entendida como uma questão de respeito nacional, não ideológica (Kissinger, 2012: 93). Os Tratados Desiguais foram denunciados, mas adotou uma estratégia a longo-prazo (Wu, 1999: 313) para os casos de Hong Kong e Macau para um momento politicamente conveniente, em que os solucionaria por via negocial. Este exemplo das contradições de Mao motivaria críticas da URSS, que acusou a RPC de pactuar com a herança do imperialismo (Saldanha, 2006: 926-929).

4.2.2. O impacto da questão colonial

Com a fundação da RPC, Portugal deparou-se com a questão do reconhecimento da nova China. A recusa do Estado Novo determinou a suspensão de contactos formais e teria implicações nos movimentos que ambicionavam a independência das colónias portuguesas (Ramos, 2012: 223). Com efeito, salvo a importante exceção do Reino Unido logo em 1950, a criação da República Popular não foi acompanhada de um reconhecimento internacional geral. O lugar da China no Conselho de Segurança da ONU continuou a ser ocupado pela República da China (Taiwan), que foi, inclusive, um dos membros fundadores da Organização. A RPC sempre se opôs a esta situação, reivindicando ser o único representante legítimo do povo chinês na comunidade internacional. Contudo, até 1971 as tentativas da RPC para substituir a República da China no

Conselho de Segurança deparar-se-iam com o veto do bloco ocidental (Mcdougal e Goodman, 1966: 677 e 689).

Ainda antes de assumir o controlo da China continental, o PCC terá decidido não invadir Macau e Hong Kong pelo valor económico dos Territórios, optando pela manutenção do *status quo*. Ainda em 1949, o governador Albano Rodrigues de Oliveira foi informado por intermédio de Carlos Basto, comissário-adjunto português da alfândega chinesa da ilha da Lapa de que a RPC respeitaria a “neutralidade” de Macau (Fernandes, 1998: 301-302). A estratégia para o Território passaria pelo reforço da influência do PCC através de intermediários privilegiados, a elite empresarial chinesa de Macau (também conhecida como “capitalistas compatriotas vermelhos de Macau”), constituindo um “governo sombra”, e pelo controlo da vida económica e comercial através da Sociedade Comercial *Nanguang*, fundada em Macau pelo Ministério do Comércio do PCC (Fernandes, 2008: 155).

Um antigo quadro do PCC confirmaria que “a grande ponte entre a China e Portugal” no Território foi Ho Yin, importante homem de negócios e o representante chinês no Conselho Legislativo, “sempre acompanhado pelo seu tradutor Roque Choi”.¹⁵

A apreciação que os líderes chineses fizeram do valor estratégico de Macau viu-se justificada após a imposição à China pelo bloco ocidental de um embargo político-comercial após a Guerra da Coreia. Macau, ainda que, por lei, sob administração portuguesa, desempenhou nesta fase um papel crucial para a RPC ao converter-se num “enorme centro de importação, armazenamento e baldeação de materiais estratégicos ocidentais” (Fernandes, 1999: 995). Com a colaboração da elite chinesa de Macau, a RPC pôde contornar o embargo imposto pelo Ocidente. Isto revelar-se-ia decisivo para a sobrevivência do regime no período de 1950-1952, apesar das pressões políticas dos EUA resultantes desta situação e de Portugal manter relações com Taiwan, que possuía organizações a operar no Território contra os interesses da China Comunista (Wu, 1999: 318). Confirmado o imenso valor estratégico de Macau, o PCC retirou quaisquer referências a Portugal e a Macau das suas comunicações a denunciar situações de colonialismo, ignorando a presença portuguesa no enclave (Fernandes, 2008: 160-165). A RPC confirmava também as vantagens de coexistirem em território chinês dois sistemas económicos e políticos distintos. Seria um pronúncio do futuro (Wu, 1999: 314). Durante a Guerra Colonial

¹⁵ Gary Ngai. Entrevista à Agência Lusa (José Costa Santos) publicada no jornal Tribuna de Macau, n.º 3058 (Nova Série), 6 de fevereiro de 2009.

na África portuguesa, Macau serviu também de base para a formação dos agentes que forneceriam apoio aos movimentos de libertação nos países lusófonos (Fernandes, 1998: 318).

O longo período de governação de António de Oliveira Salazar (1932-1968) contribuiu decisivamente para definir o posicionamento de Portugal na comunidade internacional nas décadas seguintes e, por conseguinte, as relações do país com a RPC. Uma característica que o regime de Salazar partilhava com outros regimes totalitários da época era o anticomunismo, frequentemente apresentado como o principal inimigo (Pereira, 2012: 20-21). No plano internacional, valorizava a independência de ação de país na condução da sua política externa, tendo na velha aliança luso-britânica o principal apoio na defesa das suas colónias (Pereira, 2012: 22-23). Já havia sido o próprio Salazar, juntamente com alguns colaboradores, a redigir o Ato Colonial, quando assumiu interinamente a pasta de Ministro das Colónias (Meneses, 2009: 67). O artigo 3º do Ato Colonial, aprovado em 1930, estabelece que “Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português”, descrito no Decreto como “indivisível”.¹⁶

Esta política estaria na origem de importantes diferendos com a Organização das Nações Unidas (ONU) e teria repercussões evidentes na evolução das relações luso-chinesas, contribuindo para que a normalização das relações diplomáticas entre os dois países permanecesse em suspenso durante grande parte do período da Guerra Fria. Neste período, a retórica e pressões de sentido anticolonialista da República Popular da China e do mundo Comunista coincidiram com a insistência de Salazar e do Estado Novo em manter os territórios ultramarinos portugueses face à vaga descolonizadora pós-1956 (Martins, 1998: 189).

A entrada de Portugal na ONU apenas se deu em 1955, após uma primeira tentativa em 1946 ser vetada pela União Soviética. Em conformidade com os procedimentos habituais aquando da admissão de novos Estados, o Secretário-geral da ONU enviou uma carta a Portugal inquirindo se o país “administra territórios que entrem da categoria indicada no artigo 73.º da Carta?”, referente aos “territórios não-autónomos”. A resposta de Salazar foi concisa e marcou a posição que Portugal adotaria, e defenderia, nas décadas seguintes relativamente à questão colonial: Portugal não era “responsável por qualquer território” que entrasse na categoria indicada no artigo 73.º da Carta” (Martins, 1998: 191). Portugal beneficiou temporariamente do contexto

¹⁶ Publicado no Diário do Governo N° 156 de 8 de julho de 1930.

internacional para manter esta posição, uma vez que em meados da década de 1950 vários Estados europeus influentes como a França, o Reino Unido, a Espanha e a Bélgica ainda possuíam colónias e a Assembleia da ONU considerava que as questões abrangidas pelo art.º 73.º se enquadravam na categoria de *questões importantes* e por isso sujeitas a uma votação de dois terços, que à época favorecia os interesses portugueses (Martins, 1998: 193).

Ator maior do bloco comunista, a China manteve uma forte retórica anti-imperialista e anticolonialista, declarando o “dever internacional” de apoiar os movimentos revolucionários e de libertação no Terceiro Mundo (Mcdougal e Goodman, 1966: 704-705). Afastada do Conselho de Segurança durante as suas primeiras décadas de existência, a RPC encontraria uma importante plataforma para exercer influência a nível internacional no Movimento dos Países Não-Alinhados, resultante do processo de descolonização no pós-Segunda Guerra Mundial. Com o aparecimento de um importante número de Estados recém-independentes, este movimento possibilitou à RPC linhas de ação independentes dos blocos soviético e ocidental e caracterizou-se por uma forte cooperação Afro-Asiática na defesa dos interesses do Terceiro Mundo, em conformidade com os princípios de “coexistência pacífica”, enunciados pela primeira vez por Zhou Enlai em 1953 e ratificados na Conferência de Bandung em abril de 1955 (Orlov, 2002: 49-50). Estes princípios, que deveriam reger o relacionamento entre todos os Estados, eram cinco: a) respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; b) não-agressão mútua; c) não interferência nos assuntos internos de outros Estados; d) equidade e benefício mútuo; e) coexistência pacífica.¹⁷

Baseando-se, em parte, na sua experiência durante o “século das humilhações”, a RPC começava a articular uma doutrina de “não interferência” que apresentava diversas semelhanças com o conceito de *Tianxia* (tudo sob o céu) desenvolvido pela Dinastia Zhou: a proposta de um modelo universal, inclusivo, benéfico para todas as partes e defensor do bem “comum”. A RPC e a Índia, que em 1954 já tinham assinado um acordo de cooperação sob os mesmos princípios, foram determinantes na orientação política do Movimento dos Países Não-Alinhados, que para a China tinha o valor acrescido de lhe possibilitar espaço de ação independente da URSS, com quem mantinha um diferendo ideológico (Miskovic, 2014: 5-6). A enunciação dos cinco princípios de coexistência pacífica constituiu a primeira manifestação clara

¹⁷ “China's Initiation of the Five Principles of Peaceful Co-Existence”, Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China.

da matriz cultural chinesa na política externa do país na arena internacional e, como veremos, nas décadas seguintes a China incorporará novos elementos nesta doutrina e ela ganhará uma força política considerável, a ponto de ser percebida como uma ameaça à hegemonia ocidental. Este modelo alternativo, por um lado, contrastaria com a conduta normalmente associada aos Estados-nação (Lampton, 2008: 18) e, por outro lado, constituiria uma alternativa ao sistema político e financeiro dominante que emergiu de Bretton Woods e cujas limitações foram identificadas por Samuel Huntington: valores ocidentais como o constitucionalismo, a democracia os direitos humanos, o liberalismo ou o primado da lei, apesar de difundidos na maior parte do mundo, têm pouca ressonância em culturas com matrizes diferentes, como a islâmica, a hindu ou a confucionista (Huntington, 1993: 40).

Na perspectiva de Portugal, os contornos anti-imperialistas e anticolonialistas desta doutrina contribuiriam, por um lado, para a inexistência de relações diplomáticas até ao final da década de 1970 e, por outro, para a perda do Estado da Índia, acelerando o fim do império português. Para Portugal, 1959 foi um ano marcante, com a adesão de antigas colónias europeias à ONU e o início do isolamento internacional do país resultante da sua posição como poder colonial. As oscilações da postura dos EUA relativamente à questão colonial portuguesa neste período merecem ser aqui destacadas, e entendidas no contexto da OTAN e do papel estratégico desempenhado pela base naval e aérea das Lajes, nos Açores, que em 1943 levou o Governo americano a comprometer-se por escrito a “respeitar a soberania Portuguesa em todas as colónias Portuguesas” (Silva, 1995: 25). No contexto da Guerra Fria e perante a ameaça do aumento da influência da URSS no continente africano, passou a defender com mais força na ONU uma política anticolonialista, particularmente evidente nos inícios da administração Kennedy (Vieira, 1998: 42). Paralelamente a esta sucessão de acontecimentos nas Nações Unidas, o próprio Império português revela sinais evidentes de desagregação quando em fevereiro de 1961 tem início em Angola a Guerra Colonial. Cada vez mais pressionado em duas frentes, em África e na Ásia, Salazar acede na realização de uma abertura à RPC, procurando tirar partido da crescente deterioração das relações entre Pequim e a União Indiana devido a conflitos fronteiriços. O Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, apresenta uma proposta a Zhou Enlai: em troca da colaboração da China (Moreira, 1996: 39), Portugal comprometia-se a oferecer apoio logístico e a permitir a utilização de Goa pela China como base militar contra a União Indiana (Moreira, citado em Antunes, 2013: 312).

No início de dezembro de 1961 considerava-se que o ataque da União Indiana estava iminente e Portugal pede apoio diplomático ao Reino Unido, apelando à velha aliança luso-britânica, sem sucesso (Meneses, 2009: 497-498). No dia 17 desse mês dá-se a invasão dos territórios de Goa, Damão e Diu e a anexação é concretizada (Vieira, 1998: 47-48). A União Indiana, que em 1954 já tinha ocupado os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar-Aveli com o apoio da RPC (Fernandes, 1998: 312 e 318), punha fim à presença portuguesa na Índia e agravava o litígio entre Portugal e a ONU. A cooperação sino-indiana foi particularmente evidente até 1962, ano em que a China invade o território indiano nos Himalaias e as relações bilaterais se tornam tensas (Rothermund, 2014: 22). O período de maior solidariedade sino-indiana, e dos Países Não-Alinhados em geral, coincidiu assim com o período em que Portugal, cuja política externa se situou sempre no campo oposto ao da RPC, sofreu maiores pressões internacionais.

A recusa da proposta portuguesa por parte da RPC pode ser entendida como resultante de um cuidadoso cálculo dos fatores, como é característico do pensamento estratégico chinês: ainda que se adequasse às necessidades imediatas da RPC, os cálculos desta são sempre realizados a longo prazo. A utilização de Goa como plataforma para um ataque à própria União Indiana teria, muito possivelmente, comprometido de forma irreversível o relacionamento desta com a RPC e os princípios de coexistência pacífica e não-interferência teriam sido violados pelo próprio proponente, com a agravante de este se aliar a uma nação que definia como “imperialista”. Este cenário, a ter-se concretizado, comprometeria também a influência presente e futura da RPC no Terceiro Mundo, que constituía – e ainda constitui – um dos pilares da sua política externa. Portugal viu-se, pois, prejudicado pela conjugação de dois fatores importantes: o pensamento estratégico clássico chinês e a resistência da RPC em comprometer aquela que era, à data, a linha mestra da sua política externa, criada com base na sua história política. A força que os princípios de coexistência pacífica e não-interferência detêm no séc. XXI deve-se tanto à viabilidade da doutrina como à resiliência e visão a longo-prazo revelada pelos decisores políticos chineses na sua defesa.

Com a deterioração no relacionamento entre a RPC e a URSS, no início da década de 60, Mao Zedong desenvolveu a teoria das “duas zonas intermédias”. Segundo esta teoria, entre os EUA e a URSS existiam duas zonas: uma ocupada por nações desenvolvidas, como as europeias, o Canadá, o Japão a Austrália e a Nova Zelândia, e uma outra ocupada por países subdesenvolvidos na Ásia, África e América Latina. Na perspetiva de Mao, a existência de

“contradições” importantes no relacionamento dos países situados nestas zonas com as duas superpotências dominantes fornecia à China a possibilidade de desenvolver as suas próprias relações com esses países e escapar à lógica bipolar (Qiang, 2010: 190). A França do General de Gaulle – que, aplicando a teoria de Mao, se encontrava na primeira zona intermédia – procurava fortalecer o seu estatuto internacional num contexto pós-colonial e, à semelhança da China Comunista, conquistar o seu próprio espaço de ação numa ordem bipolar (Qiang, 2010: 190-191), assumindo-se em meados da década de 1960 como o principal mediador entre o bloco ocidental e os países comunistas e do Terceiro Mundo (Torikata, 2010: 167-173). Esta teoria serviria simultaneamente de enquadramento intelectual e justificação para o *raprochement* com a França: ao estabelecer relações com Paris a RPC punha fim ao seu isolamento, atingia os EUA, e reforçava a sua posição internacional, que com o tempo lhe poderia abrir as portas do Conselho de Segurança da ONU (Qiang, 2010: 190). Após desenvolver princípios de coexistência pacífica, a RPC começava a articular uma estratégia anti-hegemónica.

Em janeiro de 1964, a França e a China estabeleciam relações diplomáticas, refletindo a convergência de interesses entre os dois países (Qiang, 2010: 192-194). Salazar, por razões ideológicas, sempre se opusera ao reconhecimento da RPC, opção defendida logo no início da década de 1950 pelos seus mais altos representantes diplomáticos em Cantão, Xangai e Hong Kong (Fernandes, 1998: 305). O contexto parecia agora favorecer que Portugal seguisse a iniciativa da França, país que desde o início dos anos 1960 apoiou a sua política colonial no seio da própria Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em parte porque via Portugal como um parceiro estratégico importante na sua política africana e europeia (Santos, 2009: 9). Portugal foi, por sua vez, a par da Alemanha, o único país da OTAN favorável ao reconhecimento francês da RPC (Fernandes, 1998: 323). O dinamizador de uma importante tentativa de restabelecimento de relações seria o Ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira, para quem o reconhecimento da China Comunista representava uma prova de “realismo político”, ainda que consciente das resistências existentes no regime e do próprio Presidente do Conselho (Fernandes, 2002: 564). Esta iniciativa revestia-se de especial relevância, uma vez que

[...] o reconhecimento por parte de Portugal marcaria a nossa independência política internacional, nomeadamente face aos EUA, o que na altura tinha relevância para a RPC, levando esta, em contrapartida, a conseguir alguma moderação nos ataques do Terceiro Mundo a Portugal (Ramos, 2012: 224).

Procurando criar um contexto favorável aos seus objetivos, em janeiro de 1964 Nogueira terá permitido a fuga para a imprensa de informações que apontavam para uma mudança da

orientação política de Portugal relativamente à RPC. Numa entrevista publicada logo no mês seguinte pelo jornal *New York Times*, o Primeiro-Ministro chinês Zhou Enlai mostra-se favorável ao estabelecimento de relações com vários países ocidentais, incluindo Portugal. Na mesma altura, um elemento da elite chinesa de Macau transmite ao Governador Lopes dos Santos que a RPC é favorável ao início de negociações com vista ao restabelecimento de relações diplomáticas. Num primeiro momento, Salazar consentiu que se entabulassem negociações (Pereira, 2013: 92-93). Portugal parecia assim também aderir à teoria das “duas zonas intermédias” de Mao. No final, Salazar recuou na sua decisão, em parte pela existência de vozes discordantes dentro do seu regime, sujeito a crescente desgaste (Ramos, 2012: 224-225). Franco Nogueira viu neste gesto de recuo do Presidente do Conselho uma “perda de face” para a RPC que poderá ter tido reflexos na atitude de Pequim face a Macau durante a Revolução Cultural (Pereira, 2013: 93).

4.3. A Revolução Cultural

A década de 1960 e, em particular, a Revolução Cultural Chinesa, trouxeram consequências irreversíveis para a autoridade portuguesa em Macau, com a sua Administração a sair decisivamente fragilizada (Fernandes, 2006: 789). Após o fracasso das suas políticas no período do “Grande Salto em Frente”¹⁸, Mao sentiu necessário reafirmar a sua liderança e lançou o país num período de tumulto civil e fervor ideológico conhecido como a Grande Revolução Cultural Proletária de 1966-1969 (Pereira, 2013: 99). A juventude chinesa – os seus “Guardas Vermelhos” – seriam protagonistas desta nova revolução (Fairbank e Goldman, 2006: 392-393)

Quando a RPC foi fundada, um diplomata português em Pequim, João de Barros, transmitiu a Lisboa a importância para Macau de se estabelecerem relações diplomáticas com a China Comunista e manter com ela o melhor relacionamento possível, sob pena de se alimentar uma situação que, a prazo, poderia comprometer a presença portuguesa no Território. Simultaneamente, referiu a importância de manter uma força portuguesa em Macau enquanto golpe de efeito útil para a preservação da autoridade da Administração portuguesa num novo contexto político (Wu, 1999: 315-316). Macau dependia da China continental para a sua

¹⁸ O Grande Salto em Frente (1958-1960) foi uma campanha promovida por Mao que visava o desenvolvimento da RPC em tempo recorde. Estima-se que morreram entre 20 a 30 milhões de pessoas (Fairbank e Goldman, 2006: 368-370)

sobrevivência e era administrado por um país que com ela não tinha relações formais. Este paradoxo prejudicava o desenvolvimento de Macau e contribuíram para a progressiva erosão do relacionamento com a comunidade chinesa local, que se sentia ignorada nos seus interesses (Wu, 1999: 321-322). Na década de 1960, o equilíbrio que Portugal tentara sempre manter no Território tornara-se precário. Taiwan utilizava desde há muito Macau como plataforma para organizar atividades hostis à RPC e, em junho de 1963, dá-se um grave incidente quando a Polícia Marítima de Macau capturou sete agentes do Kuomintang e depois recusou-se a entregá-los às autoridades da RPC (Pereira, 2013: 94-95). Em setembro de 1963, como resultado de crescentes pressões das autoridades de Cantão, o Ministério do Ultramar ordena à administração de Macau a emissão de uma nota a declarar que quaisquer atividades hostis à RPC não serão toleradas pelo Governo local, que se encarregaria de entregar os responsáveis às autoridades chinesas. Dois anos depois, novamente por ordem de Lisboa, o governo de Macau encerra a delegacia de Taiwan no Território e a consequente cessação de funções consulares (Fernandes, 1998: 321).

A 15 de novembro de 1966, já com a Revolução Cultural em curso, uma ordem da Administração portuguesa para se proceder ao embargo de uma obra em curso na ilha da Taipa, financiada por organizações Comunistas, marcou o início de manifestações populares contra a Administração portuguesa (Cheung, 2013: 16). Durante a chamada revolta do “1,2,3” (do chinês “12,3”, por ter ocorrido a 3 de dezembro) Macau foi palco de manifestações e incidentes que provocaram a intervenção das forças de segurança portuguesas e que fosse decretado estado de sítio. Ao Governador Nobre de Carvalho foram feitas inúmeras exigências, desde vários quadrantes, e Ho Yin notificou-o de que a continuidade da presença portuguesa dependia da completa cedência às mesmas (Wu, 1999: 333). De acordo com o relatório de um Comandante da Polícia de Segurança Pública de Macau para o Ministro do Ultramar português, na sequência destes acontecimentos a RPC reforçou a segurança militar junto à Porta do Cerco (Antunes, 2011). Este bloqueio por parte das autoridades de Guangdong cortou o abastecimento de água e alimentos, isolando Macau (Cheung, 2013: 16).

Um antigo membro do departamento de Relações Internacionais do PCC confirmaria que a revolta foi liderada por dirigentes chineses locais e que a intervenção de Zhou Enlai foi decisiva para conter os tumultos e impedir que os Guardas Vermelhos invadissem o Território e expulsassem os portugueses, em parte por a RPC recluir o impacto desta ação em Hong Kong.

Em janeiro de 1967, Nobre de Carvalho, depois de se aconselhar junto de personalidades influenciadas pela elite chinesa de Macau (Catarino, 2010: 92), assinou uma declaração a reconhecer a “culpa” das forças de segurança portuguesas pelas mortes dos cidadãos chineses durante a revolta.¹⁹ Entre as várias exigências apresentadas ao Governador, que esvaziaram a administração portuguesa de grande parte da sua autoridade, incluía-se a proibição de todas as atividades do Kuomintang em Macau (Cheung, 2013: 16). A incapacidade revelada pela administração e forças de segurança portuguesas face às pressões no Território, internas e externas, comprometeu decisivamente a autoridade portuguesa em Macau. Salazar, que inicialmente se mostrou irredutível para que o Governador salvaguardasse a posição de Portugal até aos limites do possível, acabou também por aceitar o desfecho (Wu, 1999: 333-343). Na opinião de um futuro embaixador de Portugal na RPC, o processo foi conduzido no terreno “numa base de total improvisação” e, embora fosse difícil alterar o rumo dos acontecimentos, considera que uma conduta mais adequada teria melhorado “a posição futura da Administração face às forças locais” (Catarino, 2010: 93).

Invertia-se assim o *status quo* conquistado no séc. XIX pelo governador Ferreira do Amaral, com a China a passar a exercer a soberania *de facto*. Após o incidente do “1,2,3” Franco Nogueira comparou a presença portuguesa em Macau à administração de um “condomínio” (Nogueira, citado em Wu, 1999: 343). É no entanto digno de nota que, à revelia da questão da dignidade nacional, a posição oficial de Salazar sobre a natureza da presença portuguesa em Macau não era a mesma da de Franco Nogueira, que analisava a soberania no Território em termos absolutos. Num discurso de 1961²⁰, Salazar enquadrou a autoridade portuguesa em Macau nos seguintes termos:

A existência de Macau como terra sujeita à soberania portuguesa funda-se em velhos tratados entre os Reis de Portugal e os Imperadores da China [...]. Mas se saíssemos do terreno da legalidade para fazer apelo a outros fatores, certo é que Macau, fosse qual fosse o valor da nossa resistência, acabaria por ser absorvida na China de que depende inteiramente na sua vida diária (Salazar, citado em Fernandes, 1998: 317).

Esta visão da natureza da presença portuguesa em Macau contrasta com a atitude que revelaria durante a crise do “1,2,3”. À data do discurso, Goa ainda era portuguesa e Salazar revelou uma visão realista e pragmática da questão de Macau e da diferença de forças entre Portugal e a

¹⁹ Gary Ngai. Entrevista à Agência Lusa (José Costa Santos) publicada no jornal Tribuna de Macau, n.º 3058 (Nova Série), 6 de fevereiro de 2009.

²⁰ Discurso do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, proferido na sessão n.º 217 da VIII legislatura (sessão extraordinária), de 30 de junho de 1961.

RPC, a qual se sabia que a qualquer momento poderia impor pela força a sua autoridade no Território e pôr fim à ocupação portuguesa. Em 1966 a prioridade do regime era dar continuidade a essa presença: perdido o Estado da Índia Portuguesa, a manutenção de um Governador português em Macau assegurava que este continuaria a figurar entre os territórios ultramarinos portugueses e como símbolo do Império português no Extremo Oriente. A RPC, por seu turno, atingiu também os seus objetivos, tirando o máximo partido da atividade revolucionária em Macau, resumidos na perfeição por um diplomata português com grande experiência em negociações com a China:

[...] foi a expressão de um comportamento padrão da China: perante um movimento popular, adverso a uma potência estrangeira, o comportamento normal da China é, numa primeira fase apoiar, dar força e canalizar tal movimento, procurando manter o controlo da situação; numa segunda fase, apresentar as queixas, reivindicações ou exigências que entender apropriadas; numa terceira fase, negociar, em posição de força [...]. No caso de Macau, os objetivos da China eram deixar bem claro que a soberania do território era chinesa, neutralizar as organizações afetas a Taiwan, conseguir uma *capita diminutio* da Administração portuguesa, e reforçar o controlo da comunidade chinesa e do próprio território. Objetivos que correspondiam a uma linha política de longo prazo, a uma estratégia permanente da China (Catarino, 2010: 93).

É importante sublinhar que o episódio do “1,2,3” não constituiu um exemplo da manifestação do “paradigma *parabellum*” por parte da China, uma vez que não se tratou uma ação estratégica planeada e executada pela RCC. A Revolução Cultural Chinesa foi um movimento de massas no qual o fator ideológico foi predominante e a ação dos Guardas Vermelhos em Macau foi, essencialmente, reativa, com Pequim a interceder posteriormente para limitar os seus efeitos sobre Macau. Já a opção pela manutenção de uma administração portuguesa partiu, essa sim, da RPC, constituindo uma importante decisão política que remete para o pensamento estratégico chinês e para o cálculo dos fatores. Até ao “1,2,3”, a aparente indiferença da RPC relativamente a Macau permitiu a Portugal manter uma ilusão de soberania sobre o Território. A doutrina da “Arte da Guerra” preconiza não um ascendente militar mas psicológico (Kissinger, 2012: 38) e a China, ao desfazer esta ilusão, embora tolerando a presença portuguesa, colocava-se numa posição de domínio psicológico, perceptível nas reações dos líderes políticos portugueses, sem comprometer a sua estratégia global para a reunificação nacional. Pequim acompanhou de perto as incidências em Macau (Wu, 1999: 330) e manobrou para que a sua influência e interesses saíssem reforçados sem comprometer os objetivos a longo-prazo e conseguiu-o. Os fatores económicos terão sido também determinantes: em 1966, cerca de metade das receitas das divisas externas da RPC provinham do seu comércio anual com Hong Kong e Macau e Pequim temia o impacto em Hong Kong caso ocorresse uma alteração na soberania de Macau (Jaw-ling, 1988: 5-6).

Capítulo 5 – O Ciclo Negocial

5.1. O estabelecimento de relações diplomáticas

A 22 de outubro de 1971, um telegrama secreto do Governador Nobre de Carvalho informa Lisboa que o voto favorável de Portugal à admissão da RPC nas Nações Unidas poderia moderar a posição crítica da RPC na questão colonial. Seria com o voto favorável de Portugal que a 25 de outubro foi aprovada a resolução n.º 2758 (XXVI) da Assembleia Geral da ONU, confirmando a entrada da RPC em substituição do governo de Taiwan. A posição oficial da RPC, contudo, não se modificou (Fernandes, 2006: 792-793). Em 1972, o embaixador da China em Nova Iorque, Huang Hua, enviou um ofício ao Presidente da Comissão Especial de Descolonização da ONU a pedir a exclusão de Macau e Hong Kong da lista de territórios não-autónomos, defendendo que constituem uma questão interna da China, enquadrando-os na doutrina chinesa dos Tratados Desiguais. Contudo, como recorda um especialista nas relações luso chinesas, este agrupamento de Hong Kong e Macau na mesma categoria é feito “erradamente” e moldando a verdade “em termos políticos conforme a conveniência do argumento”, pois o estabelecimento dos portugueses em Macau “nada tem a ver com Tratados Desiguais, antecedendo em séculos essa doutrina” (Ramos, 2012: 228). Não obstante, esta decisão revelou-se um movimento estratégico de grande alcance para a recuperação de ambos enclaves e que se articulava com a posição da China relativamente à questão colonial: ora criticava severamente o colonialismo na comunidade internacional ou adotava uma postura pragmática, conforme os seus interesses (Mendes, 2013a: 34). Como num jogo de *wei-ch'i*, a RPC movimentava as suas peças.

Em 1973, Zhou Enlai aborda num relatório a questão de Macau, referindo as razões pelas quais a RPC mantinha uma atitude de contenção:

Possuí-lo abalaria Hong Kong e a Inglaterra e provocaria uma união entre o último país e os EUA; o que não podemos permitir. Também temos o problema de Taiwan. O trabalho para o resolver, também, vai requerer algum tempo. Não se deve ser violento. (Citado em Fernandes, 1999: 1000).

Em 1974, na Assembleia Geral das Nações Unidas, a RPC dá mais um passo na articulação de uma política não-hegemónica ao apresentar, na continuidade da sua teoria das “duas zonas intermédias”, a sua visão dos “Três Mundos”. Os EUA e a URSS pertenciam ao primeiro mundo, os países desenvolvidos, como as nações europeias e o Japão, ao segundo e os países em vias de desenvolvimento, como a RPC, ao terceiro. Deng Xiaoping, escolhido para realizar o discurso

na Assembleia Geral, defendeu que as “contradições” entre as duas superpotências eram demasiado grandes para serem ultrapassadas e fortaleciam as nações do Terceiro Mundo, as quais deveriam tirar partido desta situação e combaterem, em simultâneo, a hegemonia soviética e americana (Kissinger, 2012: 257-258). Poucos anos após a abertura aos EUA de Richard Nixon, a RPC reafirmava agora, numa perspetiva “ideológica” a sua independência relativamente às duas superpotências – embora mantendo-se *de facto* mais próxima dos EUA – ao mesmo tempo que fortalecia a sua política de colaboração para com os países africanos (Kissinger, 2012: 258).

A revolução democrática portuguesa 25 de abril de 1974 provocou uma inversão da política colonial portuguesa e a intransigência ideológica, que caracterizou o Estado Novo, foi substituída pela urgência em descolonizar os territórios ultramarinos. Estes viram ser-lhes reconhecidos o direito à independência e autonomia a 27 de julho pela Lei Constitucional n.º 7/74²¹. Macau, como resultado da sua exclusão em 1972 da lista de territórios a descolonizar, constituiu uma exceção neste processo. A Assembleia Legislativa de Macau seria dissolvida em setembro, mas manteve-se em exercício a Junta Consultiva que, por lei, deveria incluir um “representante da comunidade chinesa” (Fernandes, 2003: 1083-1084).

A par do processo de descolonização em marcha, Lisboa decide reconhecer, unilateralmente (Jaw-ling, 1988: 6), a RPC: a 6 de janeiro de 1975, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares emite um comunicado no qual confirma a intenção de estabelecer relações diplomáticas com a República Popular, reconhecendo-a como “o único e legítimo representante do povo chinês”, ao qual pertence Taiwan, e admitindo que “o território de Macau poderá ser motivo de negociações no momento que for considerado apropriado pelos dois governos”²². A 27 de março, Portugal e Taiwan rompem relações diplomáticas.

Contrariamente às expectativas dos líderes portugueses, a RPC não respondeu a esta tentativa de abertura com vista ao restabelecimento de relações entre os dois países, tendo apenas comunicado à missão portuguesa na ONU, por intermédio do Secretariado-geral, que a nota diplomática não fora recebida de forma positiva em Pequim, por considerar que Macau constitui território chinês e que essa questão não é passível de ser negociada (Fernandes, 2010b: 49).

²¹ Conselho de Estado, “Lei n.º 7/74: ‘Esclarece o alcance do n.º 8 do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas’”, *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 174 (27 de julho de 1974), p. 855.

²² Comunicação à imprensa, de 6 de janeiro de 1975, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Várias razões terão contribuído para esta postura: por um lado, a RPC vivia a fase final da Revolução Cultural e da própria era Maoísta, marcada por disputas internas pela liderança do PCC entre a linha radical-revolucionária do Bando dos Quatro²³ e a linha reformista, personificada por Deng Xiaoping. Após a morte de Mao em 1976, ambas as fações saíam derrotadas por Hua Guofeng, que antes já havia sucedido a Zhou Enlai como Primeiro-Ministro (Tanner, 2009: 543). Por outro lado, existia por parte da RPC a percepção de que o Partido Comunista Português (PCP) era a força política mais influente no período pós-revolucionário e que estava sob a forte influência da URSS. Para isso poderão ter contribuído as informações que recebia do PCP(m-l)²⁴, o único partido político português a manter relações com o com o Partido Comunista Chinês no período pós-25 de abril. Frank Carlucci, embaixador dos EUA em Portugal, confirmou numa comunicação que uma delegação do PCP(m-l) visitou a China em maio de 1975 e foi recebida por vários membros do Comité Central, como confirmou:

A delegação de três homens do "Partido Comunista Português Marxista-Leninista (PCP-m-l)" regressou a Lisboa a 15 de maio após visita de mês e meio à China. Delegação de Eduíno Vilar, Carlos Guinot, e Ana Faria foi convidada pelo Partido Comunista Chinês e ter-se-á reunido com o Vice-Primeiro-Ministro Tsi-Tem Kuei e dois outros membros do Comité Central. Em conferência de imprensa, Vilar aludiu à não-recetividade de Pequim aos esforços do GP [Governo Português] para a melhoria de relações e disse que o momento de dar início às relações diplomáticas luso-chinesas "depende da posição dos líderes portugueses relativamente às superpotências em palavras e atos." Vilar referiu a luta contra o "imperialismo americano e imperialismo socialista soviético", como o fator mais importante a este respeito. Vilar acrescentou que na opinião do PCP(m-l) a maioria dos oficiais militares portugueses não tem uma posição política definida e que o PCP de Cunhal é o grupo mais bem organizado do país. [...] Governador de Macau do GP, Garcia Leandro comentou sobre as relações GP-China a 25 de maio após reunião em Lisboa [...] e antes de regressar a Macau. Leandro disse ter a mesma perspetiva que Vilar sobre atitude de Pequim para com o GP e acrescentou que "neste momento, a China aborda a situação política portuguesa com cautela por receio de que Portugal caia na esfera de influência de Moscovo." Leandro disse que a China apoia a OTAN, a CEE, e o Terceiro Mundo, mas tem problemas com a URSS. Leandro considera ser natural que Pequim adie o estabelecimento de relações diplomáticas com Portugal porque as relações teriam de ser suspensas se Lisboa ficasse sob a influência de Moscovo (Carlucci, 1975).

Para Pequim, a posição portuguesa a nível internacional tinha primeiro de se tornar clara e, fiel à sua tradição, transmitia-o não através de canais oficiais mas usando um intermediário. Não seria a última vez que tal sucederia.

Nesta fase, além do desejo de estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC, transparecia uma certa abertura para a possibilidade de alteração do *status quo* do Território.

²³ Bando dos Quatro foi a designação atribuída a um grupo de quatro membros do Partido Comunista da China, responsáveis pela implementação da Revolução Cultural: Jiang Qing (esposa de Mao), Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenya.

²⁴ Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista).

António de Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, declara numa entrevista que:

Macau é, como se sabe, um caso especialíssimo entre os especiais. O mundo não o compreende. Mas compreendem-no Portugal e a República Popular da China, que é quanto basta. Estabelecidas relações diplomáticas com a China – e tudo faremos por isso – ou tão-só uma forma de diálogo de facto, o diálogo ditará o futuro de Macau se tiver de divergir do presente (Santos, citado em Fernandes, 2003: 1083).

No programa do 1º Governo Constitucional podia ler-se: “Apresenta-se à nossa atividade internacional as questões do estabelecimento das relações diplomáticas com a China Popular [...]”²⁵. Apesar destes sinais, a China acolheria favoravelmente uma resolução da Organização da Unidade Africana (OUA) que instava todos os governos a negarem a Portugal o estabelecimento de relações diplomáticas enquanto este não concedesse independência total às suas colónias africanas. A China parecia querer tirar partido, nesta fase, da determinação portuguesa em estabelecer relações para obter importantes contrapartidas relativamente ao estatuto de Macau, que queria negociar quando entendesse apropriado. Por esta razão, exprimiu ao máximo a questão colonial para negar a abertura a Portugal (Fernandes, 2010b: 31-33). É também necessário recordar que a Revolução de 25 de abril coincidiu com a apresentação da visão dos “Três Mundos” na ONU pela RPC, aproximando-a ainda mais dos países africanos e dos restantes países em vias e desenvolvimento. Uma vez mais, uma conjugação de fatores inviabilizava a abertura portuguesa: por um lado, a força do Partido Comunista Português no período pós-revolucionário alimentou os receios de Portugal estar na iminência de cair na esfera de influência soviética, desaconselhando qualquer aproximação e, por outro, a aproximação da RPC aos países africanos forneceu-lhe a base ideológica para protelar um reatamento de relações durante o processo de descolonização.

Neste aparente hiato diplomático, Portugal e Macau dão passos decisivos relativamente ao estatuto jurídico do Território que abriam as portas a uma reaproximação com a China. Por iniciativa do Governador de Macau Garcia Leandro é redigido o Estatuto Orgânico de Macau²⁶, promulgado em fevereiro de 1976. Este documento constituiu a Lei Básica do Território e concedeu-lhe um grande nível autonomia interna a nível administrativo, económico, financeiro, legislativo e judiciário, sem contudo o desvincular dos órgãos de soberania portugueses (Wu, 1999: 360-363). As suas competências foram confirmadas em abril com a aprovação da nova Constituição portuguesa, a qual declara que “[...] Macau, sob administração portuguesa, rege-se

²⁵ Governo de Portugal. Programa do I Governo Constitucional (1976-1978).

²⁶ Aprovado pela Lei n.º 1/76, de 17 de fevereiro (Boletim Oficial de Macau, n.º 9. Sup., de 1 de março de 1976).

por estatuto adequado à sua situação especial”, desaparecendo o seu anterior enquadramento como “província ultramarina”. As posteriores revisões constitucionais e do Estatuto Orgânico de Macau até 1999 conservariam a fórmula “sob administração portuguesa”, que garantiu a segurança jurídica e a manutenção do *status quo*, sem reclamar a pertença do Território à RPC (Ferreira, 2010: 84).

O silêncio da RPC não impediu que Portugal continuasse a procurar a desejada abertura por via dos seus canais diplomáticos, com particular destaque para a Assembleia Geral da ONU e as Embaixadas portuguesas em Bucareste e Paris. Encontros na Assembleia Geral com representantes chineses em 1976 e 1977 deixaram transparecer que o restabelecimento de relações era uma possibilidade, mas que apenas se concretizaria quando a China definisse uma estratégia. Não apenas para Macau, mas também para Hong Kong e Taiwan (Ferreira, 2010: 87).

Entre agosto de 1975 e janeiro de 1978, foram de especial importância os contactos informais em Paris entre o embaixador de Portugal, António Coimbra Martins, e o embaixador da RPC, inicialmente por intermédio do embaixador romeno. Através dos mesmos, a RPC recolheu informações sobre o processo de descolonização, a evolução do processo revolucionário em Portugal e a influência do PCP no mesmo (Martins, 2010: 125-127). Na sequência da crise de liderança no PCC, em agosto de 1977 entra em funções um novo embaixador da RPC em Paris, Han Kehua, e multiplicam-se os contactos entre as duas partes com vista ao restabelecimento de relações. Estabelece-se que a RPC estaria, inicialmente, representada na capital portuguesa pela agência noticiosa *Xinhua* (Nova China), que monitorizaria a evolução interna do país. Em janeiro de 1978, Coimbra Martins é notificado de que a China estava pronta a iniciar o processo conducente à formalização de relações e à troca de embaixadores (Martins, 2010: 129-131). Durante as negociações, a China abordou a questão de Macau como sendo uma “questão prévia”, herdada da história, e era condição indispensável para o estabelecimento de relações diplomáticas que ambas as partes estivessem de acordo relativamente à retrocessão de Macau para a China. (Martins, 2010: 132-133). A 14 de julho de 1978 Portugal dá um passo fundamental ao reconhecer, por deliberação no Conselho de Ministros, a soberania chinesa sobre Macau (Miranda, 2010: 72), comprometendo-se também a respeitar os direitos dos cidadãos chineses no Território e a não permitir que este seja utilizado para atividades contrárias aos interesses da RPC (Citado em Ramos, 2012: 237).

A 8 de fevereiro de 1979, na embaixada de Portugal em Paris, é assinado o protocolo para o estabelecimento de relações diplomáticas, sem que a Assembleia da República, a Assembleia Legislativa de Macau, ou as três comunidades existentes no Território – portuguesa, macaense e chinesa – tenham sido consultadas (Fernandes, 2010b: 112). Os dois embaixadores assinaram também um segundo protocolo, a Ata das Conversações, para a resolução da questão de Macau, também conhecida como “ata secreta” pelo facto de o seu conteúdo só ser divulgado em 1987. Nesta, a China confirmava que “Macau faz parte do território chinês” e que seria recuperado “no futuro, no momento julgado oportuno, pelos governos dos dois países e por meio de negociações”. No mesmo documento, Coimbra Martins concordava, em princípio, com a posição chinesa. A ata consistia num anexo, no qual Portugal se comprometia a não permitir que “a União Soviética, as autoridades de Taiwan ou outras forças políticas utilizem Macau para levar a cabo atividades prejudiciais à República Popular da China”²⁷. O seu conteúdo só seria publicado, em parte, anos mais tarde, durante o período de negociações da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, sem nunca ter sido submetido a aprovação na Assembleia da República ou na Assembleia Legislativa de Macau, em clara violação da Constituição Portuguesa e do Estatuto Orgânico de Macau (Mendes, 2013a: 54).

Estabelecidas as relações diplomáticas entre os dois países, a resolução da questão de Macau ficou durante vários anos adormecida, e a menção de Macau nos contactos com a parte chinesa suscitava apenas a repetição do que ficou acordado em 1979: que a questão seria solucionada no momento oportuno. Num olhar retrospectivo, compreende-se que a RPC “estava em processo de definição da sua estratégia pós-Mao em relação a Taiwan e Hong Kong, e não queria debruçar-se especificamente com a questão, menor, de Macau” (Ramos, 2012: 229). Com efeito, quando se deu o restabelecimento de relações diplomáticas, a RPC atravessava profundas mudanças. Vivia-se a era de Deng Xiaoping.

5.2. Deng Xiaoping e a fórmula “um país, dois sistemas”

No final de 1978, Deng Xiaoping emergiu da 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do PCC como o líder do país. Desde esse período até ao início da década de 1990, as políticas mais relevantes adotadas na RPC passaram pela sua aprovação (Naughton, 1993: 500). Um líder de

²⁷ “Ata das Conversações sobre a Questão de Macau”, Paris, 8 de fevereiro de 1979; Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

características bastante diferenciadas das de Mao, menos conservador e mais pragmático, Deng defendia que o potencial de desenvolvimento do país poderia ser maximizado e a iniciativa individual promovida sem necessidade de abdicar do controlo político (Shambaugh, 1993: 482). Em pleno rescaldo da Revolução Cultural, Deng substituiu a ortodoxia política enquanto base da legitimidade do PCC no poder pelo desenvolvimento económico (Naughton, 1993: 502), priorizando a implementação das “Quatro Modernizações” de Zhou Enlai: Agricultura; Indústria; Defesa; Ciência e Tecnologia (Tisdell, 2009: 275-276). Em poucos anos, a Revolução Cultural e os seus objetivos seriam desacreditados (Shambaugh, 1993: 483).

No seu lugar, surgiram princípios pragmáticos como “a prática é o único critério de verificação da verdade”, de mãos dadas com os “Quatro Princípios Cardinais”: (1) Adesão à via Socialista; (2) A Ditadura do Proletariado; (3) A liderança do Partido Comunista (4) O marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong (Shambaugh, 1993: 484). Embora desaprovasse uma parte importante do legado maoista, relegando-o para último lugar de entre os princípios citados, Deng teve o cuidado de não prescindir por completo dele nem comprometer o prestígio do antigo líder, com receio que resultasse numa perda de legitimidade do próprio partido (Shambaugh, 1993: 485). Preferiu antes apoiar-se nesse prestígio e usou os seus discursos para se apresentar como um reformador cujas políticas são, na realidade, uma continuação natural das de Mao. Deng considerou ter sido o “pensamento de Mao Zedong” a unir o PCC (Deng, 1994: 9), e a levá-lo à vitória na Guerra Civil chinesa, porque integrou as máximas do marxismo-leninismo nas “condições específicas” da China (Deng, 1994: 24). É importante notar que o “Pensamento de Mao Zedong” tinha sido, até à data, uma definição bastante lata e abrangente, mas Deng filtrou-a como melhor servia os seus propósitos. Em 1981 é emitida uma Resolução (Kluver, 1996: 52) que colocou o “pensamento” de Mao acima do próprio Mao, apresentando-o como um homem que poderá ter cometido erros mas cujas máximas deviam ser seguidas por todos: “procurar a verdade nos factos”, sobrepondo o critério científico ao ideológico; a “linha de massas”, para reafirmar a “ditadura do proletariado” sob a liderança do PCC; e a “independência e autossuficiência”, reforçando o carácter único do marxismo chinês e apelando ao nacionalismo. O pragmatismo de Deng Xiaoping convertia-se em ortodoxia (Kluver, 1996: 55-59).

Definiram-se também várias linhas orientadoras da reforma do partido e do país, como uma nova interpretação da ideologia socialista, abertura ao exterior e estabilidade. Na perspetiva de Deng, o crescimento económico tinha de ser não apenas constante mas também o mais

acelerado possível, aceitando-se um relaxamento do controlo do Estado sobre os processos de produção e a criação de incentivos ao empreendedorismo e inovação (Naughton, 1993: 504-508). Tal como no passado os governantes da dinastia Ming procuraram a tecnologia e métodos ocidentais para fortalecer o país, também Deng não hesitou em utilizá-las para levar a cabo as suas reformas. A razão pela qual se revelou bastante mais efetivo nessa adoção reside na ausência dos constrangimentos ideológicos e culturais que condicionaram a antiga dinastia (Shambaugh, 1993: 458).

Deng acreditava na capacidade de iniciativa do país mas não a concebia desenquadrada do controlo político do PCC, que via inclusive como fundamental para que a RPC atingisse os seus objetivos (Shambaugh, 1993: 482). Mais do que em eras precedentes, as leis foram utilizadas como elemento legitimador do controlo político do PCC e desempenharam um papel importante na regulação de uma sociedade que se refazia do período revolucionário (Epstein, 1994: 19). Como em eras anteriores, a lei tinha uma função utilitária e, uma vez que a implementação das reformas estava a cargo da burocracia do Estado, o uso da coerção em caso de interferência estava legitimado porque a obediência à lei implicava a obediência ao partido (Epstein, 1994: 19-20). Como fez notar Song (2003: 91), a política de “estabilidade”, “unidade” e execução das “Quatro Modernizações” recuperou convenientemente as máximas confucionistas de pacificar o país, estabilizar a sociedade e controlar o povo (Fairbank e Goldman, 2006: 448). Confucionismo e legalismo estavam novamente de mãos dadas. O massacre de Tiananmen seria a reação do PCC ao que este entendeu como uma ameaça à sua sobrevivência (Shambaugh, 1993: 488) e ao seu Mandato Celestial. Deng identificaria como uma das principais causas da queda do bloco Soviético ter sido dada precedência nesses países às reformas políticas e não às económicas, resultando na incapacidade dos seus governos em assegurarem a prosperidade das populações. Na sua perspetiva, a sobrevivência do PCC no poder dependia do bem-estar material da população (Shambaugh, 1993: 488).

No processo, Deng fez a RPC entrar numa nova era: da mesma forma que Mao exprimiu ao máximo as potencialidades da RPC desde uma posição de quase isolamento, Deng colocou o país numa rota de modernização e desenvolvimento que o abriu ao mundo exterior, obrigando-o a encontrar um ponto de equilíbrio no seu relacionamento com esse mesmo mundo (Brosseau, 1994: 1.6). Estava criada a base justificativa de uma intensa política de reformas (Solé-Farràs, 2014: 83) e anunciava-se o Comunismo com “características chinesas”:

Para realizarmos o nosso programa de modernização, temos de partir das realidades chinesas. Devemos aprender das nações estrangeiras e da sua experiência, tanto para a revolução como para a construção, mas aplicar de forma mecânica e copiar os modelos estrangeiros não nos levará a lado nenhum. Já tivemos muitas lições a este respeito. Temos de integrar a verdade universal do marxismo nas realidades concretas da China, criar o nosso próprio caminho e construir um socialismo com características chinesas – essa é a conclusão básica a que chegamos após revermos a nossa longa história (Deng, 1994: 10).

O confucionismo político, que prioriza a resolução das questões sociais e políticas de uma forma adaptada às circunstâncias presentes e às especificidades chinesas manifestava-se, pela primeira vez, de forma evidente. E, do mesmo modo que o conceito estratégico da “instrumentalidade” foi visível em Mao quando este fez a síntese do marxismo-leninismo com o seu próprio pensamento, Deng instrumentalizava agora o pensamento de Mao para se legitimar a si próprio.

Deng Xiaoping herdou dos seus antecessores uma questão importante e pendente: a recuperação de Hong Kong, Macau e Taiwan. Em junho de 1982 o líder chinês declara a soberania da RPC sobre Hong Kong e Macau e a recuperação dos dois territórios sob o modelo “um país, dois sistemas” (Mendes, 2013a: 37), política estatal de longo prazo e integrante da teoria do socialismo com características chinesas (Leng, 2013: 90). Estava definida a estratégia global para a reunificação do país, assegurando-se a manutenção do sistema capitalista no interior de um “estado socialista” unitário (Leng, 2011: 55) durante um período mínimo de 50 anos (Deng, 1994: 44). Deng reconheceu que, no processo, o sistema político e económico seria mantido, assim como a maioria das leis, salvaguardando que “algumas” seriam “modificadas” (Deng, 1994: 15-16).

As influências da matriz cultural chinesa nesta fórmula são evidentes, evidenciando uma estrutura hierárquica perfeitamente definida, devendo a China exercer uma soberania inquestionável e sancionada pela lei sobre os Territórios, doravante subalternos da China continental mas, simultaneamente, inserida num quadro suficientemente flexível como para permitir na República Popular a coexistência, harmoniosa, de dois modelos sociais e políticos em teoria inconciliáveis. Em dezembro de 1982, a RPC realizou uma revisão constitucional que previu a criação de Regiões Administrativas Especiais (RAE) “sempre que necessário”, cujos regimes “[...] deverão ser definidos por lei a decretar pelo Congresso Nacional Popular à luz das condições específicas existentes.”²⁸ As RAE usufruiriam de um alto grau de autonomia e seriam governados pelas gentes locais. Contudo, esta autonomia não constitui um direito inerente das

²⁸ Constituição da República Popular da China de 4 de dezembro de 1982, art.º 31.

RAE, mas um direito autorizado pelas autoridades centrais. De notar que a própria designação da fórmula coloca o ênfase em “um país” – correspondendo a “uma China” – e é este que justifica a existência de “dois sistemas”. Existe, pois, uma ordem de posição primária e secundária (Leng, 2013: 88-89) e o “elevado nível de autonomia” previsto, exceto em questões relacionadas com política externa e defesa, nunca foi, na perspectiva de Pequim, sinónimo de um “Governo autónomo e democrático” (Tsang, 2007: 230-236). Estes atributos da fórmula “um país, dois sistemas”, combinando hierarquia, legalidade e (a necessária) maleabilidade, remetem-nos, respetivamente, para os princípios confucionistas, legalistas e taoistas.

As particularidades deste sistema permitiriam por exemplo que, em pleno processo de transição, Macau aderisse em nome próprio ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), futura Organização Mundial do Comércio (OMC) (Catarino, 2010: 106).

Hong Kong foi o primeiro alvo. Em março de 1979, o Governador do Território, Sir Murray Maclehorse, foi recebido por Deng. Faltavam dois anos para expirar o prazo por que tinham sido arrendados os Novos Territórios, adjacentes a Hong Kong, e o Governador solicitou a renovação ou a prorrogação do arrendamento. Na resposta, Deng terá ameaçado agir unilateralmente e tomar Hong Kong (Martins, 2010: 137). Embora Hong Kong tenha sido cedido ao Reino Unido em perpetuidade, os Novos Territórios apenas foram alugados por um período de 99 anos, ou seja, até julho de 1997, não existindo fundamentos jurídicos para prolongar a autoridade britânica em Hong Kong após essa data (Catarino, 2010: 102).

Em setembro de 1982, já depois de o modelo ter sido anunciado, a Primeira-ministra Margaret Thatcher reúne-se com Deng Xiaoping. Thatcher terá tentado negociar com Deng, argumentando que todos os tratados internacionais celebrados entre as duas partes deveriam ser respeitados, mas o líder chinês deixou claro que a Administração britânica em Hong Kong terminaria em julho de 1997 e isso não estava aberto a discussão. A agência noticiosa *Xinhua* fazia eco da posição chinesa durante o encontro, considerando nulos os três tratados sino-britânicos do séc. XIX relativos a Hong Kong, que Thatcher tentou usar como base negocial (Saldanha, 2006: 929). Este desfecho não era favorável ao Reino Unido, mas este entendia que uma postura demasiado inflexível da sua parte acarretaria as piores consequências, sendo quase certa uma ação unilateral da RPC à qual não se conseguiria opor e que os EUA e a União Soviética não impediriam (Ramos, 2012: 222).

Em dezembro de 1984 é assinada a Declaração Conjunta Sino-Britânica do Governo do Reino Unido e da Irlanda do Norte e o Governo da República Popular da China sobre a questão de Hong Kong. O método escolhido pela RPC para recuperar Hong Kong constituiu, na opinião de alguns académicos, uma questão que envolveu a “soberania, dignidade nacional e o futuro da reforma económica na RPC”. A necessidade de “conciliar” o imperativo da recuperação da soberania sobre Hong Kong com o aproveitamento do potencial económico do Território levou a que fórmula fosse “popularizada” como “um país, dois sistemas”, como contendo o melhor de dois mundos (Tsang, 2007: 226 e 230-236).

Em ambos os processos de devolução – Hong Kong e Macau – a RPC recusou o direito dos respetivos habitantes participarem nas negociações. As negociações não foram conduzidas entre as autoridades locais e a “metrópole”, mas entre o Governo da RPC e os Governos britânico e português (Mendes, 2013a: 37). A ambos os enclaves foi recusado o direito à autodeterminação (Mendes, 2014: 209). Por esta razão, na opinião de Mendes (2014: 208), Hong Kong e Macau não podem ser considerados processos normais de “descolonização” mas sim de “retrocessão”, em parte porque o que estava em causa não era a independência destes territórios, mas a sua reintegração na China continental.

A fórmula “um país, dois sistemas”, ao propor a unidade de duas conceções situadas em lados opostos do espectro político, como é o caso o capitalismo e do socialismo, constitui também um exemplo da teoria da relacionalidade e da lógica do meta-relacionamento: para a RPC, a interação entre o regime político existente na China continental e o existente em Hong Kong e Macau não é, por definição, conflituoso e a aplicação da fórmula constitui, essencialmente, um processo de harmonização do qual resultará uma síntese eficaz dos dois modelos.

O processo de devolução de Hong Kong para a China teve pouco eco em Portugal, em parte porque prevalecia a perceção de que Macau era “diferente” de Hong Kong, o que contribuiu para uma “dormência” da parte portuguesa, como o reconhece um antigo embaixador de Portugal em Pequim:

A interpretação que entre nós se fazia [...] era de que não queriam falar porque nada ia mudar, quando teria sido mais realista, e sobretudo mais prudente, interpretar-se [...] como significando não ter ainda chegado a ocasião apropriada para se falar (Ramos, 2012: 245).

Macau também não tinha para Portugal a mesma importância que Hong Kong tinha para o Reino Unido, e essa diferença havia-se refletido em 1972 quando a China pede a retirada de

ambos da lista de territórios não-autónomos, objetada pelo Reino Unido mas não por Portugal (Miranda, 2010: 71). Por razões estratégicas, a RPC tratou Macau e Hong Kong como questões idênticas e as diferentes considerações históricas das origens dos dois enclaves como irrelevantes (Mendes, 2013a: 37) e tentou impor solução idêntica. Portugal não deixaria contudo de salientar durante as negociações as diferenças em relação a Hong Kong, e usar o carácter específico de Macau para justificar a opção de negociações cordiais com a RPC, em claro contraste com a atitude do Reino Unido (Fernandes, 1997: 539).

Em novembro de 1984, o Presidente chinês Li Xiannian realizou a primeira visita de um Chefe de Estado da RPC a Portugal. Ramalho Eanes devolveu a visita em maio de 1985, naquela que também foi a primeira visita de um Chefe de Estado português à China. O Presidente da República foi informado nesta visita pela liderança chinesa de que era chegado o momento de resolver a questão de Macau. O Comunicado Conjunto emitido no dia 23 declarava que as duas partes concordaram em encetar, brevemente, negociações nesse sentido. Cumpriu-se assim o que havia sido acordado em princípio aquando do estabelecimento de relações diplomáticas em 1979 (Ramos, 2012: 230-231). Este mesmo comunicado sublinhava a cordialidade na qual a questão de Macau fora discutida com o Presidente português, linguagem que voltaria a ser utilizada na Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau, na qual se lê que “[...] o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China concordam em continuar a cooperar amigavelmente durante o período de transição [...]”²⁹

Uma semana após as Presidenciais, Pequim transmitiu ao Primeiro-Ministro Cavaco Silva a sua posição enviando um dos seus intermediários de Macau:

(1) a comunidade chinesa de Macau não quer que os conflitos partidários portugueses se estendam ao Território; (2) ele [Roque Choi] e o Sr. Ma Man Kei são pessoas leais e estão disponíveis, caso o Governo português achar conveniente, para fazer chegar mensagens às autoridades chinesas; (3) defenderão junto da China que a questão de Macau deve resultar de negociações em pé de igualdade e não de imposições, porque Portugal, tal como a China, deve ser respeitado na sua dignidade; (4) Portugal, ao contrário do Reino Unido em relação a Hong Kong, não tem interesses materiais fortes a defender e não está em causa o termo de um período de arrendamento de territórios (Silva, 2002: 205).

O envio de um intermediário para transmitir a sua posição política é um elemento importante da cultura negocial chinesa. Neste caso, a RPC, sem intervir oficialmente, antecipava-se para tentar

²⁹ Declaração Conjunta Luso-Chinesa, Anexo II, Arranjos Relativos ao Período de Transição.

condicionar a futura posição portuguesa nas negociações e impor um quadro que lhe era favorável (Solomon, 1983: 8).

As conversações entre Portugal e a RPC para a resolução da “Questão de Macau” iniciaram-se nos dias 30 de junho e 1 de julho de 1986, no final das quais se assinaria a Declaração Conjunta Luso-Chinesa. Esta Declaração Conjunta determinaria o futuro do Território ao definir não apenas as linhas de cooperação entre ambos os governos, durante o período de transição, mas também a orientação geral da política de administração de Macau após a transferência.

Em 1986 Portugal torna-se também membro da CEE (Comunidade Económica Europeia). Segundo Pires de Miranda, à época Ministro dos Negócios Estrangeiros português, as responsabilidades acrescidas para Portugal junto dos parceiros europeus, a posição vulnerável do Governo por ser minoritário, um processo de descolonização traumático ainda recente, e a necessidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros dispersar a sua atenção e energias por vários quadrantes obrigaram este a agir com o máximo de precaução na abordagem às negociações para a resolução da questão de Macau (Miranda, 2010: 70). O Governo decidiu por isso reunir uma delegação de diplomatas experientes nas relações luso-chinesas, que ficaria sob a tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de quem recebia instruções (Miranda, 2010: 73-74). Macau não teve qualquer representante nestas negociações devido à recusa da RPC, por esta entender que Macau era território chinês (Mendes, 2013a: 48).

Para Cavaco Silva, os efeitos traumáticos do processo de descolonização em África e a ocupação indonésia de Timor-Leste em 1975 criavam da parte portuguesa a exigência de uma solução digna para Macau (Silva, 2002: 203-204). Com a aprovação do novo Presidente da República, Mário Soares, Cavaco Silva e Pires de Miranda definiram os objetivos portugueses nas negociações:

[...] assegurar a transferência ordeira da Administração e preservar a estabilidade e o desenvolvimento económico e social de Macau; a proteção dos direitos e garantias dos residentes no Território; a preservação da presença cultural portuguesa; o desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com a República Popular da China e o reforço da projeção de Portugal no Oriente (Silva, 2002: 205-206).

Pedro Catarino, futuro embaixador de Portugal na RPC (1997-2002) e chefe da parte portuguesa no Grupo de Ligação Conjunto (1990-1992), compara as diferentes posturas de Reino Unido e Portugal relativamente aos processos de devolução de Hong Kong e Macau:

[...] a Grã-Bretanha teve sempre alguma dificuldade em aceitar o “*ruling* da China” e o curso da História. O processo de Hong Kong experimentou assim sucessivas tensões mais ou menos intensas, que acabaram sempre por ser ultrapassadas, com a China a avançar inexoravelmente, para o quadro que

Deng Xiaoping fixara e que a China teimosa e conscientemente acabará por alcançar. Comparando as realidades de Macau e de Hong Kong, apesar de todas as semelhanças, elas apresentam marcadas diferenças: nas suas dimensões, processos históricos, tecidos sociais, estruturas económico-financeiras e vocações. Para além de todas estas diferenças, os portugueses compreenderam bem que estavam perante o curso inevitável da história e que não seria realista fazer-lhe obstáculo. Entendemos, por outro lado, que satisfaríamos melhor os nossos interesses e também os da população de Macau, através de uma boa cooperação e espírito de compromisso, procurando retirar benefícios de um reforço das nossas relações com a RPC (Catarino, 2013: 100)

Portugal, efetivamente, adotou nas negociações uma postura não-conflituosa, em claro contraste com o Reino Unido para a resolução da questão de Hong Kong. Isto derivou também do facto de o Reino Unido deter o estatuto de potência internacional, levando-o a tentar controlar o ritmo das negociações e a fazer reformas nas estruturas políticas de Hong Kong contra a vontade da RPC (Mendes, 2013a: 38).

Segundo Pires de Miranda, Portugal estava também ciente da importância para a China de negociações bem-sucedidas, e que assegurar a cooperação de Portugal era essencial:

Podíamos, no limite, não negociar. Era o poder do fraco. É claro que esta atitude seria muito inconveniente para a China e nunca chegou a concretizar-se. Mas nós tínhamos este *back stop* [Itálico no original] e os chineses entenderam a nossa determinação (Miranda, 2010: 75).

Nestas negociações, e comparativamente ao Reino Unido, Portugal conseguiu assegurar uma data de transferência posterior à de Hong Kong, maior liberdade religiosa, e a emissão de passaportes portugueses que conferem plena cidadania³⁰, permitindo aos habitantes de Macau manter a cidadania portuguesa a partir de 1999. Uma parte da explicação residirá no facto de a RPC estar pressionada para chegar o mais rapidamente possível a um acordo para a questão de Macau. O início de 1987 foi um período de instabilidade governativa, com o Secretário-Geral do PCC, Hu Yaobang, a apresentar a sua demissão na sequência de protestos estudantis a exigir maiores liberdades políticas. Um desfecho satisfatório das negociações da questão de Macau permitiria reforçar a liderança e legitimidade aos olhos do povo chinês. Poder aprovar a Declaração Conjunta Luso-Chinesa na Assembleia Popular Nacional (APN) em março de 1987 constituía, pois, um imperativo (Jaw-ling, 1988: 16). Assim, e apesar de o Reino Unido possuir um poder e estatuto superior a Portugal, os portugueses acabariam por conseguir um número superior de concessões para Macau, comparativamente a Hong Kong.

³⁰ Os passaportes britânicos concedidos aos habitantes de Hong Kong possuem estatuto e reconhecimento internacional limitados (Relatório das Negociações e Acordo Luso-Chinês sobre Macau, 1987: 20).

Uma descrição exaustiva das várias fases das negociações e das complexidades que as rodearam e estariam fora do âmbito desta dissertação, sendo antes prioritário realçar as particularidades do comportamento negocial chinês que remetem para a sua matriz cultural.

Durante as negociações da Declaração Conjunta utilizaram-se várias táticas negociais e de pressão que se enquadram no modelo chinês para as negociações políticas: a) manobras pré-negociais, durante as quais a RPC transmitiu que as questões da data e da nacionalidade não eram negociáveis para limitar a margem negocial portuguesa; b) anunciar publicamente as suas pretensões ainda antes de o fazer nas negociações, não permitindo uma resposta da contraparte; c) apresentar uma estratégia de frente unida, aumentando a representação de Macau na APN com elementos pró-RPC; d) publicitação do *slogan* “um país, dois sistemas” como fator de unidade nacional e garante do respeito pela especificidade histórica de Macau (Jaw-ling, 1988: 19-22).

Desde o início, a China não reconhecia diferenças entre Macau e Hong Kong e apresentou a Portugal uma proposta essencialmente idêntica à da Declaração Conjunta de Hong Kong, incluindo o ano de 1997 como a data da retrocessão. Existiam duas razões pelas quais a RPC desejava uma devolução simultânea dos dois Territórios: por um lado, não queria recuperar Macau antes de Hong Kong por receios de que comprometesse a estabilidade deste último; por outro, queria aproveitar o impacto de uma retrocessão simultânea para se aproximar mais do seu derradeiro objetivo, Taiwan (Jaw-ling, 1988: 10). Esta proposta foi rejeitada por Portugal, por considerar que os dois territórios constituíam duas realidades bastante diferentes, e que a natureza da presença portuguesa em Macau era também, desde há séculos, distinta da britânica (Miranda, 2010: 76).

Uma característica importante das negociações da Declaração Conjunta, segundo um dos negociadores portugueses, foi o facto de todo o processo ter “decorrido fisicamente na capital chinesa”, condicionando as mesmas, seguindo o mesmo “modelo” utilizado nas embaixadas de Portugal à China durante os séculos XVII e XVIII, nas quais era também visível a utilização de algumas das mesmas táticas negociais por parte da China (Ramos, 2012: 239 e 241). Esta preferência chinesa em negociar em “casa” resulta do facto de facilitar a comunicação e consulta dos superiores durante o processo decisório, a manipulação da imprensa e por colocar a China em vantagem psicológica: para a RPC, Macau e Hong Kong eram território chinês e, como tal, era apropriado que as negociações decorressem também em solo chinês. No entanto,

entre 17 e 21 de novembro de 1986, Zhou Nan, chefe da delegação chinesa e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, realizou uma visita oficial a Portugal, o que pode ser entendido como uma manobra chinesa para forçar a parte portuguesa a chegar a acordo relativamente à data de transferência (Mendes, 2013a: 49).

Portugal sabia que a RPC estava pressionada pelo tempo e, por esta razão, Primeiro-Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Presidente da República coordenaram-se de modo a que, nas suas reuniões individuais com Zhou Nan, nenhum deles se compromettesse com nenhuma data e levassem a parte chinesa a revelar a sua data-limite (Silva, 2002: 208-209). O desagrado da parte chinesa pelo adiamento da resolução da questão da data de transferência ditou que a próxima ronda negocial só se realizasse a 8 de dezembro e que nesta a RPC se recusasse a avançar noutras questões enquanto as partes não chegassem a um entendimento na questão da data (Silva, 2002: 209-210). Aqui verificou-se uma outra tática negocial chinesa: ainda que estivesse cada vez mais pressionada pelo tempo, para não parecer a parte suplicante, e perder poder negocial, a RPC começou por adiar a próxima reunião e depois recusou-se a discutir qualquer outra questão. Pires de Miranda reconhece que, tendo Portugal conseguido tirar partido da urgência da China em aprovar a Declaração Conjunta para adiar a data da transferência da administração, compreendeu também que a China não aceitaria uma data posterior a dezembro de 2000 (Miranda, 2010: 77). Portugal compreendia também que a flexibilidade da RPC, que em meados da década de 1980 já se comportava como superpotência, seria bastante reduzida, agravada pelo facto de o espaço de manobra dos negociadores portugueses já estar em parte circunscrito pelo acordo sino-britânico já existente para Hong Kong (Ramos, 2012: 250-251). No entanto, a visita de Zhou Nan a Portugal representou uma importante concessão que o Reino Unido nunca obteve durante as negociações sino-britânicas (Jaw-ling, 1988: 22). Portugal beneficiou também do facto de uma importante tática normalmente empregue pelos negociadores chineses, a manipulação de prazos-limite, estar desde o início condicionada pela urgência da RPC em aprovar o texto da Declaração Conjunta o mais rapidamente possível. Em março de 1987, acordou-se o dia 20 de dezembro de 1999 como data da transferência de Macau para a RPC (Jaw-ling, 1988: 12).

A questão da nacionalidade dos habitantes de Macau era particularmente complexa porque Portugal e China tinham duas conceções distintas: para Portugal, a nacionalidade era determinada pelo local de nascimento, enquanto para a RPC ela é determinada pela etnia

(Mendes, 2013a: 55). Como resumiu Pires de Miranda, “[...] nós não podíamos dizer que todos os chineses que viviam em Macau eram portugueses, nem os chineses aceitavam que todos os habitantes com passaporte português fossem portugueses. [...]” (Miranda, 2010: 77-78). A resolução desta questão pode ser enquadrada nas “manobras pós-negociais” chinesas, uma vez que a questão já tinha sido previamente negociada e a China reabriu a sua negociação e a questão apenas foi solucionada na noite anterior à assinatura da Declaração Conjunta, com os Portuga e China a anexar à Declaração Conjunta a sua interpretação individual sobre a mesma (Miranda, 2010: 77-78. O memorando português declarava que:

“[...] Em conformidade com a legislação portuguesa os habitantes de Macau que, tendo em 19 de dezembro de 1999 a cidadania portuguesa, sejam titulares de passaporte português, poderão continuar a utilizá-lo depois dessa data. A partir de 20 de dezembro de 1999 ninguém poderá adquirir a cidadania portuguesa em razão do seu vínculo territorial com Macau.”³¹

Esta interpretação serviu os propósitos portugueses, permitindo preservar a dignidade nacional, uma das prioridades estabelecidas por Portugal para as negociações (Jaw-ling, 1988: 14). Não contraria o disposto na sua Lei da Nacionalidade, que define como nacionais portugueses “os filhos de pai português e mãe portuguesa nascidos em território português ou sob administração portuguesa”³², e reconhecendo a impossibilidade de os habitantes de Macau adquirirem nacionalidade portuguesa após a transição, afirmou também a sua autoridade para atribuir passaportes portugueses durante o restante período de Administração portuguesa. Já o memorando chinês declarava que:

“[...] Os habitantes de Macau, abrangidos pelas disposições da Lei da Nacionalidade da República Popular da China têm a cidadania chinesa, independentemente do facto de serem ou não possuidores de documentos de viagem ou documentos de identidade portugueses [...] todavia [...] o departamento competente do Governo da República Popular da China permitirá, depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, aos cidadãos chineses de Macau que possuam previamente documentos de viagem portugueses, continuar a usar estes documentos para viajar por outros países e regiões. Os cidadãos chineses acima mencionados não podem gozar de proteção consular portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau e nas outras regiões da República Popular da China.”³³

Neste caso verificou-se uma solução ambígua. A RPC não contraria o estipulado na sua Lei da Nacionalidade³⁴ (que, ao contrário da portuguesa não permite a dupla-nacionalidade) e declara logo na abertura que todos os habitantes de Macau têm cidadania chinesa, independentemente da sua origem. Por outro, refere que os passaportes portugueses podem ser mantidos, mas que estes não serão reconhecidos na RPC senão como “documentos de viagem”, inclusive na Região

³¹ Declaração Conjunta Luso-Chinesa, Memorandum (1)

³² Lei da Nacionalidade portuguesa, 30 de outubro de 1981, art. ° 1.

³³ Declaração Conjunta Luso-Chinesa, Memorandum (2).

³⁴ Lei da Nacionalidade chinesa, 10 de setembro de 1980, art. ° 3.

Administrativa Especial, ficando os seus portadores impedidos de gozar de proteção consular portuguesa. Implicitamente, estabelece que na RPC estarão invariavelmente sujeitos à lei chinesa.

Uma das principais conclusões que é possível retirar do pensamento estratégico negocial apresentado pelos chineses é que, independentemente das prioridades e dos princípios que pré-estabelecem para as negociações, estão preparados para realizar concessões e atuar numa lógica essencialmente pragmática para obter um desfecho satisfatório (Jaw-ling, 1988: 22 e 26-27). No cômputo geral, os negociadores chineses comportaram-se como *Confucian gentlemen*: excelentes negociadores, ciosos dos seus interesses e simultaneamente capazes de adotar uma postura flexível para a resolução de problemas.

Para o PCC, a assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, a 26 de março de 1987, representou um momento crucial para o reforço da sua legitimidade. Clayton (2009: 34-35) faz notar a forma cuidadosa e planeada como a resolução da questão de Macau foi, desde o início, apresentada pelo Governo chinês aos seus cidadãos. Para atribuir validade à fórmula “um país, dois sistemas”, era necessário utilizar as palavras certas: mais do que representar o fim de uma situação de “colonialismo português” na China, a fórmula foi criada para a resolução de uma questão “legada pelo passado”, como surge logo no primeiro parágrafo da Declaração Conjunta Luso-Chinesa. A necessidade de construir uma narrativa e estabelecer um elo de ligação com o passado, a fim de legitimar as políticas do presente, manifestava-se uma vez mais.

Para Macau, a Declaração Conjunta alcançou aquilo que nenhum dos Tratados luso-chineses do passado conseguiram: definir, em termos “claros, precisos e definitivos as fronteiras entre a soberania e o seu exercício” e o sistema a vigorar no Território, primeiro entre 1987 e 1999 e, deste esse ano, até 2049 (Ramos, 2012: 221). Na opinião de um antigo embaixador de Portugal em Pequim, o elevado nível de autonomia concedido pela Declaração Conjunta recuperou, na realidade, o *status quo* que o Território conheceu nos primeiros dois séculos de presença portuguesa.³⁵ Era a “fórmula Macau” colocada na lei.

³⁵ Entrevista a João de Deus Ramos, embaixador de Portugal em Pequim de 1979 a 1981. Entrevistado em Lisboa a 22 de abril de 2014.

5.3. O período de transição

O carácter específico da estratégia da RPC para a recuperação de Hong Kong e Macau, já referido no presente trabalho, nos moldes da fórmula “um país, dois sistemas”, resultou que, em lugar de se verificar a transição de um sistema de controlo externo para um sistema de controlo local, como é a norma nos processos clássicos de descolonização, se desse a transição do antigo sistema de controlo externo para um novo. As Declarações Conjuntas assinadas por Reino Unido e Portugal constituíram a aceitação desse princípio, e foi sobre essa base que decorreram as negociações no período de transição (Pereira, 2013: 218).

O processo de transição de Macau foi distinto do de Hong Kong porque, embora ambos conducentes à criação de Regiões Administrativas Especiais, os dois territórios possuíam características e níveis de desenvolvimento muito distintos. Hong Kong era um território que o Reino Unido potenciou desde o séc. XIX até o converter numa importante praça financeira com um nível de desenvolvimento bastante elevado (Mendes, 2013a: 38). Já Macau tinha insuficiências várias a nível de infraestruturas e sofria de uma elevada dependência de Hong Kong (Vieira, 2010b: 133). Por outro lado, a Declaração Conjunta representava um elemento de legitimação legal das políticas de desenvolvimento de Macau durante a transição empreendidas pela potência (ainda) administrante (Pereira, 2013: 218). Na opinião de Pedro Catarino, um dos principais negociadores portugueses no período de transição, a Declaração Conjunta foi benéfica para a Administração de Macau porque atuou como “um verdadeiro catalisador” e ajudou-a a ultrapassar a “fase de imobilismo”, passando a ser “mais pragmática e menos administrativo-burocrática” (Catarino, 2010: 107).

Portugal e RPC coincidiam na aplicação a Macau de um modelo de transição “dinâmico”, que privilegiava a “continuidade sem ruturas” e, através desta, a estabilidade: a Portugal cabia preservar e aumentar a autonomia do Território, devendo antecipar as medidas necessárias para que essa autonomia se materializasse. Esse quadro criado por Portugal deveria, por sua vez, ser respeitado pela RPC e ter continuidade após a retrocessão (Pereira, 2013: 219). É importante notar, no entanto, que o sistema económico, político e social que a RPC se comprometeu a manter “basicamente inalterados” foram pré-condicionados pela Declaração Conjunta através das disposições do anexo II, onde incluiu as suas próprias políticas para futura RAE. A “harmonização” em curso, canalizada pela fórmula “um país, dois sistemas”, estava, pois, pré-programada para favorecer os interesses chineses. Contudo, e independentemente da sua

capacidade de condicionar o processo de transição, assegurar a cooperação portuguesa permaneceu uma prioridade da RPC (Pereira, 2013: 220 e 222). Diferentes objetivos obedeceram a estratégias distintas: Portugal queria assegurar a autonomia de Macau e a manutenção do modo de viver, enquanto na perspectiva da RPC importava garantir uma administração funcional na futura RAE, e por essa razão centrou a sua estratégia na localização das leis, dos quadros da Administração e da língua, que serão analisadas mais adiante (Pereira, 2013: 223-224). Portugal tinha um leque de prioridades para Macau, durante o período de transição, mais alargado que a RPC, mas o fator tempo condicionou o número de reformas passíveis de se realizarem. No caso de Hong Kong, já bastante desenvolvido, uma das principais consequências deste modelo foi impedir que o Reino Unido pudesse reforçar as estruturas democráticas do Território até 1997 (Pereira, 2013: 220 e 224).

Para assegurar a correta implementação da Declaração Conjunta e o diálogo entre as duas partes relativamente às políticas a aplicar no Território durante o período de transição, em janeiro de 1988 é criado o Grupo de Ligação Conjunto (GLC) Luso-Chinês (Mendes, 2013a: 64). Desde o início, Portugal e China tiveram interpretações distintas sobre as funções deste Grupo, pois a Declaração Conjunta definia-o como um “órgão de ligação, consulta e de troca de informações entre os dois Governos”³⁶, sem interferência nas decisões da Administração de Macau até 1999, e era esta a posição que Portugal defendia. Já a RPC relembra que as decisões com impacto no Território após 1999 teriam obrigatoriamente de passar pela sua consulta e aprovação no GLC (Catarino, 2010: 106), o que confirmou os receios portugueses de que o Governo de Pequim usaria o GLC para condicionar a transição (Mendes, 2013a: 50). Por outro lado, é evidente a existência de uma ligação, natural, entre o GLC e a Administração de Macau, esta em posição de transpor para legislação as decisões tomadas no grupo. As disposições da Declaração Conjunta não permitiam uma distinção rigorosa sobre o que constituía ou não uma questão com impacto após a transição e Portugal teve adotar uma postura relativamente flexível nesta questão (Pereira, 2013: 221).

A localização da língua, das leis e dos quadros da Administração de Macau, também conhecidas como as “três localizações”, têm de ser consideradas na sua globalidade porque o progresso de uma condicionava a implementação das restantes duas (Mendes, 2013a: 75). A todas, era comum a necessidade de generalizar a língua chinesa. A localização da língua constituía para a

³⁶ Declaração Conjunta Luso-Chinesa, Anexo II, I.1.

RPC um dossiê prioritário porque a língua chinesa não tinha carácter oficial em Macau e durante os vários séculos de ocupação portuguesa apenas uma minoria da população chinesa dominava o português. À data do início das localizações, apenas cerca de 1% dos funcionários da Administração de Macau dominavam ambas as línguas (Jaw-ling, 1988: 9).

Em janeiro de 1991, um acordo entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos dois países estabeleceu que a língua chinesa passava a ser uma língua oficial em Macau após a transição, a par do português. A estratégia portuguesa de implementação do bilinguismo, aceitando conferir carácter oficial à língua chinesa, assegurou para a língua portuguesa um estatuto idêntico ao chinês na Lei Básica da futura RAE de Macau (Vieira, 2010b: 157), indo assim mais além do que o previsto na Declaração Conjunta. O art.º 9 da Lei Básica confirmou que: “Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial”.³⁷

A localização das leis constituiu um grande desafio porque a quantidade e qualificações dos juristas bilingues existentes em Macau era insuficiente e, à data da assinatura da Declaração Conjunta, a maioria da legislação portuguesa nunca ter sido traduzida para chinês (Mendes, 2013a: 79). O processo de transição de Hong Kong criou também um precedente negativo para Portugal: ambas as Declarações Conjuntas estipulavam que as leis em vigor no Território, no momento da transição, permaneceriam “basicamente inalteradas”³⁸, mas a Declaração Sino-Britânica previu que apenas as leis aprovadas na Assembleia Legislativa de Hong Kong permaneceria em vigor e o Reino Unido teve de proceder a um enorme programa de localização das leis Britânicas. A RPC usou este precedente para pressionar Portugal a seguir o mesmo procedimento (Mendes, 2013a: 80-81), independentemente de as leis portuguesas contrariarem ou não as disposições da Lei Básica, e submeter toda a legislação a aprovação na Assembleia legislativa de Macau após consultar a parte chinesa sobre a sua validade (Pereira, 2013: 228). Contudo, e contrariamente ao sucedido com Hong Kong, neste caso a RPC não possuía as mesmas bases legais para invocar um carácter obrigatório (Mendes, 2013a: 80-81).

Portugal concluiu que a localização da lei portuguesa, adaptando-a à realidade de Macau, constituía a melhor forma de garantir da sua aplicação por parte da RPC na RAE de Macau,

³⁷ Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, adotada a 31 de março de 1993.

³⁸ Declaração Conjunta Luso-Chinesa, 2 (4)

salvaguardando os direitos e garantias dos seus habitantes (Mendes, 2013a: 82-83), conseguindo, no processo, manter a coerência na sua política de cooperação para com a RPC (Pereira, 2013: 228-229). Para o Governador Rocha Vieira, a localização das leis constituiu, um exemplo da política de “continuidade” defendida pela Administração portuguesa, que procurou aprovar códigos que se mantivessem, “nas suas linhas fundamentais” no período pós-transição (Vieira, 2010b: 131). Assegurou-se assim a preservação da “matriz portuguesa do Direito”, descrita por um dos chefes do GLC português como “fator importante da estabilidade e prosperidade do Território, e trunfo de grande valor para um papel relevante de Portugal” (Catarino, 2010: 106-107).

A importância que a parte chinesa atribuía às várias localizações traduziu-se na criação de um Grupo de Trabalho Conjunto para lidar especificamente com esta questão e poder supervisionar o processo (Mendes, 2013a: 75-83). Com efeito, o controle político da RPC vinha-se sedimentando desde há muito tempo: quando após o 25 de abril o Governador Garcia Leandro ordenou que fosse elaborado o Estatuto Orgânico de Macau, um dos seus objetivos era que a totalidade dos deputados da Assembleia Legislativa fosse eleita por sufrágio universal direto (Wu, 1999: 359). O sistema que emergiu, por influência da China, foi um sistema “misto”: 35 por cento dos deputados eleitos por sufrágio direto, outros 35 por cento por sufrágio indireto e os restantes 30 por cento nomeados pelo governador. A perda de influência da comunidade macaense no Território foi notória após a reforma da lei eleitoral de 1984, que alargou o universo eleitoral à comunidade chinesa, bastante mais numerosa que a portuguesa (Fernandes, 2010b: 106). Em 1992, um ex-docente da Universidade de Macau descrevia como se havia cristalizado na cidade um sistema político onde “[...] não vigora o princípio da soberania popular: a legitimidade prevaiente é de tipo histórico-pactício; não há verdadeira representação política [...]” (Citado em Fernandes, 1997: 537).

5.3.1. O comportamento político de Portugal e RPC no período de transição

A 4 de junho de 1989 dá-se o massacre na Praça de Tiananmen e o mundo ocidental suspende relações com a RPC (Mendes, 2013a: 89). Portugal, derivado do processo de transição de Macau, e autorizado pelos parceiros da CEE, não suspendeu por completo as relações com a RPC e prosseguiu as negociações. O embaixador Pedro Catarino, novo chefe do GLC, reconheceria a importância de o Governo português ter mantido o diálogo com a China após

Tiananmen, pois existia da parte de Portugal “[...] consciência desta interdependência e tem mantido uma atitude positiva para com a China exercendo um papel moderador no seio da CEE [...]” (Catarino, citado em Fernandes, 1997: 540). Pedro Catarino convidou o seu homólogo chinês, embaixador Kang Jimin, para uma reunião informal em Lisboa. Nesta “reunião difícil”, Portugal obtém da parte da RPC a garantia da concessão do terreno, para a construção do futuro Aeroporto Internacional de Macau, desde que Portugal concordasse “em prosseguir normalmente o diálogo não suspendendo os trabalhos do Grupo de Ligação Conjunto” – ao contrário do que fez o Reino Unido, que suspendeu as negociações após Tiananmen. Esta concessão da parte chinesa era essencial porque o aeroporto ocuparia cerca de duzentos hectares (Catarino, 2010: 102-103) e o Governo de Macau apenas podia concessionar, nos termos da Declaração Conjunta, um máximo de vinte hectares anuais, estando qualquer alteração a este limite sujeita a aprovação no Grupo de Terras (GT).³⁹ Portugal considerava o aeroporto essencial para a autonomia de Macau e potenciador de outros projetos relevantes para o desenvolvimento do Território e aceitou a proposta da RPC, mas impôs a esta certas condições: a próxima reunião dos grupos de ligação luso-chineses deveria realizar-se em Lisboa e não em Macau, por receio de manifestações públicas organizadas desde Hong Kong, e seria adotada “uma atitude discreta” em relação à reunião e à linguagem do respetivo comunicado final (Catarino, 2010: 103:104). Em outubro o Governador Carlos Melancia é recebido em Pequim com honras de Estado e reúne-se com o Primeiro-Ministro Li Peng para o convencer das vantagens da construção do Aeroporto Internacional de Macau para a RPC, argumentando que uma recusa desta comprometeria decisivamente a autonomia do Território. Dois meses depois teria início a construção do aeroporto (Mendes, 2013a: 90 e 110). Na sua gestão da situação pós-Tiananmen Portugal revelou assinalável autonomia e independência de ação na conduta da sua política externa e não permitiu o adiamento de questões de enorme relevância para o período de transição, sendo recompensado com importantes benefícios negociais para Macau (Pereira, 2013: 229-230). A RPC, fiel ao seu modelo negocial, ao ser colocada perante uma situação apresentada como de “benefício mútuo” revelou “reciprocidade” perante o gesto português de não suspender as negociações.

Tiananmen terá constituído o ponto alto de um período inicial de transição onde predominou um espírito de cooperação entre os dois países. Aos poucos, a RPC começou a revelar-se cada vez

³⁹ Declaração Conjunta Luso-Chinesa, Anexo II, II, 1.c).

mais assertiva na defesa dos seus interesses e a exercer cada vez maior controlo sobre o programa e ritmo de implementação das políticas da Administração para a transição, contrariando as tentativas de circunscrever as questões sujeitas a discussão no GLC (Pereira, 2013: 230-232), como sucedeu com a Fundação Oriente. A RPC foi também cuidadosa relativamente à gestão do aeroporto no período pós-transição. Apesar das concessões obtidas por Portugal após Tiananmen, como a cedência de terrenos para a construção do aeroporto, a RPC continuava a bloquear este processo em vários pontos, alimentando no seio da Administração portuguesa o receio de Macau não assegurar a sua autonomia e ser absorvido pela Região Económica Especial de Zhuhai “a curto ou médio prazo” (Vieira, 2010b: 129 e 131). A empresa encarregue da sua construção era a Companhia do Aeroporto de Macau (CAM), que também assumiria a administração quando o aeroporto abrisse, sob a tutela do Governo de Macau e, após 1999, do Governo da RAE de Macau. A RPC queria assegurar o controlo da CAM mas necessitava que o Governo de Macau fosse o principal acionista e este, em 1992, detinha menos de metade do capital, distribuído por vários investidores privados (Mendes, 2013a: 92). A RPC usou esta questão para bloquear os progressos noutros assuntos em discussão no GLC relacionados com o aeroporto, como os acordos de tráfego aéreo, que Portugal tinha urgência em negociar e recusou também a proposta deste para a criação de um Grupo de Trabalho para lidar especificamente com esta questão. A RPC estava ciente da importância que Portugal atribuía à questão do Aeroporto e, fiel à sua cultura negocial, não fez concessões e protelou o acordo até ao momento em que este lhe era favorável (Solomon, 1983: 8), ou seja, quando a Administração de Macau adquiriu finalmente a percentagem de ações da CAM que lhe faltava para ser o acionista maioritário. Só então os bancos emprestaram à Companhia o dinheiro necessário para a construção do aeroporto e a RPC consentiu na criação do Grupo de Trabalho (Mendes, 2013a: 92-94).

A RPC explorou habilmente as diferentes estratégias de Portugal e Reino Unido para a transição: a postura cooperativa de Portugal – em particular no período do Governador Rocha Vieira, que promoveu as consultas entre as duas partes e deu à China uma palavra importante nas decisões da Administração – foi apresentada como o modelo ideal para as negociações de Hong Kong, nas quais o Reino Unido adotou uma postura de confronto, sublinhando as vantagens de uma transição pacífica e sem sobressaltos e elogiando o comportamento de Portugal (Pereira, 2013: 232 e 234). A RPC tirou também partido da falta de preparação dos negociadores portugueses, que não conseguiram desenvolver uma estratégia eficiente para contrariar o modelo negocial dos

chineses que, por ser hierarquizado, impedia que estes tomassem decisões sem primeiro consultar os seus superiores em todas os pontos importantes. Isto permitiu à RPC controlar sempre o ritmo das negociações (Mendes, 2013a: 73).

O período de governação do General Vasco Rocha Vieira, de abril de 1991 até à entrega de Macau, foi não apenas o mais longo do período de transição como também o mais estável. Na opinião de Rocha Vieira, a sua articulação com o Governo português fazia-se “coerentemente, sem contradições” e tinha também a confiança do Presidente da República. Esta estabilidade resultou benéfica para Portugal e Macau no contexto das negociações luso-chinesas porque os interlocutores sentiam que ambos falavam a “uma única voz”, com o Governador a articular-se também diretamente com o Chefe do GT e do GLC. Esta “unidade de comando”, no entendimento do Governador, foi decisiva para “dar um rumo de sucesso ao processo de transição” (Vieira, 2010b: 146). Considerou, contudo, que para ser bem-sucedido era essencial assegurar a cooperação da RPC e desenvolver relações cordiais entre as duas partes, promovendo consultas em questões de relevância (Pereira, 2013: 232). A presença e influência que o Governo chinês sempre manteve em Macau foram visíveis durante o processo de transição. As questões relacionadas com Macau e Hong Kong e a agência noticiosa *Xinhua* tinham em comum estarem sob a tutela do Conselho de Estado da RPC (Vieira, 2010b: 143). Desde abertura de uma sucursal/filial da *Xinhua* em Macau, em setembro de 1987, esta assumiu-se como a sucessora da Sociedade Comercial *Nanguang* enquanto principal intermediário do Governo da RPC no Território, articulando-se com a delegação chinesa do GLC (Pereira, 2013: 229). Segundo Rocha Vieira, os encontros informais entre a *Xinhua* e o Governo de Macau eram “frequentes” e “não transpareciam para fora”, constituindo “um dos segredos” do sucesso das negociações ao permitir a discussão de questões de especial sensibilidade política (Vieira, 2010b: 144):

Também os sete Secretários-adjuntos tinham frequentes contactos com os Vice-Diretores da *Xinhua*.[...] havia como que um “governo sombra”, no qual era possível ter um interlocutor para as questões que em cada área aconselhavam esse diálogo.

Estabeleceu-se assim durante a transição um canal de comunicação com a RPC paralelo ao existente no GLC Luso-Chinês, com este a permanecer o local de diálogo formal entre os Governos português e chinês. A necessidade de a Administração do Território se articular “com as várias Chinas” é reforçada pelo Governador:

[...] Pequim, Cantão ou Zhuhai nem sempre eram a mesma coisa. E, muitas vezes, nos acordos estabelecidos, o Governo de Pequim esteve com o Governo de Macau e não com a vontade do Governo de Zhuhai. O aeroporto de Macau foi um caso típico desta situação (Vieira, 2010b: 145).

Esta interferência de Cantão nas questões de Macau, como já foi previamente referido no presente trabalho, tem raízes históricas.

Em 1993, a RPC incluiu no preâmbulo da Lei Básica da futura RAE de Macau que o Território havia sido, “a partir de meados do século XVI [...] gradualmente ocupado por Portugal” e que o retomar do exercício da sua soberania constituía uma “aspiração [...] almejada pelo povo chinês desde há longa data.”⁴⁰. Na opinião de um dos membros da delegação portuguesa que negociou a Declaração Conjunta, esta linguagem era “incongruente”, face às repetidas referências da China à atmosfera “amigável” que existiu antes e durante as negociações da Declaração Conjunta, tratando-se, com efeito, de fórmulas de linguagem que haviam sido “rejeitadas” nessas negociações. No entanto, enquanto a Declaração Conjunta foi um acordo internacional entre dois Estados, a Lei Básica da RAE foi um documento redigido pela RPC e no qual Portugal não poderia ter “qualquer intervenção” (Ramos, 2012: 238 e 244). Esta linguagem enquadra-se, contudo, no apelo do Governo chinês ao nacionalismo dos seus cidadãos como forma de se auto-legitimar: quando o “povo chinês” voltar a assumir o exercício da soberania sobre Macau tê-lo-á feito graças ao PCC, o único capaz de corresponder às suas “aspirações” e atingir os seus ideais nacionalistas (Hughes, 1997: 3).

Na RPC, os anos pós-Tiananmen constituíram, a vários níveis, um período extremamente difícil para a RPC. Ao isolamento a que foi sujeita pelo Ocidente, somavam-se as críticas de elementos conservadores do PCC que apontaram a linha política liberal de Deng como responsável pela crise interna. O líder chinês, refutando as críticas, realizou uma viagem pelo sul do país, incluindo as Zonas Económicas Exclusivas de Zhuhai e Shenzhen, e defendeu a continuidade da modernização do país proferindo a frase “o desenvolvimento é o princípio absoluto”. Deng procurava assim revitalizar o “socialismo com características chinesas” enquanto princípio orientador da política de desenvolvimento do país (Kissinger, 2012: 365-369). Esta filosofia governativa teria seguimento com Jiang Zemin, que em 1993 assumiu a Presidência da RPC. Durante os seus 10 anos de mandato, a RPC conheceu um dos períodos de maior crescimento económico da história (Kissinger, 2012: 396), mas também um agravamento das desigualdades

⁴⁰ Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, adotada a 31 de março de 1993.

e a corrupção. No final de 1998, Jiang Zemin adota a campanha dos “três ênfases”, visando o próprio partido e apelando à educação dos quadros através da “ênfase no estudo de teoria política, no aumento da consciência política e no cultivo de tendências políticas justas” (Martins 2006a: 17-18). Jiang, que desde a década de 1980 se referia a Confúcio como “um dos maiores pensadores chineses” (Martins, 2004: 41), recorria agora ao mesmo para tentar assegurar a confiança popular e a legitimidade do seu “mandato”.

Após a retrocessão de Hong Kong em 1997, a RPC começou a questionar a capacidade da Administração portuguesa assegurar a ordem em Macau, em face do aumento da criminalidade que se vinha verificando, e em 1998 o Vice-Primeiro-Ministro Qian Qichen anuncia o destacamento de tropas após a entrega (Pereira, 2013: 235-236). Em vésperas da transferência, gerava-se uma situação difícil para Portugal porque a RPC queria que as primeiras unidades militares entrassem em Macau antes da cerimónia – situação que Portugal não precaveu nem na Declaração Conjunta nem na Lei Básica de Macau –, originando uma situação “política e diplomaticamente delicada” (Vieira, 2010a: 336). A 11 de outubro de 1999, numa carta dirigida ao embaixador de Portugal em Pequim, Pedro Catarino, o Vice-Ministro Wang Yingfan expôs a este a posição da RPC: “Esta decisão [...] constitui não só o símbolo da retomada do exercício da soberania sobre Macau pela China, como também uma medida indispensável para o cumprimento da responsabilidade de defender Macau” (Citado em Vieira, 2010a: 346). Esta questão foi discutida diretamente entre Lisboa e Pequim por canais diplomáticos. O Presidente português Jorge Sampaio não aceitava o estacionamento de tropas antes da transferência e ameaçou não comparecer na cerimónia. A importância para a RPC de manter inclusive, ou sobretudo, no último momento a imagem de negociações cordiais que, alimentou desde as negociações da Declaração Conjunta, foi comprovada durante a visita de Jiang Zemin a Portugal em outubro, na qual procurou convencer o Presidente português a comparecer (Mendes, 2013a: 101). No final, acordou-se que as tropas chinesas só entrariam ao meio dia de 20 de dezembro de 1999 (Vieira, 2010a: 349).

A 20 de dezembro de 1999 consumou-se a retrocessão de Macau para a República Popular da China. No seu discurso, o Presidente Jiang Zemin reafirmou as máximas da linha política do PCC:

[...] Guiado pela grande conceção de "um país, dois sistemas" formulada por Deng Xiaoping, o Governo Chinês resolveu, com êxito, a questão de Hong Kong e Macau. Isso constitui, para o povo chinês, um enorme avanço na sua grande causa da reunificação da Pátria. A prática de "um país, dois sistemas" em Hong Kong e Macau desempenha e desempenhará um papel exemplar de grande relevância para a

solução definitiva da questão de Taiwan. O Governo e o povo chineses têm a confiança e a capacidade para resolver, quanto antes, a questão de Taiwan e concretizar a reunificação completa da China. [...] Macau, já retornado ao seio da Pátria, terá certamente um futuro mais brilhante.⁴¹

⁴¹ Discurso do Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, na Cerimónia de Transferência de Poderes de Macau, 20 de dezembro de 1999.

Capítulo 6 – Conclusão

6.1. A diplomacia luso-chinesa após a retrocessão de Macau

Durante séculos, as relações luso-chinesas existiram numa base de pragmatismo, maximização do lucro e interesse comum. A devolução de Macau à RPC, em 1999, mesmo encerrando um capítulo, não representou o fim da cooperação luso-chinesa. Olhando as relações luso-chinesas no período pós-retrocessão, urge distinguir as relações bilaterais das relações multilaterais. A nível bilateral, a Parceria Estratégica celebrada em dezembro de 2005 entre os dois países constitui uma base importante, mas cujo potencial continua por explorar (Martins, 2010: 139). Também a Comissão Mista entre Portugal e a Região Administrativa Especial de Macau, um mecanismo de consulta que previa a realização de reuniões bianuais criado pelo acordo-quadro de cooperação de 2001⁴², não tem sido devidamente aproveitado: em meados de 2014, o jornal macaense *Ponto Final* noticiava que, até à data, apenas se haviam realizado duas reuniões formais, em 2011 e em 2013.

A visita do Presidente da República Cavaco Silva à China, em maio de 2014, abriu perspectivas positivas para o futuro das relações bilaterais que, todavia, terão de ser confirmadas. Além da assinatura de 29 acordos e memorandos de entendimento entre os governos, as empresas e as universidades, realizou-se uma revisão do acordo-quadro de 2001, instituindo encontros bilaterais anuais que poderão permitir o reforço da cooperação em áreas como justiça, turismo, segurança ou ensino do português. Na opinião do Presidente da República, a visita presidencial "elevou a parceria estratégica" luso-chinesa.

A nível das relações multilaterais, Macau continua a desempenhar um papel de relevo nas relações luso-chinesas. Durante o período de transição, a China demonstrou interesse na valorização da posição de Macau no sistema internacional, manifestando, a título de exemplo, interesse na prolongação, para lá de 1999, da ligação do Território à União Europeia, estabelecida em 1992 por via do Acordo de Cooperação Económica e Social assinado durante a Presidência Portuguesa (Vieira, 2010b: 154). Portugal, que nos quinze anos já cumpridos desde

⁴² Acordo Quadro de Cooperação entre a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a República Portuguesa, 23 de Maio de 2001.

a transição revelou uma incompreensível indiferença, quer nas suas relações bilaterais com a China como na utilização do potencial do legado lusitano que deixou em Macau, e procurou preservar no período de transição, viu-se substituído por uma RPC extremamente dinâmica na maximização desse mesmo legado. Em 2003, por iniciativa do Governo chinês e através do executivo da RAE de Macau, (Martins, 2010: 139) nasce o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial com os Países de Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. Nos termos da Lei Básica de Macau, o “*status* não-soberano” do Território não é impeditivo de este entabular relações económicas e comerciais com outros países e organizações (Lafer, 2009: 51). As reuniões trienais levadas a cabo pelo Fórum, também conhecido por Fórum Macau por aí se situar o seu secretariado permanente, representam para a RPC uma plataforma privilegiada de cooperação, permitindo canalizar o potencial de uma comunidade lusófona superior a duzentos e trinta milhões de pessoas (Wan, 2009: 31-32). O espírito do Fórum foi resumido, de forma bastante objetiva, por Carmen Mendes:

A identidade multi-cultural de Macau, moldada com a chegada dos portugueses em meados do século XVI, inspirou o enclave chinês para encarnar o ideal de ponte Oriente-Occidente. 500 anos depois, o território retornou à mãe-pátria mas manteve as suas especificidades lusófonas, um peão embrenhado num jogo de sombras chinesas para alcançar interesses além-mar (Mendes, 2013b: 44).

O Fórum Macau representa também uma nova demonstração de pragmatismo por parte da RPC: ante a impossibilidade de existir um “fórum China-Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)”, por São Tomé e Príncipe manter relações diplomáticas com Taiwan, a RPC criou, uma vez mais, um quadro que serve os seus interesses e que permite, inclusive, a participação de São Tomé e Príncipe com o estatuto de observador. Ao conceber o Fórum Macau, a China criou um espaço no qual pode desenvolver não apenas as relações bilaterais, com cada um dos países lusófonos, como também as suas relações multilaterais com os países da CPLP (Mendes *et al*, 2011: 10). Em novembro de 2010, na abertura da terceira reunião ministerial do Fórum Macau, o Primeiro-Ministro português José Sócrates reconheceu a importância da capitalização do legado português existente nos vários continentes ao declarar que “O espaço da lusofonia é sem dúvida uma prioridade absoluta da política externa portuguesa e um espaço privilegiado do nosso esforço de internacionalização”⁴³. Joseph Nye, proponente do conceito de *soft power*, refere explicitamente que “Portugal deve usar o *soft power* da sua Língua e cultura para desenvolver relações com o Brasil e com os países africanos de língua oficial

⁴³ “Discurso do Primeiro-Ministro José Sócrates na cerimónia de abertura da Conferência Ministerial do Fórum Macau”. Agência Lusa, 13 de novembro de 2010.

portuguesa”, a fim de “beneficiar das ligações históricas e linguísticas”.⁴⁴ Portugal poderá, pois, servir-se deste fórum para desenvolver as suas próprias relações multilaterais com o mundo lusófono, ainda que o potencial da Comunidade vá muito mais além deste mecanismo, justificando, inclusive, que se fale de uma “Geopolítica da língua portuguesa (Palmeira, 2011). Após o 25 de abril e com o desaparecimento do Espaço Económico Português, os interesses de ordem económica, comercial e financeira de Portugal em Macau tornavam-se uma interrogação (Fernandes, 1997: 531). No contexto atual, esta interrogação já não se colocará. Portugal, geograficamente periférico numa perspetiva europeia, converte-se num ator “central” numa perspetiva global, podendo desempenhar um papel fundamental para a União Europeia enquanto plataforma de ligação a países como o Brasil e Angola e facilitar a sua penetração em mercados como o Mercosul. Dentro da CPLP, estes dois Estados e Portugal podem constituir um importante “triângulo estratégico capaz de otimizar as potencialidades de qualquer um” (Palmeira 2011b).

Os interesses da China nos países lusófonos são multidimensionais e relacionam-se com fatores de natureza externa, relativos à posição cada vez mais proeminente da China na comunidade internacional, e de natureza interna, relativos à sua crescente procura de fontes energéticas. Em 2001 a RPC acedeu à OMC, representando uma nova etapa do longo processo de “harmonização” do país com um sistema e normas internacionais nem sempre compatíveis com os seus interesses, mas do qual já é parte integrante (Fairbank e Goldman, 2006: 463-464). Ao trilhar o seu caminho para o desenvolvimento a RPC tornou-se também o maior consumidor de petróleo (Speller, 2009: 143) e a sua crescente necessidade em adquirir recursos naturais e energéticos obrigou-a a penetrar no mercado africano e sul-americano (Fairbank e Goldman, 2006: 463) e, fiel aos seus conceitos estratégicos, a desenvolver uma rede de relações de dependência e benefício mútuo com países lusófonos como o Brasil e Angola (Wan, 2009: 31-32). Talvez melhor que qualquer outro, a RPC compreendeu bem o potencial da CPLP. Instituída em 1996 por sete países lusófonos, aos que se juntou Timor-Leste após a sua independência em 2002, trata-se de uma plataforma privilegiada para a “concertação político-diplomática” de países pertencentes a “todos os quadrantes regionais reconhecidos pelas Nações Unidas em termos geopolíticos: África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), Ásia-Pacífico (Timor-Leste), Europa (Portugal) e Américas (Brasil)” (Palmeira, 2014:

⁴⁴ “Portugal deve usar o ‘Soft Power’ da sua língua e cultura”. Diário Económico, Entrevista a Joseph Nye, 18 de março de 2012.

193). Na atualidade, a CPLP constitui um grupo de grande relevância demográfica e económica, no qual se destaca o Brasil pela sua afirmação enquanto “ator global” e, sendo o português uma das línguas mais faladas no mundo, a principal dúvida é qual a melhor forma de aproveitar o seu potencial (Reto, 2012: 22-23). A admissão da Guiné Equatorial, país rico em matérias-primas, (Speller, 2009: 143) como membro de pleno direito da CPLP, em julho de 2014, confirmaria, por sua vez, o pragmatismo com que esta Comunidade é encarada.

Para a China, o Fórum Macau só adquire, de forma característica, real significado enquanto parte integrante de uma estratégia global de cooperação Sul-Sul, beneficiando, nas palavras de um antigo embaixador da RPC no Brasil, da “inexistência de fundamentais divergências e contenciosos estratégicos entre si”, constituindo antes “forças construtivas da democratização das relações internacionais e do multilateralismo” (Wan, 2009: 30). A China e os países da CPLP são representantes de um grupo de países com um passado comum – ainda que com contornos distintos – marcado pelo colonialismo e que querem instituir um novo modelo para a conduta das relações internacionais no mundo “pós-moderno”: mais equitativo, “não exploratório e não predatório” (Casella, 2009: 210-215). Os BRICS, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, são todos países com enorme relevância económica e política que partilham o interesse comum de usar as ferramentas da globalização para criar uma nova ordem internacional, multipolar e onde a parceria estratégica e de benefício mútuo se sobreponha às relações conflituosas. No caso da RPC, se em meados do século XX promoveu o Movimento dos Não-Alinhados e a união afro-asiática porque necessitava de aliados para aumentar a sua influência, atualmente esta influência consolida-se cada vez mais (Wei, 2009: 295-303) e coloca o país em posição de impor os seus princípios nessa nova ordem.

Em apenas três décadas [...] a postura revolucionária foi substituída pela imagem de potência responsável, interessada na manutenção do *status quo*. É nesse pano de fundo que a diplomacia pública chinesa tem provado a sua eficácia, contribuindo para a projecção de uma potência em acelerada ascensão pacífica (Cunha, 2010: 231).

As relações Norte-Sul estão a modificar-se rapidamente. Os EUA promoveram, desde a década de 1980, uma expansão do neoliberalismo nos países do Terceiro Mundo, impondo-lhes modelos específicos de desenvolvimento através de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – o denominado “Consenso de Washington” – que, em muitos países africanos e sul-americanos, resultou no que alguns autores apelidam de “desastres económicos” (Arrighi e Lu, 2011: 26 e 32). Isto permitiu à RPC apresentar-se como promotora de uma via alternativa de desenvolvimento que vem sendo designada de “Consenso de Pequim”,

mais flexível e caracterizada por princípios de não-ingerência, levando a que alguns académicos questionem se estaremos perante uma nova aliança do Terceiro Mundo – uma nova “Bandung” (Arrighi e Lu, 2011: 45-46). Contrariamente do “Consenso de Washington”, a RPC não associa o seu relacionamento com os restantes países à imposição aos mesmos de um modelo específico de desenvolvimento (Wei, 2009: 295-317), entendendo que cada Estado deve governar-se de acordo com as suas especificidades. Aqui reside a essência do Consenso de Pequim. Do mesmo modo que, no passado, a China “aculturava” e “sinificava” aqueles que entravam no Império do Meio, no atual sistema internacional, em que todos os países são chamados a participar, a China parece agora tentar transpor as suas conceções confucionistas para o sistema internacional, incutindo-lhe características chinesas e promovendo valores asiáticos que abrangem “tudo-sob o céu”. Nesta estratégia, a China vê o Fórum Macau como uma ferramenta valiosa para poder desenvolver e estreitar relações com uma das maiores comunidades linguísticas e culturais do mundo e que inclui importantes países emergentes na atual comunidade internacional, que a China deseja renovada, podendo assim influenciá-los.

A nível interno, e fiel à sua herança, a China Comunista continuou a seguir uma linha política assente numa lógica de continuidade, continuando a lutar contra a história do seu país, fértil em alterações dinásticas, e por conservar a sua legitimidade. Como referiu Lucian Pye, “*no other political culture relies so much on the psychological pleasure of suspending disbelief*” (Pye, 1985: 183). As campanhas ideológicas, e os anúncios por parte da liderança da implementação de novas políticas, continuam, pois, a desempenhar um papel central: Jiang Zemin defendeu a construção de uma “civilização espiritual do socialismo”, ainda que, na prática, este conceito assentasse em políticas de desenvolvimento e na contínua modernização do país para continuar a reforçar o seu estatuto na comunidade internacional (Fairbank e Goldman, 2006: 444). Em fevereiro de 2000, apenas dois meses após a retrocessão de Macau, Jiang Zemin apresentou ao país a sua Teoria das Três Representações, confirmando o papel principal do PCC como líder de uma “cultura socialista de massas” – recuperando a doutrina da “linha de massas” de Mao Zedong –, promotor do desenvolvimento do país e “representante” dos “interesses fundamentais” dos cidadãos (Martins, 2006a: 18). O seu sucessor, Hu Jintao, estabeleceria, recuperando o princípio confucionista do governo do povo “pela virtude”, o “governo de acordo com os interesses do povo”, como a melhor forma de atingir a Teoria das Três Representações, que seria incluída no Preâmbulo da Constituição da RPC em março de 2004, passando a figurar, enquanto guia de ação, junto dos restantes princípios basilares: o marxismo-leninismo, o

pensamento de Mao Zedong, a teoria de Deng Xiaoping (Martins, 2006a: 19-20). Em 2006, Hu Jintao introduziu um novo elemento na narrativa governativa chinesa, apontando a criação de uma “sociedade harmoniosa” como o objetivo da modernização chinesa (Chan, 2009) e, em 2013, o atual Presidente chinês, Xi Jinping, condensou todas as promessas dos seus antecessores de um Governo que, em linha com a tradição confucionista, governa de forma virtuosa e em prol da população, anunciando a necessidade de realização de um "sonho chinês" de prosperidade e de regeneração nacional.

Nas últimas décadas o mundo assistiu, pois, a um alinhamento retórico da linha dinástica do PCC que, sobretudo a partir de Deng Xiaoping, soube aplicar o princípio do confucionismo político segundo o qual uma sociedade em constante mutação exige também a constante redefinição das soluções a aplicar. A coerência – e persistência – da retórica dos líderes chineses levanta, contudo, uma importante questão, há muito identificada por Johnston (1995): até que ponto poderá a instrumentalidade, isto é, o uso de determinada linguagem por parte do PCC para encobrir opções estratégicas e legitimar os líderes chineses, fazer com que estes fiquem prisioneiros do seu próprio discurso? Face ao crescente descontentamento dos cidadãos chineses com o PCC e aos muitos problemas internos do país, não se encontrará o PCC inclusive já prisioneiro, por sentir que a única via possível é a promessa de uma vida melhor? Poderá a matriz confucionista, á qual o PCC recorre constantemente para reafirmar a sua autoridade no país, virar-se contra o próprio partido, uma vez acentua gradualmente a exigência, não menos confucionista, de uma liderança competente e virtuosa?

A desejada reunificação com Taiwan, por sua vez, continua por concretizar, apesar da interdependência económica entre os dois países, que se tem vindo a acentuar (Fairbank e Goldman, 2006: 462). Ano após ano, pacientemente e de forma “pacífica”, a RPC desenvolve o seu Poder Nacional Integrado e Portugal, num momento em que as relações luso-chinesas atravessam um momento bastante favorável, pode tirar partido desta emergência da China a dois níveis: a nível bilateral, posicionando-se como um país ideal para a captação científica e tecnológica de excelência e como plataforma económica e política de ligação à União Europeia; a nível multilateral, deverá aproveitar a natureza inclusiva da política chinesa na comunidade internacional para fortalecer a posição portuguesa no mundo lusófono.

6.2. Considerações finais

Colocando em perspetiva a evolução das relações diplomáticas luso-chinesas verifica-se que, pelo menos num primeiro período, existiram, na realidade, duas histórias diferentes: as relações luso-chinesas sob o prisma de Macau e as relações bilaterais entre Portugal, o Reino e a República, e as várias Chinas. Durante muito tempo, e por razões abordadas na presente dissertação, as relações bilaterais entre os dois países foram inexistentes, resumindo-se à primeira tentativa, fracassada, de estabelecimento de relações protagonizada por Tomé Pires e às várias embaixadas enviadas nos séculos XVII e XVIII que, embora prestigiassem a jovem dinastia de Bragança, tiveram objetivos – e resultados – políticos limitados e inclusive desfasados das realidades e prioridades de Macau. O desinteresse da metrópole contribui assim para que Macau, habitando entre dois mundos mas entregue a um *status quo* imposto pela China como primeira condição de sobrevivência, desenvolvesse relativamente a Pequim uma identidade, autonomia e canais de comunicação independentes. Durante muito tempo, a história do relacionamento luso-chinês foi, sobretudo, a história de Macau.

A presença de elementos da matriz cultural confucionista e do pensamento estratégico chinês foram visíveis, sob diferentes formas, ao longo dos quase cinco séculos de relações luso-chinesas, influenciando-as decisivamente. Quer desde a perspetiva de Macau, quer desde a de Portugal, estes elementos contribuíram para que o domínio exercido pela China no relacionamento fosse quase ininterrupto. Em Macau, foi a combinação de elementos característicos do confucionismo, legalismo e taoísmo que permitiu à China criar a “fórmula Macau”, que vigorou durante quase trezentos anos. Num país habituado a olhar para a presença de estrangeiros com desconfiança, mas rico em contradições, proporcionou-se uma harmonização dos interesses portugueses e da China marítima da qual resultou no nascimento de Macau, sobrevivente ao longo dos séculos à custa da manutenção de um *status quo* aceitável ao Império do Meio. A alteração deste *status quo* pelo Governador Ferreira do Amaral surgiu como uma clara exceção, apenas possível porque ocorreu num contexto muito específico da história da China, durante as Guerras do Ópio, quando a ordem sinocêntrica que sustentava o império – e a ‘fórmula Macau’ – foi decisivamente abalada pelas incursões das potências estrangeiras e a China foi forçada a adotar uma “modernidade” no relacionamento com os outros Estados que ela nunca procurou e à qual sempre se opôs. De súbito, noções como soberania e territorialidade tornam-se parte integrante da sua governação. O séc. XIX seria

recordado como o “Século das Humilhações” num país que, como atesta o seu pensamento estratégico, tem uma boa memória histórica. Esse mesmo pensamento evidenciou-se quando uma China enfraquecida assinou com Portugal o Tratado de Pequim: utilizando com astúcia o mesmo Direito Internacional que poucas décadas antes não reconhecia, limitou a soberania portuguesa *de jure* sobre Macau. Isto significa que, inclusive no momento de maior debilidade relativa da China na história das relações luso-chinesas, Portugal não conseguiu impor os seus interesses de forma inequívoca. Já no séc. XX, no contexto da Revolução Cultural, a China “ratificaria” os equilíbrios de poder no Território.

Se Macau esteve desde sempre sujeito a uma determinada “fórmula”, que conheceu diferentes nomes, criada para assegurar o seu controlo por parte das autoridades chinesas, para quem Macau nunca deixou de ser parte da China, uma análise do diálogo bilateral entre Portugal e China revela que também Portugal atuou sempre num quadro pré-imposto pela China, e que também neste caso a influência da matriz cultural chinesa determinou o curso do relacionamento. Foi uma China com um sinocentrismo ainda bastante vincado que, num primeiro momento, ignorou e, depois, rejeitou a primeira embaixada portuguesa e limitou ao máximo as consequências políticas das várias que foram enviadas nos séculos XVII e XVIII. Durante o primeiro ciclo diplomático as relações luso-chinesas passaram, em grande medida, ao lado da “metrópole”, não surpreendendo, por isso, que o diálogo *de facto* com a China se tenha realizado com a mediação, e geralmente por intermédio, daqueles que melhor compreenderam a relevância e complexidades da civilização confucionista – os missionários Jesuítas do Padroado Português do Oriente.

Revelando um pragmatismo digno do pensamento político chinês, e que os distinguiu das demais ordens missionárias, os missionários da Companhia de Jesus não só abriram as portas do Império do Meio ancorados na cultura e ciência ocidentais como introduziram o cristianismo no país através da sua síntese com o confucionismo – no que terá sido uma das primeiras, e mais profícuas, demonstrações de *soft power* nas relações Ocidente-Oriente. A dinastia Qing, por sua vez, compreendeu a importância da ciência ocidental enquanto instrumento de reforço da legitimidade da sua governação. Não seria a última ‘dinastia’ a fazê-lo. Ao lado da “fórmula Macau”, a fórmula Jesuíta comprovou a sua viabilidade. Missionários na Europa mas mandarins na corte do Imperador, a diplomacia silenciosa jesuíta intercedeu pelos interesses de Portugal e

de Macau. As rivalidades religiosas e geopolíticas na Europa contribuiriam eventualmente para o fim da trajetória missionária na China, face ao imperativo de manutenção da ordem no Império.

Estabelecendo um paralelismo entre a situação de Macau e a de Nagasaki e Mogi, é interessante verificar que, pela própria natureza da Companhia de Jesus, quando lhes foi concedida a soberania sobre Nagasaki e Mogi, tenham sido os próprios Jesuítas a definir limites à mesma. Em Macau e no Japão existia um relacionamento dos portugueses com as autoridades locais assente no benefício mútuo, mas a história desenrolou-se em sentido contrário: em Macau foram sempre os portugueses a procurar a iniciativa diplomática ou a tentar estabelecer vínculos formais com os chineses, com a China a limitar sempre o nível de soberania exercido por Portugal, mas com a presença portuguesa a evoluir ao longo de quase 500 anos. No Japão, onde a soberania foi obtida – de facto, oferecida – muito mais rapidamente, a presença portuguesa foi, paradoxalmente, muito breve, terminando em 1614. Em ambos os casos, os portugueses estabeleceram-se em contextos de enfraquecimento do poder central (declínio relativo da dinastia Ming no caso de Macau e concentração de poder nos dáimios no caso de Nagasaki e Mogi), sendo posteriormente afetada quando esse poder central, de matriz política confucionista em ambos países, reforçou e/ou reafirmou a sua autoridade.

Perdido o controlo sobre o Império, a Dinastia Qing perde também o “mandato do céu”. Com a proclamação da República da China em 1912, têm início as tentativas de revogação dos Tratados Desiguais que haviam sido forçados pelas potências ocupantes durante o século precedente. Esta nova “dinastia” tão-pouco conseguiria sustentar o seu mandato celestial porque nunca conseguiu dar ao país a coesão e harmonia necessários nem tornar a China suficientemente forte para voltar a assumir o controlo do seu destino e reconquistar o respeito aos olhos do mundo. Foi um período interdinástico que terminou em 1949, com a proclamação da República Popular da China. As relações luso-chinesas entram, então, numa nova fase. Embora o Estado Novo não reconhecesse a China Comunista pela intransigência de Salazar, as décadas seguintes ficariam marcadas por conflitos de interesse entre os dois países na comunidade internacional e com ambos a lutarem por assegurar a sua legitimidade: Portugal, num contexto pós-Segunda Guerra Mundial, lutava por conservar as suas “províncias ultramarinas” e manter vivo o mito do Império português; a China Comunista, uma das duas herdeiras do Império do Meio, ancorou-se nas suas raízes confucionistas, que tanto fez por

erradicar, para afirmar a sua autonomia e assegurar na comunidade internacional um estatuto condizente com a tradição histórica do país.

Ideologicamente, Mao Zedong, ao fundir a tradição cultural e filosófica chinesa com a doutrina marxista-leninista, assegurou uma flexibilidade tática que permitiria a ele e aos seus sucessores manterem-se no poder enquanto a RPC seguia, empregando diferentes métodos, uma via “chinesa”. O período de governação de Mao foi, pois, de grande relevância ao constituir um elo de ligação entre o que se poderia designar de pensamento chinês “clássico” e um pensamento “moderno” mas que, como verificámos, incorpora conceitos culturais e filosóficos tradicionais que são parte integrante da identidade política chinesa. Macau, cujo estatuto especial se revelou de grande utilidade para a RPC após a Guerra da Coreia, permitindo ao país manter uma porta aberta para o Ocidente, mas que também se tornara uma importante plataforma para Taiwan conduzir atividades hostis à RPC, sofre os efeitos da Revolução Cultural e a autoridade da Administração portuguesa fica permanentemente afetada. As razões pelas quais Portugal pôde permanecer em Macau nas décadas seguintes deveram-se, em parte, à necessidade de a RPC desenvolver primeiro uma estratégia global que permitisse também a recuperação de outras duas questões deixadas pela história: Hong Kong e Taiwan. Como sempre sucede na cultura chinesa, os elementos individuais só adquirem importância enquanto parte de um todo.

Num mundo bipolar, a RPC necessitava aliados e por isso surgiu, nesse período, o diálogo Sul-Sul simbolizado pela Conferência de Bandung, articulando uma visão das relações internacionais que permanece, a vários níveis, atual: um sistema internacional harmonioso, regido por princípios de não-interferência nos assuntos internos dos outros Estados, de equidade e de benefício mútuo. O objetivo era assegurar uma coexistência “pacífica”. Pese a inexistência de relações formais com Portugal, a postura e retórica anti-imperialista da RPC na comunidade internacional permitiu-lhe influir em acontecimentos que afetaram diretamente Portugal, como sucedeu em 1961 aquando da invasão de Goa por parte da União Indiana, com o apoio da RPC.

Na história das relações luso-chinesas, Portugal procurou sempre o Império do Meio e o contrário raramente sucedeu. Nos primeiros anos após a Revolução Democrática de 25 de abril, é também Portugal a procurar o estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC e a reconhecer, unilateralmente, a China Comunista. Esta, por sua vez, mantém uma postura cautelosa aguardando pela definição da posição de Portugal na comunidade internacional e pelo processo de descolonização. Quando Portugal e a RPC estabelecem por fim relações

diplomáticas, em 1979, a RPC já vivia a era de Deng Xiaoping, marcada por um importante impulso modernizador e por uma nova atualização do pensamento estratégico chinês. Elementos da ideologia maoísta como procurar a verdade dos factos convertiam-se em apelos para a RPC se modernizar e abrir ao Ocidente. Definida a trajetória, era chegado o momento de terminar de ratificar as humilhações históricas do século XIX, com o PCC a encará-lo como uma prioridade inadiável e da qual dependia a própria permanência no poder. A atitude firme de Deng Xiaoping diante de Margaret Thatcher refletia, de certa forma, a inevitabilidade do curso da história: Hong Kong e Macau eram os primeiros passos de uma estratégia de reunificação nacional cuja conclusão lógica, num futuro ainda indefinido, seria a recuperação de Taiwan. A chave residia na fórmula “um país, dois sistemas” de Deng Xiaoping, permitindo a conciliação, ou harmonização, dos sistemas capitalistas de Hong Kong e Macau com o sistema socialista da China continental. Em linha com a tradição taoísta, propunha-se uma unidade dos opostos. Esta fórmula constituía, por outro lado, um elemento fundamental da estratégia de Deng que visava o aumento exponencial do Poder Nacional Agregado da RPC: não só se inseria na estratégia de desenvolvimento do país como constituía um método eficaz, e pacífico, de recuperar a soberania e estatuto perdidos no passado. Na visão de Deng, o desenvolvimento económico e tecnológico do país era um fator decisivo, mas insuficiente, para a China recuperar o estatuto de grande potência internacional, perdido no século XIX. O poder da RPC seria também avaliado pela sua capacidade de recuperar a soberania sobre todo o seu território, determinando, no longo prazo, a sua capacidade de resposta aos desafios de ordem interna e externa.

Isto significava que, ainda antes de os dois países se sentarem à mesa de negociações, a China já pré-determinara, uma vez mais, o quadro no qual Portugal interagiria com ela: quando chegasse o momento de negociar com Portugal seria com a certeza de que Macau regressaria à China e sob que modelo. Portugal, contrariamente ao Reino Unido, optou por uma estratégia de cooperação com uma RPC que, apesar da diferença de poder entre as duas partes, tinha de demonstrar perante o mundo que respeitava os interesses portugueses e que as negociações se realizavam num clima de cooperação e amizade, promovendo a imagem de uma potência benigna e responsável. Durante as negociações da Declaração Conjunta para Macau, foi possível identificar, por parte dos negociadores chineses princípios clássicos da sua estratégia negocial políticas. Numa perspetiva geral, e comparativamente à Declaração Conjunta Sino-Britânica, Portugal conseguiu assegurar uma data de transferência posterior e maiores liberdades e direitos para os cidadãos de Macau, que puderam manter a cidadania portuguesa a partir de 1999. Esta

negociação revestiu-se de grande importância para a China porque uma hipotética rotura das negociações, por parte de Portugal, mesmo não evitando o regresso de Macau à China continental, afetaria a estratégia chinesa para uma recuperação pacífica de Taiwan.

A análise das relações luso-chinesas realizada na presente dissertação permite-nos chegar a importantes conclusões. Desde logo, a assinalável continuidade do pensamento político e estratégico da China ao longo da sua história, bem como a importância atribuída por esta à existência de elos de ligação ao passado para orientá-lo rumo ao futuro. Podemos, naturalmente, questionarmo-nos sobre se terá sido a matriz cultural chinesa ou antes os interesses de Estado, que estão longe de ser um exclusivo da China, a influenciar de forma mais decisiva o desenrolar das relações luso-chinesas. A nosso ver, esta questão carece de sentido se colocada desta forma uma vez que tanto os interesses como o pensamento estratégico, adotado na prossecução dos mesmos, estão firmemente ancorados nas raízes culturais confucionistas da China. A matriz cultural chinesa não foi, naturalmente, o fator determinante na posição de domínio ocupada pela China ao longo dos quase 500 anos de relações luso-chinesas mas as evidentes diferenças, a nível de poder, que sempre existiram entre os dois países. O próprio Tratado de Pequim de 1887 não constituiu, por parte da China, um reconhecimento da autoridade portuguesa, mas antes um acordo que serviu, à época, os interesses chineses e britânicos. No entanto, a matriz cultural influenciou sempre o comportamento e opções estratégicas adotados pela China.

Outra conclusão importante a retirar é que os pontos altos do relacionamento luso-chinês, desde o Assentamento de Leonel de Sousa, passando pelo período Jesuíta e pela posição portuguesa após o incidente de Tiananmen, deram-se em momentos nos quais o pragmatismo se sobrepôs a todas as outras considerações, sugerindo que a existência de um *status quo* marcado pelo pragmatismo e pela ambiguidade é uma pré-condição para um relacionamento pacífico e de benefício mútuo com o Império do Meio. Portugal foi a primeira nação ocidental a chegar à China e a última a partir. Não existindo dúvidas de que ao longo da sua história representou uma porta de entrada, o pragmatismo estratégico chinês deixa antever que essa porta continuará aberta, caso Portugal o deseje. Mesmo sem recuperar Taiwan, a RPC consolida, a cada ano, o seu Poder Integral Nacional, reforçando o estatuto de superpotência sob o manto de uma ascensão e desenvolvimento pacíficos sem, contudo, afastar receios de que o mundo se converteu num enorme tabuleiro de *wei-ch'i*. Neste contexto, Portugal deve encarar o seu relacionamento com a China não apenas como uma prioridade mas também como uma

oportunidade estratégica. Portugal, mesmo perdido o Império, possui, tal como a China, uma herança cultural que nos dá pistas sobre possíveis caminhos para o futuro. O Fórum Macau nasceu com objetivos essencialmente pragmáticos e representa tão só uma ínfima parte dos instrumentos utilizados pela RPC para aumentar e consolidar a sua influência em diversos pontos geoestratégicos do globo. No nosso entender, não existem motivos para que Portugal não possa tirar partido do imenso capital linguístico e cultural da lusofonia para criar algo diferente e por sua própria iniciativa que lhe permita fortalecer a sua própria posição internacional. Do mesmo modo que a China recorre à sua história e cultura para renovar constantemente o indispensável elo de ligação entre antiguidade e modernidade, também Portugal o pode e deve fazer.

Bibliografia

A. Fontes Primárias

Entrevistas

Ramos, João de Deus. 2014. Embaixador de Portugal em Pequim de 1979 a 1981. Entrevista em Lisboa, 22 de abril de 2014.

Documentos governamentais

Acordo Quadro de Cooperação entre a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a República Portuguesa, Macau, 23 de Maio de 2001.

“Ata das Conversações sobre a Questão de Macau”, Paris, 8 de fevereiro de 1979; Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

Boletim Oficial de Macau.

Constituição da República Portuguesa.

Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau, Pequim, 13 de abril de 1987.

Declaração Conjunta Sino-Britânica do Governo do Reino Unido e da Irlanda do Norte e o Governo da República Popular da China sobre a questão de Hong Kong, Pequim, 19 de dezembro de 1984.

Estatuto Orgânico de Macau.

Governo de Portugal. “Programa do I Governo Constitucional”.

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau. Governo de Macau.

Lei da Nacionalidade da República Popular da China – Lei da China N.º 71, 10 de setembro de 1980. Governo de Portugal.

Lei da Nacionalidade da República Portuguesa – Lei 37/81, 3 de outubro de 1981.

RPC – República Popular da China. “China's Initiation of the Five Principles of Peaceful Co-Existence”. Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China.

Memórias e Discursos Oficiais:

Catarino, Pedro. 2013. “Rota do Oriente” in Presidência da República (coord.), *Roteiros do Futuro – Conferência Internacional «Portugal na Balança da Europa e do Mundo»*, Lisboa: Presidência da República, 95-103.

Catarino, Pedro. 2010. “Macau Visto de Quatro Ângulos em Quatro Momentos da sua História: De Macau, de Hong Kong, de Lisboa, e de Pequim”, in Barreto, Luís Filipe (ed.), *Trabalhos do Seminário Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 91-111.

Ferreira, José Medeiros. 2010. “Reflexões de Política Internacional” in Barreto, Luís Filipe (ed.), *Trabalhos do Seminário Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 79-89.

Golden, Séan. 2004. “Valores asiáticos y multilateralismo” in Golden, Séan (ed.), *Multilateralismo Versus Unilateralismo en Asia: El Peso Internacional de los “Valores Asiáticos”*. Barcelona: Fundació CIDOB, 103-132.

Machado, Joaquim Pinto. 2010. “A Governação do território durante as conversações Luso-Chinesas sobre a ‘Questão de Macau’” in Barreto, Luís Filipe (ed.), *Trabalhos do Seminário*

Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999). Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 45-67.

Melancia, Carlos. 2010. “Os Desafios da Transição” in Barreto, Luís Filipe (ed.), *Trabalhos do Seminário Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 109-122.

Miranda, Pedro Pires. 2010. “As Negociações da Declaração Conjunta” in Barreto, Luís Filipe (ed.), *Trabalhos do Seminário Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 69-78

Vieira, Pedro. 2010. *Todos os Portos a que Cheguei*. Lisboa: Gradiva.

Vieira, Vasco Rocha. 2010b. “Macau e o Futuro” in Barreto, Luís Filipe (ed.), *Trabalhos do Seminário Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 129-169.

Imprensa:

China Daily. “‘Chinese dream’ is Xi’s vision”, 18 de março de 2013.

Diário Económico. “Portugal deve usar o ‘Soft Power’ da sua língua e cultura”. Entrevista a Joseph Nye, 18 de março de 2012.

Expresso (Lisboa). “Discurso do Primeiro-Ministro José Sócrates na cerimónia de abertura da Conferência Ministerial do Fórum Macau”. Agência Lusa, 13 de novembro de 2010.

Expresso (Lisboa). “Guiné Equatorial já é membro de pleno direito da CPLP”, Agência Lusa, 23 de julho de 2014.

Expresso (Lisboa), “Macau é plataforma estratégica para Portugal e China”, Agência Lusa, 17 de maio de 2014.

Ponto Final (Macau), “Portugal e China vão realizar reuniões anuais para aprofundar cooperação”, 15 de maio de 2014.

Jornal de Negócios (Lisboa), “Cavaco Silva diz que visita “elevou parceria estratégica” entre Portugal e China”, 18 de maio de 2014.

Tribuna de Macau (Macau). “Zhou Enlai salvou Macau dos Guardas Vermelhos”. Entrevista de Gary Ngai à Agência Lusa (José Costa Santos) publicada no jornal *Tribuna de Macau*, n.º 3058 (Nova Série), 6 de fevereiro de 2009.

B. Fontes secundárias

Livros e monografias

Abreu, António Graça de. 2004. *D. Frei Alexandre de Gouveia, Bispo de Pequim, (1751-1808)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Alves, Jorge Manuel dos Santos. 1996. “Natureza do Primeiro Ciclo da Diplomacia Luso-Chinesa (séculos XVI a XVIII)” in Saldanha, António Vasconcelos e Alves, Jorge Manuel Santos, *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês: Séculos XVI-XIX*. Macau: Instituto Português do Oriente.

Antunes, José Freire. 2013. *Kennedy e Salazar: O Leão e a Raposa*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Bésineau, Jacques. 1998. *Au Japon avec João Rodrigues 1580-1620*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Boxer, Charles Ralph. 1991. *Estudos para a História de Macau: Séculos XVI a XVIII. - 1.ª Ed.* Lisboa: Fundação Oriente.

Boxer, Charles Ralph. 1986. *Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan, 1543-1640*. Londres: Variorum Reprints.

Boxer, Charles Ralph. 1963. *The Great Ship from Amacon: Annals of Macau and the Old Japan Trade, 1555-1640*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Boxer, Charles Ralph. 1951. *The Christian Century in Japan, 1549-1650*. Berkeley: University of California press.

Brazão, Eduardo. 1949. *Apontamentos para a História das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China 1516-1753*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Brockey, Liam Matthew. 2007. *Journey to the East: The Jesuit Mission to China, 1579–1724*. Cambridge: Harvard University Press.

Brosseau, Maurice. 1994. “Contradiction or Flexibility? An Elusive China” in Brosseau, Maurice e Lo Chi Kin (eds.), *China Review 1994*. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong.

Brunero, Donna. 2006. *Britain's Imperial Cornerstone in China: The Chinese Maritime Customs Service, 1854–1949*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Carreira, Ernestine. 2007. “Un Empire à Vendre: Stratégies d'appropriation des Ports de L'Estado da Índia par les compagnies Britannique et Française (1661-1813)” in Felipe de Alencastro, Luiz, Bettencourt, Francisco (eds.), *L'Empire portugais face aux autres Empires*, Paris: Maisonneuve & Larose/Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 79-120.

Cartier, Michel. 2013. “Le statut de Matteo Ricci en Chine” in Landry-Deron, Isabelle (ed.), *La Chine des Ming et de Matteo Ricci (1553-1610)*, Paris: Les Éditions du Cerf/Institut Ricci.

Casella, Paulo Borba. 2009. “Brasil, China e os Países da CPLP: Uma Proposta de Cooperação no Mundo Pós-Moderno” in Wei Dan (coord.) *Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado*. Coimbra: Edições Almedina, 204-220.

- Cassel, Pär Kristoffer. 2012. *Grounds of Judgment: Extraterritoriality and Imperial Power in Nineteenth-Century China and Japan*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Chan Kin-man. 2009. "Harmonious Society" in Anheier, Helmut K. e Toepler, Stefan (eds.). *International Encyclopedia of Civil Society*. Nova Iorque: Springer, 821-825.
- Chen Ming. 2012. "Modernity and Confucian Political Philosophy in a Globalised World" in Dallmayr, Fred e Zhao Tingyang (eds.) *Contemporary Chinese political thought: debates and perspectives*. Lexington, Ky: University Press of Kentucky, 110-130.
- Cheong Weng Eang. 1997. *The Hong Merchants of Canton: Chinese Merchants in Sino-Western Trade, 1684-1798*. Richmond, RU: Curzon Press.
- Cheung Gary Ka-wai. 2013. *Hong Kong's Watershed: The 1967 Riots*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Clayton, Cathryn H. 2009. *Sovereignty at the Edge: Macau & the Question of Chineseness*. Cambridge, MA: Harvard University Asia Center.
- Conceição, Lourenço Maria. 1988. *Macau entre Dois Tratados com a China*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Costa, João Paulo Oliveira. 1995. *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Davenport, Frances Gardiner. 1917. *European Treaties Bearing on the History of the United States and its Dependencies to 1648*. Washington: Carnegie Institute of Washington.
- Deng Xiaoping. 1994. *Selected Works of Deng Xiaoping*, Vol. 3. Pequim: Foreign Languages Press.
- Diokno, Maria Serena. 2000. "One Again, the Human Values Debate" in Jacobsen, Michael e Bruun, Ole. 2000. *Human Rights and Asian Values: Contesting National Identities and Cultural Representations in Asia*. Richmond: Curzon, 75-91.

Disney, Anthony R. 2009. *A History of Portugal and the Portuguese Empire, Volume II*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Dunne, George Harold. 1962. *Generation of Giants, The Story of the Jesuits in China in the last Decades of the Ming China*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press.

Epstein, Edward. 1994. "Law and Legitimation in Post-Mao China", in Potter, Pitman B. (ed.) *Domestic Law Reforms in Post-Mao China*. Armonk, Nova Iorque: M. E. Sharpe.

Fairbank, John King e Goldman, Merle. 2006. *China: A New History*. Cambridge, MA e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press.

Fok Kai Cheong. 1996. "The Macao Formula at Work – An 18th Century Qing Expert's View on Macau" in Saldanha, António Vasconcelos e Alves, Jorge Manuel Santos, *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês: Séculos XVI-XIX*. Macau: Instituto Português do Oriente.

Ford, Christopher Ashley. 2010. *The Mind of Empire: China's History and Modern Foreign Relations*. Lexington: The University Press of Kentucky.

Gonçalves, Arnaldo. 2007. "As relações políticas, diplomáticas e económicas de Portugal com a República Popular da China, mediadas por Macau", *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa. Disponível online: http://janusonline.pt/2007/2007_2_14.html (Consultado em 4 de setembro de 2014)

Guimarães, Ângela. 1996. *Uma relação especial: Macau e as relações Luso-Chinesas, 1780-1844*. Lisboa: Edição Cies.

Guo Sujian. 2006. *China's "peaceful rise" in the 21st century: domestic and international conditions*. Aldershot, Hampshire: Ashgate.

Hao Yen-p'ing. 1980. "Changing Chinese views of Western relations, 1840-95" in Fairbank, John K. e Kwang-Ching Liu (eds.), *The Cambridge History of China, Volume 11. Late Ch'ing, 1800–1911, Part 2*. Cambridge: Cambridge University Press.

Höpfl, Harro. 2004. *Jesuit Political Thought: The Society of Jesus and the State, c. 1540–1630*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hsu, Immanuel. 1980. "Late Ch'ing Foreign Relations, 1866-1905" in Fairbank, John K. e Kwang-Ching Liu (eds.), *The Cambridge History of China, Volume 11. Late Ch'ing, 1800–1911, Part 2*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hsu, Immanuel. 1970. *The Rise of Modern China*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Iannaccone, Isaia. 2013. "Le Voyage de Matteo Ricci et des Jésuites en Chine" in Landry-Deron, Isabelle (ed.), *La Chine des Ming et de Matteo Ricci (1553-1610)*, Paris: Les Éditions du Cerf/Institut Ricci.

Jacobsen, Michael e Bruun, Ole. 2000. *Human Rights and Asian Values: Contesting National Identities and Cultural Representations in Asia*. Richmond: Curzon.

Jami, Catherine. 2008. "Tomé Pereira (1645–1708), clockmaker, musician and interpreter at the Kangxi Court: Portuguese interests and the transmission of science" in Saraiva, Luís, Jami, Catherine (eds.), *The Jesuits, the Padroado and East Asian Science (1552 – 1773)*. Singapore: World Scientific Publishing Company.

Jaw-ling Joanne Chang. 1988. "Settlement of the Macao Issue: Distinctive Features of Beijing's Negotiating Behaviour (with text of 1987 protocol and 1987 declaration)", *Occasional Paper*, n.º 4 Baltimore, School of Law, University of Maryland.

Jesus, Carlos Augusto Montalto de. 1902. *Historic Macao*. Hong Kong: Kelly & Walsh, limited.

Jiang Qing. 2013. "A Confucian Constitutional Order" in Bell, Daniel A. e Fan, Ruiping (eds.) *How China's Ancient Past Can Shape Its Political Future (translated by Edmund Ryden)*. Princeton NJ: Princeton University Press, 27-98.

Jiang Qing. 2011. "From Mind Confucianism to Political Confucianism" in Fan, Ruiping (ed.) *The Renaissance of Confucianism in Contemporary China*. Hong Kong: City University of Hong Kong, 17-32.

Johnston, Alastair Iain. 1995. *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. Princeton: Princeton University Press.

Kissinger, Henry. 2012. *On China*. Nova Iorque: The Penguin Press.

Kluver, Alan R. 1996. *Legitimizing the Chinese Economic Reforms: A Rhetoric of Myth and Orthodoxy*. Nova Iorque: State University of New York.

Krasner, Stephen D. 2001. "Problematic Sovereignty" in Krasner, Stephen D. (ed.), *Problematic Sovereignty: Contested Rules and Political Possibilities*. Nova Iorque: Columbia University Press, 6-12.

Lafer, Celso. 2009. "A C.P.L.P., Macau e a China: Notas sobre o Fórum para a Cooperação Económica entre a China e os Países de língua Portuguesa" in Wei Dan (coord.) *Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado*. Coimbra: Edições Almedina, 45-55.

Lai, David. 2004. *Learning from the Stones: A Go Approach to Mastering China's Strategic Concept, Shi*. Carlisle Barracks: U.S. Army War College Strategic Studies Institute.

Lampton, David M. 2008. *The Three Faces of Chinese Power: Might, Money, and Minds*. Berkeley: UC Press.

Makeham, John (ed.). 2003. *New Confucianism: A Critical Examination*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Marinescu, Jocelyn M. N. 2008. *Defending Christianity in China: The Jesuit Defense of Christianity in the "Lettres Edifiantes Et Curieuses" & "Ruijianlu" in Relation to the Yongzheng Proscription of 1724*. Dissertação de Doutorado, Kansas State University. Disponível online em: <https://krex.k-state.edu/dspace/handle/2097/606> (Consultado em 17 de setembro de 2014)

Mendes, Carmen Amado. 2013a. *Portugal, China and the Macau Negotiations, 1986-1999*. Hong Kong: Hong Kong University Press.

Mendes, Carmen Amado. 2014. "The implications of the Special Administrative Regions for the international system: Macao as a successful case study" in C. X. George Wei (ed.) *Macao - The Formation of a Global City*. Nova Iorque: Routledge, 208-221.

Meneses, Filipe Ribeiro de. 2009. *Salazar: A Political Biography*. Nova Iorque: Enigma Books.

Miskovic, Natasa. 2014. "Introduction" in Miskovic, Natasa, Fischer-Tiné, Harald e Boskovska, Nada (eds.), *The Non-Aligned Movement and the Cold War: Delhi – Bandung – Belgrade*, 1-18. Nova Iorque: Routledge.

Moreira, Adriano. 1996. *Notas do Tempo Perdido*. Matosinhos: Contemporânea Editora.

Mungello, David Emil. 2005. *The Great Encounter of China and the West, 1500-1800 (2nd ed.)*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.

Newitt, Malyn. 2005. *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400–1668*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Nye, Joseph. 2011. *The Future of Power*. Nova Iorque: Public Affairs.

Nye, Joseph. 2004. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova Iorque: Public Affairs.

Oksenberg, Michel. 2001. "The Issue of Sovereignty in the Asian Historical Context" in Krasner, Stephen D. (ed.), *Problematic Sovereignty: Contested Rules and Political Possibilities*. Nova Iorque: Columbia University Press, 83-104.

Oliveira, Fernando Correia. 1998. *500 Anos de Contactos Luso-Chineses*. Lisboa: Público e Fundação Oriente.

Pereira, Bernardo Futscher. 2012. *A Diplomacia de Salazar (1932 - 1949)*. Alfragide: Dom Quixote.

Pereira, Francisco Gonçalves. 2013. *Accommodating Diversity: The People's Republic of China and the 'Question of Macao' [1949-1999]*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P.

Ptak, Roderich. 2007. "Macau entre la Chine et l'Asie Maritime: Cycles d'Économie" in Felipe de Alencastro, Luiz, Bettencourt, Francisco (eds.), *L'Empire portugais face aux autres Empires*, Paris: Maisonneuve & Larose/Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 137-166.

Puga, Rogério Miguel. 2009. *A Presença Inglesa e as Relações Anglo-Portuguesas em Macau (1635-1793)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa-Universidade dos Açores, Centro Cultural e Científico de Macau.

Pye, Lucian. 1985. *Asian Power and Politics: The Cultural Dimensions of Authority*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Pye, Lucian. 1982. *Chinese Commercial Negotiating Style*. Cambridge MA: RAND Corporation.

Qiang Zhai. 2010. "Seeking a Multipolar World: China and de Gaulle's France" in Nuenlist, Christian, Locher, Anna e Martin, Garret (eds.), *Globalizing de Gaulle: International Perspectives on French Foreign Policies, 1958-1969*. Lanham, Md: Lexington Books, 181-202.

Ramos, João de Deus. 2012. *Portugal e a Ásia Oriental*. Lisboa: Fundação Oriente.

Ramos, João de Deus. 1991. *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China: o Padre António de Magalhães, S.J., e a embaixada de Kangxi a D. João V (1721-1725)*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Reto, Luís Antero. 2012. *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.

Ross, Andrew C. 1994. *A Vision Betrayed: The Jesuits in Japan and China, 1542-1742*. Maryknoll, Nova Iorque: Orbis Books.

Rossabi, Morris. 1983. *China Among Equals: The Middle Kingdom and its Neighbors, 10th-14th Centuries*. Berkeley: University of California Press.

Rothermund, Dietmar. 2014. "The era of non-alignment" in Miskovic, Natasa, Fischer-Tiné, Harald e Boskovska, Nada (eds.), *The Non-Aligned Movement and the Cold War: Delhi – Bandung – Belgrade*, 19-34. Nova Iorque: Routledge.

Saldanha, António Vasconcelos. 2006. *O Tratado Impossível: Um Exercício de Diplomacia Luso-Chinesa num Contexto Internacional em Mudança 1842-1887*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Saraiva, Luis e Jami, Catherine. 2008. *The Jesuits, The Padroado and East Asian Science (1552-1773) (History of Mathematical Sciences: Portugal and East Asia III)*. Singapura: World Scientific.

Arrighi, Giovanni e Lu Zhang. 2011. "Beyond the Washington Consensus: A New Bandung" in Shefner, Jon e Fernandez-Kelly, Patricia (eds.) *Globalization and Beyond: New Examinations of Global Power and its Alternatives*. Penn State University Press, 25-57.

Silva, Anibal Cavaco. 2002. *Autobiografia Política*, Vol. I. Lisboa: Temas e Debates.

Song Xianlin. 2003. "Reconstructing the Confucian Ideal in 1980s China: The 'Culture Craze' and New Confucianism" in Makeham, John (ed.) *New Confucianism: A Critical Examination*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Solé-Farràs, Jesús. 2014. *New Confucianism in twenty-first century China: the construction of a discourse*. Abingdon, Oxon e Nova Iorque: Routledge.

Solomon, Richard H. 1983. *Chinese Political Negotiating Behavior: A Briefing Analysis*. Santa Monica, CA: RAND Corporation.

Speller, Paulo. 2009. "Relações entre a China e os Países de Língua Portuguesa no contexto da Globalização Económica" in Wei Dan (coord.) *Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado*. Coimbra: Edições Almedina, 137-156.

Sun Lung-Kee. 2012. "The Ming Dynasty comes to Power, 1368-1431, Interpretive Essay" in Thackeray, Frank W. e Findling, John E. (eds.), *Events That Formed the Modern World (Volume*

1): *From the European Renaissance Through the War on Terror*. Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO.

Sun Tzu. 2009. *The Art of War*. Texas: El Paso Norte Press.

Swaine, Michael D., Daly, Sara A., e Greenwood, Peter W. 2000. *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*. Santa Monica, CA: RAND.

Tanner, Harold Miles. 2009. *China: A History*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, Inc.

Teixeira, Manuel. 1988. *Instrução para o bispo de Pequim, e outros documentos para a história de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Torikata, Yuko. 2010. "The U.S. Escalation in Vietnam and de Gaulle's Secret Search for Peace, 1964-1966" in Nuenlist, Christian, Locher, Anna e Martin, Garret (eds.), *Globalizing de Gaulle: International Perspectives on French Foreign Policies, 1958-1969*. Lanham, Md: Lexington Books, 155-180.

Tsang, Steve. 2007. *A Modern History of Hong Kong*. Londres: I.B. Tauris.

Van Dyke, Paul. 2011. *Merchants of Canton and Macao: Politics and Strategies in Eighteenth-Century Chinese Trade*. Hong Kong: Hong Kong University Press.

Van Dyke, Paul. 2007. *The Canton Trade: Life and Enterprise on the China Coast, 1700-1845*. Hong Kong: Hong Kong University Press.

Vieira, Joaquim. 1998. "África Anos 60: A Multiplicação das Frentes" in Melo, João de (org.). *Os Anos da Guerra (1961-1975). Os Portugueses em África. Crónica, Ficção e História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Von Collani, Claudia. 2013. "Les Activités Scientifiques de Matteo Ricci en Chine" in Landry-Deron, Isabelle (ed.), *La Chine des Ming et de Matteo Ricci (1553-1610)*, Paris: Les Éditions du Cerf/Institut Ricci.

Wallerstein, Immanuel. 2004. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham e Londres: Duke University Press.

Wan Yong Xiang. 2009. “Relações entre a China e os Países de Língua Portuguesa no contexto da Globalização Económica” in Wei Dan (coord.) *Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado*. Coimbra: Edições Almedina, 29-35.

Wei Dan. 2009. “China e Brasil num Mundo Globalizado” in Wei Dan (coord.) *Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado*. Coimbra: Edições Almedina, 295-329.

Wills, John Elliot Jr. 2011. *China and Maritime Europe, 1500–1800: Trade, Settlement, Diplomacy, and Missions*. Cambridge: Harvard University Press.

Wills, John Elliot Jr. 1984. *Embassies & Illusions: Dutch and Portuguese Envoys to K'ang-hsi, 1666-1687*. Cambridge: Harvard University Press.

Wu Zhiliang. 1999. *Segredos da Sobrevivência – História Política de Macau*. Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau.

Ye Zicheng. 2011. *Inside China's Grand Strategy: The Perspective from the People's Republic (edited and translated by Steven I. Levine and Guoli Liu)*. Lexington: University of Kentucky Press.

Zhang Feng. 2012. “Debating the Chinese Theory of International Relations: Toward a New Stage in China’s International Studies” in Dallmayr, Fred e Zhao Tingyang (eds.) *Contemporary Chinese political thought: debates and perspectives*. Lexington: University Press of Kentucky.

Zhao Tingyang. 2012. “All-Under-Heaven and Methodological Relationism: An old Story and New World Peace” in Dallmayr, Fred e Zhao Tingyang (eds.) *Contemporary Chinese political thought: debates and perspectives*. Lexington: University Press of Kentucky.

Zhengyuan Fu. 1996. *China's Legalists: The Earliest Totalitarians and Their Art of Ruling*. Armonk, NY: M. E. Sharpe.

Zheng Yongnian. 1999. *Discovering Chinese Nationalism in China: Modernization, Identity, and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Artigos e relatórios

Antunes, António Vaz. 2011. "Relatório do 2º Comandante da Polícia de Segurança Pública, Major António Vaz Antunes dos 'Incidentes de Macau'" - 15 novembro-13 dezembro, 1966. Disponível online: http://ultramar.terraweb.biz/Livros/AntonioVazAntunes/IncidentesdeMacau/Incidentes-de-Macau_relatorio-de-AVazAntunes.pdf (Consultado em 24 de setembro de 2013).

Barreto, Luís Filipe. 1995. "A Condição de Macau: Elementos para uma análise Histórico-Cultural". *Administração*, n.º 30, Vol. VIII, 777-784.

Carapinha, José Alberto Correia. 1997. "A Transição Política e Legislativa de Macau", *Administração*, n.º 35, Vol. X, 35-46.

Carlucci, Frank. 1975. Portuguese-Chinese Relations, Ref: LISBON 2693, Margaret P. Grafeld Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 05 JUL 2006. Disponível online: <http://wlstorage.net/oc/2476/93211.pdf> (Consultado em 26 de outubro de 2014)

Cunha, Luís. 2010. "A Diplomacia Pública Chinesa", *Negócios Estrangeiros*, n.º 16 Especial, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, fevereiro de 2010, 231-258.

Fernandes, Moisés Silva. 2010a. "Teorias e Métodos de Investigação em Relações Internacionais" in Barreto, Luís Filipe (ed.), *Trabalhos do Seminário Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 181-190.

Fernandes, Moisés Silva. 2010b. "Contextualização das negociações de Paris sobre a normalização das relações luso-chinesas, 1974-1979", *Negócios Estrangeiros*, n.º 16 Especial, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, fevereiro, 23-122.

Fernandes, Moisés Silva. 2008. "Macao in sino-portuguese relations, 1949-1955". *Portuguese Studies Review*, 16 (1), 153-170.

Fernandes, Moisés Silva. 2006. "O Diplomata José Calvet de Magalhães e a Questão de Macau nas Relações Luso-Chinesas, 1946-1971", *Administração*, n.º 72, Vol. XIX, 785-796.

Fernandes, Moisés Silva. 2003. "A Normalização das Relações Luso-Chinesas e a Questão da Retrocessão de Macau à China, 1974-1979", *Administração*, n.º 61, Vol. XVI, 3.º, 1077-1141.

Fernandes, Moisés Silva. 2002. "A iniciativa gorada de Franco Nogueira para o estabelecimento de Relações Diplomáticas entre Portugal e a China Continental em 1964", *Administração*, n.º 56, Vol. XV, 559-602.

Fernandes, Moisés Silva. 1999. "Macau Nas Relações Sino-Portuguesas, 1949-1979", *Administração*, n.º 46, Vol. XII-4.º, 989-1002.

Fernandes, Moisés Silva. 1998. "Enquadramento das Relações Luso-Chinesas entre 1949 e 1966", *Administração*, n.º 40, Vol. XI, 299-331.

Fernandes, Moisés Silva. 1997. "O comportamento português perante a transição política e a Integração Regional de Macau na Região do Rio das Pérolas", *Administração*, n.º 36, Vol. X, 529-542.

Ghuri, Pervez e Fang, Tony. 2001. "Negotiating with the Chinese: A Socio-Cultural Analysis", *Journal of World Business*, 36(3), 303-325.

Golden, Séan. 2010. "La percepción del riesgo: una visión desde China", *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n.º 89-90, 63-83. Disponível online http://www.cidob.org/ca/layout/set/print/content/download/30913/469540/file/04_SEAN+GOLDEN.pdf (Consultado em 29 de agosto de 2014)

Gordon, Leonard H. D. 1985. "United States Opposition to Use of Force in the Taiwan Strait, 1954-1962", *The Journal of American History*, Vol. 72, n.º 3, dezembro de 1985, Organization of American Historians, 637-660. Disponível online:

<http://www3.nccu.edu.tw/~lorenzo/Gordon%20Use%20of%20Force%20in%20Taiwan%20Strait.pdf> (Consultado em 22 de outubro de 2014)

Hughes, Christopher R. 1997. "Globalisation And Nationalism: Squaring the Circle in Chinese International Relations Theory", *Millennium: Journal of International Studies*, 26 (1), 103-124. Disponível online em [http://eprints.lse.ac.uk/23038/1/Globalisation_and_nationalism\(LSERO\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/23038/1/Globalisation_and_nationalism(LSERO).pdf) (Consultado em 10 de outubro de 2014)

Huntington, Samuel Phillips. 1993. "The Clash of Civilizations?", *Foreign Affairs*, 72(3), 22-49.

Kim, Samuel S. 1996. *China's Quest for Security in the Post-Cold War World*. Carlisle Barracks: U.S. Army War College Strategic Studies Institute, julho. Disponível online: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/00086.pdf> (Consultado em 23 de outubro de 2014)

Kirkbride, Paul S., Tang, Sara F.Y. e Westwood, Robert I. 1991. "Chinese Conflict Preferences and Negotiating Behavior: Cultural and Psychological Influence", *Organization Studies*, 12, 365-386.

Leng Tiexun. 2011. "Sobre as Características Fundamentais do Princípio 'Um País, Dois Sistemas'" [versão portuguesa], *Revista de Estudos de "Um País, Dois Sistemas"*, Vol. I., Instituto Politécnico de Macau, 53-64. Disponível Online: http://www.ipm.edu.mo/cntfiles/upload/docs/research/common/1country_2systems/issue1/pt/p53.pdf (Consultado em 11 de outubro de 2014)

Leng Tiexun. 2013. "O Sistema de Regiões Administrativas Especiais faz com que a Característica do Sistema Socialista com Características Chinesas seja mais Distinta" [versão portuguesa], *Revista de Estudos de "Um País, Dois Sistemas"*, Vol. III., Instituto Politécnico de Macau, 88-99. Disponível Online: http://www.ipm.edu.mo/cntfiles/upload/docs/common/1country_2systems/issue3/pt/08.pdf (Consultado em 11 de outubro de 2014)

Martins, Dora. 2006a. "A resposta política da China aos desafios da globalização" in Amaro, Ana Maria, Martins, Dora e Engenheiro, Rita (coords.), *Estudos sobre a China VIII*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Vol. I, 269-295. Disponível online: <http://www.observatoriodachina.org/images/papers/o.pdf> (Consultado em 12 de outubro de 2014)

Martins, Dora. 2006b. "China: Uma emergência pacífica?", *Revista R.I.*, n.º 10, 39-52. Disponível online: <http://www.observatoriodachina.org/images/papers/l.pdf> (Consultado em 18 de outubro de 2014)

Martins, Dora. 2004. "Os princípios confucionistas da ideologia chinesa actual" in Amaro, Ana Maria, Leão, Rita e Dias, Sónia (coords.), *Estudos sobre a China VI*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Vol II, 1027-1090. Disponível online: <http://www.observatoriodachina.org/images/papers/i.pdf> (Consultado em 12 de outubro de 2014)

Martins, António Coimbra. 2010. "Relações luso-chinesas: 'sinopse parisiense'", *Negócios Estrangeiros*, n.º 16 Especial, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 123-140.

Martins, Fernando. 1998. "A Política externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU, 1955-1968" in Pinto, António Costa e Teixeira, Nuno Severiano (eds.), *Portugal e a Unificação Europeia; Coleção Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 18, ISSN 0871-7486. Lisboa: Edições Cosmos, 189-206. Disponível online em http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_18/18_Penelope.pdf (Consultado em 22 de setembro de 2014)

Mcdougal, Myres S. e Goodman, Richard M. 1966. "Chinese Participation in the United Nations: The Legal Imperative of a Negotiated Solution", *Faculty Scholarship Series*. Paper 2604. Disponível online: http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2604 (Consultado em 28 de agosto de 2014)

Mendes, Carmen Amado. 2013b. "Macau 500 anos depois: a plataforma da China para o mundo lusófono", *Revista Oriente*, 44-59.

Mendes, Carmen Amado *et al.* 2011. "Assessing the 'One Country, Two Systems' Formula: The Role of Macau in China's Relations with the European Union and the Portuguese Speaking Countries". Coimbra: *Oficina do CES* n.º 369, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

Disponível

online:

http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/4330_Oficina_do_CES_369.pdf

(Consultado em 2 de setembro de 2014)

Naughton, Barry. 1993. "Deng Xiaoping: The Economist", *The China Quarterly*, n.º 135, Special Issue: Deng Xiaoping: An Assessment, setembro de 1993). Cambridge University Press on behalf of the School of Oriental and African Studies, 491-514. Disponível Online: <http://www.mconway.net/page1/page9/files/Deng%20the%20Economist.pdf> (Consultado em 10 de outubro de 2014).

Ng Siu Yu. 1996. "A Administração de Macau ao longo da sua História", *Administração*, n.º 34, Vol. IX, 1015-1028.

Orlov, Alexander. 2002. "The Non-Aligned Movement: 40 Years After", *International Affairs: A Russian Journal of World Politics, Diplomacy & International Relations*, Vol. 48, Issue 1, 49-56. Disponível online: <http://www.artsrn.ualberta.ca/courses/PoliticalScience/357B1/documents/OrlovTheNonAlignedMovement40YearsAfter.pdf> (Consultado em 23 de setembro de 2014)

Palmeira, José. 2011. "Geopolítica da língua portuguesa", *Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa*, Brasil, São Paulo, volume 1, n.º. 11, setembro de 2011, 5-8. Disponível online: <http://www.acoalfaplp.net> (Consultado em 15 de abril de 2014)

Qin Yaqing. 2012. "Culture and global thought: Chinese international theory in the making", *Revista CIDOB d'Afers Internacionals* n.º 100, 67-90. Disponível online: file:///C:/Users/Jos%C3%A9/Downloads/67-90_QIN%20YAQING.pdf (Consultado em 11 de março de 2014)

Ruggie, John Gerard. 1993. "Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations", *International Organization*, Vol. 47, n.º 1, (inverno), pp. 139-174.

Saldanha, António Vasconcelos. 1999. "O Significado e a Importância das Práticas Convencionais nas Relações Luso-Chinesas", *Administração*, n.º 45, Vol. XII-3.º, 757-764.

Santos, Pedro Manuel. 2009. "Portugal e a NATO: A Política colonial do Estado Novo e os Aliados (1961-1968)", *Relações Internacionais*, n.º 21, 45-60. ISSN 1645-9199. Disponível online: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n21/n21a03.pdf> (Consultado em 22 de setembro de 2014)

Sebes, Joseph S. 1978. "China's Jesuit Century", *Wilson Quarterly*, Vol. 2, n.º 1, 170-183.

Shambaugh, David. 1993. "Deng Xiaoping: The Politician", *The China Quarterly*, n.º 135, Special Issue: Deng Xiaoping: An Assessment, setembro de 1993). Cambridge University Press on behalf of the School of Oriental and African Studies, 457-490. Disponível Online: <http://moira.meccahosting.com/~a0007389/page1/page13/files/Deng%20the%20Politician.pdf> (Consultado em 10 de outubro de 2014).

Silva, A. E. Duarte. 1995. "O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)", *Análise Social*, Vol. xxx (130), 5-50.

Tisdell, Clem. 2009. "Economic Reform and Openness in China: China's Development Policies in the Last 30 Years", *Economic Analysis & Policy*, Vol. 39 n.º 2, setembro de 2009. Disponível online: http://www.eap-journal.com/archive/v39_i2_05-tisdell.pdf (Consultado em 11 de outubro de 2014)

Wang Chaojie. 2011. "Western Missionaries and the Introduction of International Law to China", *Chinese Cross Currents*, Vol. 8, n.º 2, abril de 2011, 80-90. Disponível online: http://www.ricci.org/doc/freepdf/CCC_8_2_4A_WANG_Chaojie_80_91.pdf (Consultado em 17 de outubro de 2014).

Wei Dan. 2009. "Relationality and processual construction: bringing Chinese ideas into international relations theory", *Social Sciences in China*, 30:4, 5-20. Disponível online: <http://dx.doi.org/10.1080/02529200903342560> (Consultado em 14 de abril de 2014)

Wei Dan. 2008. "O Caminho Chinês Ao Estado De Direito", *Revista Direitos Fundamentais e Democracia*, Vol. 4, UniBrasil – Faculdades Integradas do Brasil. Disponível online: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/220/213>

(Consultado em 11 de outubro de 2014)

Winius, George. 1983. "The Shadow Empire of Goa in the Bay of Bengal", *Itenerario*, Vol. 7, n.º 2, 93-101.

Zhao Tingyang. 2009. "A World Political Philosophy in Terms of All-Under-Heaven (*Tianxia*)", *Diogenes*, n.º 221, 5-18.

